Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura **Número: 73**

II Sessão Legislativa **Horta, terça-feira, 05 de julho de 2022**

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa (substituído no início da sessão pelo Deputado Paulo Silveira) e Tiago Branco*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 *minutos.*

Após a chamada dos Srs. Deputados, deu-se início à **sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

Assim, usaram da palavra para questionar o Sr. Secretário Regional os Srs. Deputados Tiago Lopes *(PS)*, Jorge Paiva *(PPM)*, Alexandra Manes *(BE)*, Nuno Barata *(IL)*, José Pacheco *(CH)*, Pedro Neves *(PAN)*, Salomé Matos *(PSD)*, Rui Martins *(CDS-PP)*, Paulo Estêvão *(PPM)*, Célia Pereira *(PS)*, Pedro Neves *(PAN)* e Flávio Soares *(PSD).*

Para responder às questões colocadas usou da palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses).*

Usaram da palavra para proferir um protesto a Sra. Deputada Ana Luís *(PS)* e o Sr. Deputado Tiago Lopes *(PS)* e para um contraprotesto o Sr. Deputado Rui Martins *(CDS-PP).*

Seguiu-se a apreciação da **Anteproposta de Lei n.º 7/XII – "Assegura o aumento do subsídio de risco para os profissionais das forças e serviços de segurança"**, apresentada pela Representação Parlamentar do PAN.

Após a intervenção do Sr**.** Deputado Pedro Neves *(PAN)* usaram da palavra os Srs. Deputados Luís Soares *(PSD),* Pedro Pinto *(CDS-PP),* Alexandra Manes *(BE),* José Pacheco *(CH),* Carlos Furtado *(Indep.),* Berto Messias *(PS),* Paulo Estêvão *(PPM)* e Nuno Barata *(IL).*

Submetida à votação a Anteproposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

Seguiu-se o debate do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 51/XII – "Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A, de 14 de outubro e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2018/A de 22 de outubro (procede à harmonização, na Administração Pública da Região Autónoma dos Açores, dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas)"**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a intervenção do Sr. Deputado António Lima *(BE),* participaram no debate os/a Srs./a Deputados/a Berto Messias *(PS),* Sabrina Furtado *(PSD),* Pedro Neves *(PAN),* Pedro Pinto *(CDS-PP),* Nuno Barata *(IL),* Paulo Estêvão *(PPM),* Vasco Cordeiro *(PS)* e Carlos Furtado *(Indep.).*

Submetido à votação o Projeto de DLR foi aprovado por unanimidade.

Proferiram declarações de voto o Sr. Deputados António Lima *(BE)* e a Sra. Deputada Sabrina Furtado *(PSD).*

Posteriormente e sobre o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 52/XII – "Nona alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/2007/A, de 30 de agosto – Estatuto do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário na Região Autónoma dos Açores"**,

apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM, usou da palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado para fazer a sua apresentação.
Aberto o debate usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão *(PPM)*, António Lima *(BE)*, Rui Martins *(CDS-PP)*, Rodolfo Franca *(PS)*, Nuno Barata *(IL)*, Vasco Cordeiro *(PS)*, bem como a Sra. Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais *(Sofia Ribeiro)*.
Submetido à votação o diploma foi aprovado por unanimidade.
Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Joaquim Machado *(PSD)*, António Lima *(BE)*, Rodolfo Franca *(PS)*, Paulo Estêvão *(PPM)*, Rui Martins *(CDS-PP)* e Carlos Furtado *(Indep.)*.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 23 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Vamos dar início aos nossos trabalhos. Desejo a todos uma boa semana de trabalhos. Tem a palavra o Sr. Secretário para a chamada. Faça favor.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)
Ana Luísa Pereira **Luís**
Andreia Martins **Cardoso** da Costa
Carlos Emanuel Rego **Silva**
Célia Otelinda Borges **Pereira**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Joana Pombo Sousa Tavares
João Paulo Serôdeo **Melo**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria Isabel Góis **Teixeira**

Maria **Valdemira Gouveia** Andrade **Carvalho**

Mário José Dinis **Tomé**

Marta Ávila **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da **Franca**

Rui Filipe Vieira **Anjos**

Sandra Micaela Costa Dias **Faria**

Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Vasco Alves **Cordeiro**

Vílson Filipe da Costa Ponte **Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**

Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Délia Maria **Melo**

Elisa Lima **Sousa**

Flávio da Silva **Soares**

Jaime Luís Melo **Vieira**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Carlos Cota **Soares**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo Duarte **Gomes**

Ricardo Beato Gomes **Vieira**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Jorge Miguel Azevedo **Paiva**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues **Furtado**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário. Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, permitam-me que, antes de iniciar os nossos trabalhos, propriamente ditos, dirija umas palavras de boas-vindas ao Sr. Deputado Ricardo Vieira e desejo, em nome deste Parlamento, um bom trabalho.

Deputado Ricardo Vieira *(PSD):* Muito obrigado!

Presidente: Conforme deliberado na Conferência de Líderes, vamos iniciar os nossos trabalhos desta amanhã com o ponto 2 da nossa Agenda: **Sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral.**

Como sabem, esta matéria é regida pelos artigos 180.º e 181.º do nosso Regimento. Tem uma duração máxima de 3 horas, também como deliberado pela Conferência de Líderes. O proponente, que neste caso é o Partido Socialista, bem como os demais grupos parlamentares, têm a oportunidade de fazer o seguinte número de perguntas sobre casa objeto, e são três os objetos.

- Serviço Regional de Saúde
- Prevenção e combate às dependências
- Saúde mental

No primeiro objeto todos os grupos parlamentares poderão fazer 2 perguntas; no segundo objeto duas perguntas e no terceiro objeto uma pergunta.

As representações parlamentares têm direito a fazer uma pergunta por cada um dos objetos.

Apenas recordo também que o proponente tem direito à réplica.

Para cada pergunta, cada Sra. e Sr. Deputado têm três minutos para o fazer; o Governo Regional cinco minutos para responder e, na réplica, tem o Governo Regional três minutos para a resposta.

Vamos então dar início a esta sessão de perguntas.

Para a primeira questão, sobre o primeiro objeto, que é o Serviço de Saúde, tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor. Tem 3 minutos.

(*) Deputado Tiago Lopes *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Serviço Regional de Saúde apresenta sinais de degradação que preocupam o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores.

A este Grupo Parlamentar têm chegado relatos disso mesmo, nos últimos meses.

Em Santa Maria existem graves constrangimentos na deslocação de doentes pelas dificuldades verificadas ao nível dos transportes.

Atualmente existem utentes a ficarem cinco dias em São Miguel para uma consulta.

Em São Miguel, mais de 9 mil utentes aguardam por uma consulta médica no hospital de Ponta Delgada.

Na Terceira ocorre rutura no serviço de urgência do Centro de Saúde da Praia da Vitória por falta de médico.

Na Graciosa, um doente aguarda há mais de 200 dias por uma consulta e outros doentes aguardam mais de quatro meses para mostrar os exames por ele requisitados.

Em São Jorge, dois médicos cessaram funções há poucos dias e, tal como no Pico, o prometido novo edifício para o Centro de Saúde não passou de uma promessa eleitoral.

No Faial há cerca de 3 mil utentes sem médico de família.

Nas Flores, os cuidados de fisioterapia não são prestados há duas semanas. Os médicos não se deslocam às freguesias há mais de dois meses e não há consultas de medicina dentária nas Lajes das Flores.

Deputado Gustavo Alves *(PPM):* Não fale nisso!

O Orador: No Corvo, com a nomeação de uma enfermeira e de um médico para o Conselho de Administração, alargado o horário de funcionamento de modo a incluir sábados e domingos, verifica-se que a referida enfermeira e o médico nomeado estão invariavelmente ausentes da ilha.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Isso é falso! Isso é mentira!

O Orador: A Ordem dos Médicos já veio a público alertar para os diferentes entre médicos e Conselho de Administração do Hospital de Ponta Delgada, bem como solicitar averiguações ao caso do doente que faleceu na sequência de uma queda do terceiro andar, ao passe que há poucos dias um doente simulou, no parque de estacionamento do mesmo hospital, após ter sido atendido no serviço de urgência.

Deputado Gustavo Alves *(PPM):* A culpa é do Governo!

O Orador: Em menos de seis meses o número de pedidos de recusa de responsabilidade por parte de enfermeiros aumentou por considerarem que não têm as condições necessárias para a qualidade e segurança dos cuidados.

Posto isto, a questão que se coloca e se V. Exas. quiserem ouvir,...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* V. Exa. é que não vai gostar do que tem para ouvir!

O Orador: ... é se, para além dos números que têm sido sempre utilizados como resposta a tudo, estas situações concretas e aqui apresentadas, bem como outras, preocupam efetivamente este Governo e se este é capaz de inverter o rumo da saúde na Região?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

Faça favor, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Assistimos aqui, como era expetável, a mais um ataque ao Serviço Regional de Saúde...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... por quem teve a responsabilidade de o gerir durante 24 anos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E quando o que vemos é os resultados o trabalho deste Governo, das direções das unidades de saúde, e dos profissionais de saúde, isso, sim, para inverter a tendência desastrosa do Serviço Regional de Saúde dos Governos anteriores, quando vemos uma inversão positiva, os números, os resultados, as respostas, todas a subir, o PS, o que faz, é pôr para baixo.

Deputado Rodolfo Franca *(PS):* Isso não é verdade!

O Orador: Pôr para baixo! Pôr para baixo!

É uma estratégia política, legítima como qualquer outra, mas revela bem quais são os propósitos que motivam esse tipo de postura política.

Como já tive a oportunidade de referir, passámos dois anos de pandemia, intensamente, com a sociedade açoriana a sofrer de forma muito forte todos os impactos da pandemia, e em que os profissionais, as unidades de saúde, e os seus dirigentes levaram dia e noite a tentar apagar fogos que surgiam a todas as horas.

Apesar de toda esta intensidade, de toda esta exigência, o que aconteceu foi que as respostas positivas aos cidadãos açorianos superaram os números de 2020, quando o senhor era diretor regional, e de 2019 e de 2018, quando ninguém sequer imaginava que ia haver pandemia.

Sei que incomoda os números, mas não há outra prova que demonstre quais são os resultados. E vou referir, porque isto também tem um sentido de tranquilizar os açorianos,...

Deputado Carlos Silva *(PS):* Mas responda às perguntas!

O Orador: ... porque perante esta atitude do Partido Socialista, aqueles que estão mais desatentos podiam ficar aflitos: isto é assim mesmo tão mau? Se me acontecer alguma coisa como é que vai ser? É essa a consequência do vosso alarmismo e da vossa intenção de, permanentemente, criar a ideia negativa sobre os profissionais de saúde, em desrespeito para com os profissionais de saúde.

Por isso, para tranquilizar os açorianos do que é que está a ser feito:

Consultas:

Em 2021 foram realizadas, nos Açores, 1 milhão, 109 mil e 373 consultas, mais 56 mil consultas do que 2020, e mais 65 mil, 172 consultas do que em 2019, e mais 72 mil, 846 do que em 2018, sem pandemia.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Diz o PS, naquela *cassete de esquerdolho* que: há isto são consultas por telefone.

Mas para clarificar também isso, para clarificar os açorianos, curiosamente, só no Hospital Divino Espírito Santo, foram realizadas mais consultas por telefone quando o senhor era Diretor Regional do que o ano passado.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Foram realizadas consultas por telefone em 2020, quando o senhor era Diretor Regional, 5060, quando neste ano foram 3.582, sendo certo que o número global é muito superior àquele que era o número global das consultas em 2020, o que quer dizer que em termos de consultas estamos conversados.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Falou em deslocações de especialistas. Isto era um assunto que penso que o PS devia ficar anos e anos sem dizer uma conversa que não fosse promover soluções,...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ...promover soluções, promover soluções, mas o senhor teve a oportunidade de ser uma solução e nunca quis ser solução. O senhor quis sempre ser a causa do problema. E, neste caso concreto, sobre consultas de especialistas em ilhas sem hospital.

Para que fique claro:

Em 2021, foram realizadas 11.627, mais 4.432 do que em 2020.

No ano passado, com este Governo, foram realizadas consultas de médicos especialistas, em ilhas sem hospital, mais 4.432 quando o senhor era Diretor Regional, e mais 1.135 do que 2019, quando não havia pandemia, quando não havia constrangimentos nos transportes, não havia nada disso. Mais 1.332 do que 2018, quando não havia pandemia, não havia constrangimentos nos transportes, quando não havia constrangimentos nas unidades de saúde. Isto são os números que correspondem às pessoas.

Cada um destes milhares de números corresponde a uma pessoa e é isso que os senhores esquecem. Cada um destes números é uma pessoa e estamos a dar respostas de saúde às pessoas que precisam.

Deputado Gustavo Alves *(PPM):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário Regional.

O Orador: Termino já com dois números também, por muito que incomode é o que eu tenho. São números que correspondem à verdade, e a verdade está acima de tudo o mais.

Exames realizados. Também realizámos mais. Realizámos em 2021, 5.731.285. No fundo, realizámos mais 1 milhão, 112 mil do que quando o senhor era Diretor Regional, mais 608 mil do que em 2019, quando não havia pandemia; mais 1 milhão, 143 do que em 2018, quando não havia pandemia. Isto é tudo a subir.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: E termino já, Sr. Presidente.

Cirurgias, que não são por telefone, não são por outro meio.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Quais?

O Orador: São cirurgias que resolvem problemas de pessoas que estavam há anos em lista de espera. Foram realizadas 9.876, mais 3.752 cirurgias do que no ano que o senhor foi Diretor Regional; mais 1.193 do que em 2019, sem pandemia.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário Regional.

O Orador: Mais 1932 do que em 2018, sem pandemia.

O que é que acontece?

O que temos é isto: sempre a subir, tudo a subir, tudo a subir.

Consultas, cirurgias, tudo a subir.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva *(PS):* Pequenas cirurgias!

O Orador: E o PS, e o Sr. Deputado em particular, o que quer é pôr para baixo, pôr para baixo, pôr para baixo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Este PS anda muito doente!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) Deputado Tiago Lopes *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente este Governo continua sem dar resposta às necessidades da população.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Carlos Freitas *(PSD):* Sr. Deputado, isso é brincar! Isso é gozo, só pode ser!

O Orador: Coloquei uma série de questões, por ilha, de problemas que chegam a este Grupo Parlamentar e o Sr. Secretário não respondeu a nenhuma.

Respondeu com números, mas a realidade, infelizmente, é outra.

Na verdade, este Governo procura escamotear a sua negligência governativa...

Deputado Carlos Freitas *(PSD):* É falso!

O Orador: ... nomeadamente na área da saúde, com números. Invariavelmente!...

Contudo, as pessoas já não acreditam nem na palavra, nem nos números deste Governo.

Este Governo anunciou o aumento das consultas médicas e estava a referir, o Sr. Secretário, as consultas feitas por via telefónica, sem a observação dos utentes.

Mas os seus números, invariavelmente, não batem certo também com aqueles que são públicos, pelo Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada.

Se nós virmos, atos médicos sem doentes, em 2018, foram 13 mil; em 2019, 13.335; em 2020, 15.342; em 2021, que não era o ano de *lockdown,* de 2020, 26.044. E só em quatro meses, 2022, já vamos em 20.000.

Deputado José Ávila *(PS):* Afinal!...

O Orador: São estes os números, Sr. Secretário.

Mas vejamos agora a produção cirúrgica e as cirurgias canceladas que este Governo não explica.

Vejamos aqui a evolução do número de cirurgias canceladas em lista de inscritos para cirurgia para 2021.

Veja aqui, Sr. Secretário: 3.468 cirurgias canceladas. O recorde absoluto de todos os anos, que se faz o registo do SIGICA no Serviço Regional de Saúde.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Fale das realizadas!

O Orador: Mas não só!

Se consultarmos os relatórios do SIGICA, em setembro de 2021, temos 808 doentes operados, mas se compararmos com o relatório anual de 2021, do SIGICA, em setembro, afinal, já são 844.

O de novembro diz que foram operados 1.035, mas no relatório anual já nos diz que afinal, em novembro, foram operados 1071.

Quem é que pode acreditar nestes números e nos números que este Governo apresenta?

Vejamos o número de reclamações de utentes.

Tomemos como exemplo a unidade de oncologia médica do Hospital de Ponta Delgada, cuja degradação este Governo assiste, impávido e sereno, sendo que em 2020 houve quatro reclamações; em 2021, 17 e só em poucos meses deste ano já vamos em 11.

Recordemos a disparidade entre o número de doentes internados devido à COVID, anunciados por este Governo, e o número de doentes internados, comunicado com o hospital de Ponta Delgada.

É esta a realidade por detrás dos números e que este Governo omite e negligencia. A verdade é que até ao momento este Governo tem acrescentado vários problemas ao Serviço Regional de Saúde ao invés de soluções.

A realidade é que este Governo é incapaz não só de fazer diferente, como incapaz de fazer mais e melhor pelo Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e do Desporto. Tem três minutos, Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para manifestar a minha estupefação quando o PS contesta os números do Governo, que são os números oficiais, e responde com outros números. Os números não servem para dizer a verdade,...

Deputado Carlos Silva *(PS):* Mas os números do Governo não batem certo com os números publicados!

O Orador: ... mas servem para lançar a confusão por parte do Partido Socialista.

É essa a vossa estratégia e os açorianos estão mais atentos do que aquilo que os senhores pensam. Já deviam ter percebido isso, mas a questão aqui é que...

Deputado Tiago Lopes *(PS):* O senhor quer descredibilizar os seus próprios números!

O Orador: ... o que o Sr. Deputado acabou de dizer é uma estrema gravidade, que os números que foram aqui apresentados são falsos. Foi isso que o senhor disse.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Não batem certos com os publicados!

O Orador: O senhor está a desconfiar de quem?

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Os relatórios são publicados pela sua secretaria!

O Orador: O senhor está a lançar um anátema de falsidade de declarações sobre quem?... Sobre quem?... Sobre os profissionais de saúde? Sobre os dirigentes das unidades de saúde que encontram esses números e transmitem esses números?

Deputado Carlos Silva *(PS):* Quais são?

O Orador: O senhor está a desconfiar de quem?

O que o senhor quer é lançar a desconfiança sobre os outros revelando a sua postura política, mas o que está aqui em causa são números reais, números absolutamente reais que foram referidos, e se eu refiro números...

Deputado Carlos Silva *(PS):* Quais são?

O Orador: ... é que porque eles correspondem, como disse, à vida das pessoas.

O senhor se calhar preferia que houvesse aqui uma conversa redonda, uma conversa de teoria.

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Sr. Secretário, é isso que o senhor está a fazer!

O Orador: Não! Nós não estamos aqui para conversa. Estamos aqui para resolver problemas e para trabalhar e é o que estamos a fazer.

Estamos a fazer conforme demonstram os números e os números o que demonstram é exatamente isto: enquanto o senhor vem com uma estratégia de desconfiança, é desastroso, é degradante, é absurdo... Tudo com objetivos negativos, com uma carga negativa permanente.

Essa carga negativa, cria uma grande exigência para o Serviço Regional de Saúde ter um antidoto para toda essa carga negativa que o senhor teima em pôr sobre o Serviço Regional de Saúde.

É uma carga negativa sobre tudo. Está tudo mal, tudo mal, tudo mal.

Há muita coisa mal, há muita coisa que poderia ter sido resolvida em 24 anos. Há muita coisa que estamos a resolver, mas há muitas mais coisas que queremos resolver e vamos resolver com a determinação com que estamos a resolver as que já resolvemos até aqui.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Isto também é mais um número sobre cirurgias. O senhor sabe muito bem, porque o senhor é profissional de saúde, que obviamente, num tempo de pandemia, com a intensidade de números que...

Deputado Carlos Silva *(PS):* A pandemia começou em 2020, não começou consigo!

O Orador: Estamos em 2022 e ainda este ano os números mais altos de casos positivos foram este ano. Está a acontecer a pandemia aqui, em todo o mundo, e no país, de forma particular.

Felizmente, a pandemia, nesta fase, não teve a severidade em termos de internamentos e de óbitos que teve noutras fases da pandemia.

Mas existe pandemia.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário Regional.

O Orador: E isto cria constrangimentos ao Serviço Regional de Saúde e, obviamente, criando constrangimentos em doentes infetados que não podem ser sujeitos a cirurgia,...

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Isso são desculpas de mau pagador, Sr. Secretário!

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Mau pagador é outra conversa!

O Orador: ... profissionais de saúde, serviços condicionados. Obviamente que condicionou.

Mas mais do que aquilo que foi cancelado o que importa são as cirurgias realizadas. Isso é que importa! Cirurgias realizadas que foram mais agora do que mesmo no tempo em que não havia pandemia.

E termino já, Sr. Presidente, dizendo o seguinte:

Sobre isto, os números também demonstram. Sei que incomoda o número, mas o número quer dizer exatamente isto:

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Quais números?

O Orador: Listas de espera! Sabe quantos açorianos estavam em lista de espera quando o senhor saiu das funções que tinha, quando o PS deixou de ser Governo? Sabe?... Sabe?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Em 31 de novembro de 2020, quando os senhores saíram, havia, em listas de espera, 12.240 açorianos.

Agora, existem 10.133; menos 2.107. Tirámos das listas de espera 2.107 açorianos e vamos tirar mais com o trabalho que estamos a desenvolver juntamente com os profissionais de saúde.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Qual a versão do relatório que está ali?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Tiago Lopes pede a palavra para?

(*) Deputado Tiago Lopes *(PS):* Uma interpelação à Mesa.

Presidente: Uma interpelação, faça favor. Tem a palavra para uma interpelação.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Temos regras neste debate!

(*) Deputado Tiago Lopes *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Peço a palavra para uma interpelação para informar a Mesa e esta Assembleia de que irei fazer chegar à Mesa, e peço o favor de distribuir por todas as Sras. e os Srs. Deputados, os relatórios da autoria da Secretaria Regional da Saúde e do Desporto, os relatórios do SIGICA de 2021, nos quais eu me baseei para mostrar a discrepância de números nos relatórios.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Se vai entregar os relatórios não tem que dizer mais nada! Há regras aqui, Sr. Presidente!

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Isto é uma vergonha!

O Orador: Os relatórios têm números contraditórios.

Nós nunca sabemos quais são os números que são reais.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* É preciso respeitar as regras. Isto não é uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Regional.

Assim que a Mesa rececionar os documentos fá-los-á distribuir pelas Sras. e pelos Srs. Deputados.

Vamos dar continuidade à sessão de perguntas, se me permitirem, eu darei a palavra, para uma questão, ao Sr. Deputado Jorge Paiva. Faça favor, Sr. Deputado. Tem a palavra. Tem três minutos.

(*) Deputado Jorge Paiva *(PPM):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É fundamental assegurar respostas de saúde de forma eficiente e eficaz. Como tal, é essencial um Sistema Regional de Saúde robusto e modernizado, pois o acesso aos cuidados de saúde é um forte promotor da coesão regional e da fixação de pessoas, garantindo que a acessibilidade aos cuidados de saúde seja a mesma para um açoriano que viva numa ilha com hospital, ou viva numa ilha sem hospital, reconhecendo, é certo, que viver numa ilha sem hospital existem aspetos que assumem uma relevância diferente, como a deslocação de médicos especialistas, com uma boa resposta no atendimento

permanente, como uma boa articulação entre os centros de saúde e hospitais, entre outros.

Muitos são os relatos, ao longo dos anos, de situações que não deveriam acontecer, como um utente deslocar-se a uma consulta e na semana seguinte ser chamado para se deslocar novamente, porque tem uma consulta de outra especialidade ou exame, de utentes que esperam e desesperam por uma consulta de especialidade, quando a resposta do Serviço Regional de Saúde é a única que conseguem ter acesso, dificuldades nas ligações interilhas e no alojamento em ilhas com hospital, em época alta. Enfim!... Muitos foram os relatos, e ainda são alguns, muitas situações que com a pandemia vieram a agravar, até porque durante algum tempo não foi possível realizar consultas de especialidade.

Sabendo que, o Sr. Secretário já respondeu, em parte, à minha pergunta, ainda assim a faço:

Qual o número de consultas, nomeadamente o número de consultas de especialidade, em ilhas sem hospital, em 2021, comparativamente com os anos anteriores?

Reconhecemos que existe um longo caminho a percorrer para inverter e ultrapassar muitos dos problemas que são vividos nos hospitais e centros de saúde, de forma a que seja dada a resposta adequada a todos os utentes, mas é urgente que este caminho se faça, e é isto que Governo está a fazer, sabendo que, muitas vezes, não tem sido fácil e com muitas pedras na engrenagem.

Acreditando que o caminho, no que concerne às consultas de especialidade, passa por um crescente número de consultas de especialidade nos Centros de Saúde, nomeadamente nas ilhas sem hospital, porque sem dúvida que é mais fácil deslocar um médico à ilha sem hospital, do que os utentes à ilha com hospital.

Reitero aquilo que disse inicialmente: precisamos de um Sistema Regional de Saúde robusto, modernizado, e assente nos cuidados primários de proximidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito obrigado, Sr. Deputado.

A questão que coloca aqui é uma das questões mais relevantes da saúde na Região e tem a ver exatamente com a nossa natureza, com a nossa condição arquipelágica, com a nossa dispersão e com a circunstância do isolamento de algumas ilhas, e da inexistência nessas ilhas de cuidados hospitalares, fazer com que os cuidados de saúde sejam ainda mais relevantes para as respetivas ilhas e os respetivos habitantes.

Por isso, aproveito também para anunciar que o Governo Regional está a proceder a uma reformulação de todo o quadro jurídico e regulamentar relativo a esta realidade, nomeadamente no que concerne às deslocações de doentes e às deslocações de profissionais de saúde.

Este quadro, neste momento, está disperso por vários normativos, nalguns deles que são incoerentes e incompatíveis entre si, e o que se está a fazer é uma regulação coerente, integrada, sistémica de tudo isto, no sentido de que aquilo que diz respeito à saúde dos açorianos que implique deslocação ou dos doentes, ou do profissional de saúde, tenha uma resposta articulada, rápida e eficiente.

Por isso, é isto que estamos a desenvolver e esperamos, durante este ano, apresentar este quadro global de todas as regras relativas à deslocação de doentes e de profissionais de saúde.

De facto, o que encontramos é um sistema que não funciona. Aqueles exemplos que referiu, ouço-os todos os dias. São os exemplos da pessoa que é de uma ilha sem hospital que tem que de ir a uma ilha com hospital, chega lá faz um exame, fica a aguardar a cirurgia, a cirurgia é adiada, volta para trás, despois volta a fazer exames para fazer a cirurgia.

Isto é uma confusão tremenda e que causa um desgaste imenso às pessoas. Em 24 anos isso não foi possível resolver pelo Partido Socialista, mas este Governo ainda este ano vai apresentar um conjunto de regras que de uma forma sistémica, integrada e coerente, dê resposta a estas questões, conforme, de resto, é necessário para os açorianos.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Sobre os números, referi na minha resposta anterior, mas posso repetir, que em 2021 foram realizadas consultas por médicos especialistas em ilhas sem hospital, 11.267; em 2020, foram realizadas 6.835, menos 4.432; em 2019, 10.132, menos 1.135 e, em 2018, 9.935, menos 1.332.

Na ilha de São Jorge, nesta ilha, só para também ter a noção da grandeza destes números, em 2021 foram realizadas 2.043 consultas; em 2020, 1.187, menos 856; e em 2018, ainda antes da pandemia, foram realizadas menos 316 (1727).

Exames: também foram realizados mais exames por médicos especialistas na ilha de São Jorge. Em 2021, 1.360; em 2020, 980 (menos 380); em 2019, 1.260 (menos 100); em 2018, menos 1.334 (menos 26).

Aqui, também se demonstra que a retoma que todos ansiavam acabou por acontecer com a enorme determinação dos profissionais de saúde, dos respetivos dirigentes, da tutela, no sentido de que aquilo que foi o constrangimento e condicionalismo das pessoas e dos profissionais de saúde com a pandemia, se ultrapasse, mesmo dentro da pandemia, isto é, mesmo com a pandemia, os números alcançados pelo Serviço Regional de Saúde são superiores a anos anteriores à pandemia.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Isto não me deixa satisfeito, porque ainda há muita coisa para fazer, mas deixa-me com a consciência tranquila que se está a fazer o possível e muitas vezes mais do que o possível para resolver o problema dos açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra para colocar uma questão a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) Deputada Alexandra Manes *(BE):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda fez aprovar, por unanimidade, uma proposta, em março de 2021, que recomendava ao Governo Regional a elaboração de um Plano de Recuperação da atividade assistencial, na área da saúde, em virtude dos efeitos negativos na prestação de cuidados de saúde devido à pandemia.

Este plano deveria conter a calendarização da recuperação da atividade existencial, a definição de metas de recuperação da atividade assistencial e a descrição das medidas a implementar.

Nas anteriores respostas que o Sr. Secretário deu, limitou-se a debitar um conjunto de números sem, no entanto, definir aquelas que eram as metas e os objetivos a atingir. E nisto, para o Bloco de Esquerda, tivemos conhecimento de que teria feito o diagnóstico daquilo que realmente necessitava ser feito no Sistema Regional de Saúde, neste âmbito, mas o cumprimento na íntegra da resolução aqui aprovada, o Sr. Secretário não o fez, nem deu mais qualquer tipo de conhecimento acerca disso, a não ser, como eu disse, debitar os números.

Por isso, pergunto-lhe, Sr. Secretário, quais foram as metas definidas, no âmbito dessa resolução, os objetivos e aquilo que foi conseguido?

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para a resposta tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde. Faça favor, Sr. Secretário Regional da Saúde. Faça favor, Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parece que adivinhando a sua pergunta, respondi na pergunta anterior exatamente àquilo que acaba por corresponder à sua expetativa.

Devo dizer que, no que diz respeito, à informação do que estava a ser feito no relatório e a Resolução que foi cumprida...

Deputada Alexandra Manes *(BE):* Não foi!

O Orador: Deixe-me concluir.

... no entanto, no que diz respeito ao plano de retoma isto não foi cumprido e devo dizer as razões pelas quais isso não aconteceu.

Isso não aconteceu pela seguinte razão:

Um plano tem, por natureza, uma perspetiva conceptual e de estratégia, que leva sempre algum tempo e uma determinação, nesse tempo, e os respetivos resultados.

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Mais de um ano, Sr. Secretário?

O Orador: O que nos apercebemos, quando estávamos a elaborar esse plano foi que a orientação e a determinação da tutela e das direções das unidades de saúde, fizeram com que se operacionalizasse e concretizasse todos os objetivos de uma retoma.

Por isso mesmo é que chegámos ao final de 2021 com os números que acabei de evidenciar.

Não se pode minimizar números,...

Deputado Tiago Lopes *(PS):* O senhor é que menorizou!

O Orador: ... porque minimizar números é minimizar pessoas, porque a cada número de cada consulta, a cada número de cada exame, a cada número de cada cirurgia, está uma pessoa e, em muitos casos, pessoas que levaram anos à espera daquele cuidado assistencial.

Essas pessoas viram resolvido o seu problema e só viram resolvido o seu problema, porquê? Porque houve essa retoma.

Parece que o Bloco de Esquerda está mais preocupado com a forma do que com a substância.

Está mais preocupado com um documento que diga "a retoma é esta", do que com os resultados.

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Há pessoas há mais de 9 meses no Hospital de Ponta Delgada!

O Orador: Da nossa parte perdemos o mínimo de tempo possível com aquilo que não seja eficiente para nos ocuparmos permanentemente, para nos focarmos e os profissionais de saúde, em resolver problemas.

Por isso mesmo, eu não entendo, e certamente por falha minha, como é que o Bloco de Esquerda, tendo apresentado um Projeto de Resolução nos termos em que apresentou, certamente preocupado com a retoma dos cuidados assistenciais, isto é, com a retoma do número de consultas, com a retoma do número de exames, com a retoma do número de cirurgias... Certamente foi essa preocupação que levou o Bloco de Esquerda a apresentar a resolução que apresentou, isto é, estava preocupado que não se retomasse o ritmo de consultas, exames e cirurgias.

Ora, acabei de demonstrar que, em 2021, não só retomámos, como ultrapassámos o número de consultas, de exames e de cirurgias. Isso seria motivo de regozijo por parte do Bloco de Esquerda, na minha inocência,...

Deputada Alexandra Manes *(BE):* Inocência?!!! (Risos)

O Orador: ... mas estou certo de que é inocência, porque de facto parece que o Bloco de Esquerda está é chateado, porque temos números melhores, em termos de consultas, de exames e de cirurgias.

Mas os vossos estados de espírito não nos incomodam.

O que nos perturba e o que nos preocupa é que ainda há muitos casos para resolver e é esse foco, essa determinação que faz com que continuemos a trabalhar dia e noite, com profissionais de saúde exaustos em muitos casos,...

Deputado Gustavo Alves *(PPM):* Muito bem!

Deputado Carlos Silva *(PS):* É sempre a mesma conversa!

O Orador: ... mas a sua vontade, a vontade e motivação dos profissionais de saúde, é superior ao cansaço que tem.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Não é verdade!

O Orador: É essa determinação que o Serviço Regional de Saúde tem demonstrado que faz com que os resultados, felizmente para este Governo, felizmente para os açorianos, sejam os que são. Se calhar, infelizmente para alguns.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Qual a versão do relatório que está ali?

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para colocar uma questão tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Saúde:

O senhor é um exímio esgrimidor de números, mas eu já aqui lhe disse, uma vez ou duas, que pelo facto de o senhor ter comido uma dúzia de chicharros e eu ter comido duas bananas, não quer dizer que o senhor tenha comido meia dúzia de chicharros e eu a outra meia dúzia de chicharros, que o senhor tenha comido uma banana e o senhor a outra banana. Esta é que é a realidade dos números.

O Sr. Deputado pode ter diminuído as listas de espera nalgumas cirurgias, mas noutras aumentou.

Como bem sabe, diminuiu a lista de espera em otorrino, aumentou em cirurgia geral nomeadamente, e ortopedia.

Mas Sr. Secretário, não é por aí que eu vou. Já é a segunda ou terceira vez que o senhor aqui a esta Casa vem dizer que nós, aqui, é só conversa e o senhor está trabalhando e resolvendo os assuntos.

Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Eu não disse isso!

O Orador: O senhor não está trabalhando e resolvendo os assuntos e nesta Casa não é só conversa.

Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Eu não disse isso!

O Orador: É trabalho!

E resolvem-se assuntos nesta Casa também, porque esta é a casa da Democracia.

Eu não tenho culpa que o senhor nem sequer tenha sido candidato nas litas do seu partido para estar aqui sentado nesta Casa, mas esta é a Casa da Democracia e é uma Casa onde se trabalha e onde se trabalha bastante.

Sr. Secretário, a respeito de trabalho, o senhor, desde o dia 28 de maio, que o senhor não tem Presidente do Conselho de Administração no Hospital da Ilha Terceira. Para quando a nomeação do Presidente do Conselho de Administração da Ilha Terceira, que está desde o dia 28 de maio sem uma administração nomeada? Entretanto o Governo já nomeou muita gente, para muitos outros gabinetes.

Muito obrigado.

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Está à espera de que o Sr. Monjardino fique disponível!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde. Faça favor.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, isto não é uma conversa de bananas. É uma conversa séria e uma conversa de números que correspondem a resultados.

Eu nunca, nem sequer me passou pela cabeça, pôr em causa a atividade parlamentar, a qual, com muita honra, exerci durante 12 anos. Para sua informação, deixei de ser candidato por vontade própria.

A minha vontade, se me conhece, saberá, está acima de qualquer outra condicionante ou constrangimento.

No que diz respeito à conversa, o que eu disse foi que se calhar o Sr. Deputado do Partido Socialista...

Deputado Carlos Silva *(PS):* Que obsessão pelo Partido Socialista!

O Orador: ... preferia que eu viesse com conversas redondas e não apresentasse números. Foi isso que eu disse.

Não fiz qualquer crítica parlamentar àquilo que é o natural e necessário debate parlamentar.

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Seja coerente com os números Sr. Secretário!

O Orador: Os números? Não tenho outros! São estes!

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Há mais!

O Orador: Por acaso são números positivos que revelam que estamos a ter mais consultas, mais exames e mais cirurgias, que há menos açorianos em lista de espera, que há mais profissionais de saúde.

Cada número corresponde a uma pessoa, quer seja a pessoa que foi objeto daquele ato médico, quer seja o profissional de saúde que foi contratado.

Estamos a falar de pessoas, estamos a falar dos açorianos, e é isto que está aqui em causa. Podiam ser outros números, mas por acaso são estes, e correspondem a resultados na vida das pessoas.

Quanto ao Conselho de Administração, obviamente que, ao contrário do que o Sr. Deputado referiu, não está sem administração. A administração continua.

Há um Presidente do Conselho de Administração que está demissionário, está em funções até à respetiva substituição, e que será substituído quando aquilo que estamos a fazer neste momento, que é desenvolver contactos para

encontrar a pessoa com as condições adequadas para uma função com aquela responsabilidade, essa pessoa estiver resolvida esta questão.

Esperemos que seja nas próximas semanas.

Há contactos, estamos a aguardar respostas.

Isto não é uma situação de nomear um porque apetece, ou porque parece bem, ou porque dá jeito.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Sr. Secretário, o senhor basicamente está a dizer que ninguém está a aceitar o seu convite!

O Orador: Estamos a falar de pessoas com critério; com critério, com currículo e com capacidade adequada ao exercício de funções com esta responsabilidade.

É disso que estamos a falar e é exatamente com este sentido de responsabilidade que estamos a encontrar a pessoa adequada.

Posso dizer-lhe que a pessoa está encontrada, está apenas aqui a aguardar uma questão que tem a ver com o vínculo que tem com uma outra entidade, para ser assumido.

Para sua tranquilidade está encontrada a pessoa. Está apenas a aguardar, por isso não é público.

Tem vínculo com outra entidade e, entretanto, o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, continua a funcionar com a sua administração, com o Presidente do Conselho de Administração, apesar de demissionário, a exercer as suas funções,...

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Até membros da sua bancada estiveram lá!

O Orador: ... o que diz bem do sentido de responsabilidade de quem está a gerir os destinos daquele hospital, sempre, sempre, em proveito das pessoas.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Ninguém aceita o seu convite, Sr. Secretário, ninguém quer trabalhar consigo!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Esse aparte foi muito interessante!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para colocar uma questão tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado José Pacheco *(CH):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Um bom dia a todos, antes de mais.

Como aqui foi dito, e bem, falar de saúde, é falar de pessoas. Normalmente quando falamos de saúde devíamos, se calhar, estar aqui também a falar da saúde preventiva, mas normalmente falamos quando a saúde nos falha. E as pessoas sabem o que custa, quando a saúde falha, e não são Deputados, nem são membros do Governo, ou seja, quando não têm possibilidade de ir a um hospital privado, quando não têm possibilidade de pagar do seu bolso.

É aí que a coisa doi!

Quem muito tem, normalmente consegue; quem pouco tem, tem dificuldade em conseguir.

É a lei da vida, também!

Também aproveitava o momento para agradecer, porque nunca é demais, a todos os profissionais de saúde, especialmente também ao povo açoriano pela paciência e compreensão nestes dois anos de pandemia, que ainda não acabaram, dois anos que nos têm feito engatar também o sistema de saúde, e que aqui tenho visto, tanto o Governo anterior, como o Governo atual, a fazer

um trabalho, dentro daquilo que é possível, uns dias melhores, outros dias piores, porque as coisas são assim mesmo e ninguém previa nada disto.

A verdade é que nós continuamos com listas de espera.

É verdade também que não se resolve de um dia para o outro.

A minha pergunta vai, muito objetivamente, para aqueles que estão à espera de uma consulta há largos meses, ou até um ano: o que é que estamos a fazer, concretamente, para reduzir as listas de espera e se vamos fazer mais e melhores protocolos com entidades privadas no sentido de esvaziar a carga que há sobre os hospitais públicos?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde. Faça favor.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José Pacheco tocou aqui num ponto que penso que é um dos pontos mais importantes e fulcrais da saúde, no país e nos Açores em particular, que é a responsabilidade que temos. Tem a ver com o acesso.

Fez referência que quem pode tem, quem não pode não tem. Isto, desmontado, revela a injustiça do sistema em que vivemos. É isso que é preciso que todos percebamos isto, que se faça uma reflexão e que se dê contributos positivos para ultrapassar.

Vou concretizar:

A injustiça é tal que quem não tem meios suficientes leva muito tempo à espera para um dito suposto serviço público de saúde universal e equitativo. Leva muito tempo à espera.

E esse sistema público é pago pelos impostos de quem trabalha, produz e consegue ter impostos.

Mas estes que trabalham, que produzem e pagam impostos, têm que ter mais um seguro de saúde para ter acesso ao cuidado de saúde. Isto é uma injustiça tremenda.

É uma injustiça nas duas dimensões: quem não pode, espera, porque não tem acesso; e quem pode paga duas vezes, paga os impostos e paga o seguro de saúde.

Isto é uma questão estrutural, é uma questão que é preciso que haja uma reflexão profunda sobre ela, e estamos a fazê-la, e perceber se mais vale continuarmos com esta ideia de que há um serviço público de saúde, gratuito, universal para todos, que começa e acaba na ideia, porque na prática não acontece, ou se queremos articular isto como um sistema (dando resposta à sua questão) em que todos fazem parte, sejam públicos, privados, sociais e que isto funcione de uma forma encaixada, que seja uma roda dentada de respostas para as necessidades das pessoas. Isto é importantíssimo que se faça.

Estamos a fazê-lo. Todas as reformas estruturais levam tempo, sobretudo levam um tempo que esbate em questões culturais, em questões sociais e em preconceitos, muitas vezes, mas é isso que é preciso fazermos.

Temos consciência plena deste problema. É um dos maiores, não diria o maior, porque cada um na sua perspetiva é um problema maior, mas é certamente um dos maiores problemas deste tempo da saúde, esta injustiça do sistema, que não corresponde àquilo que é a sua verdadeira necessidade. Para isso, gostaria de anunciar que está a ser preparado o Fórum Saúde 2030.

O Fórum Saúde 2030 vai envolver, em diversas ilhas, debate. Esse debate vai envolver personalidades, especialistas de fora da Região, da Região, e sobretudo será a forma de chamar todos aqueles que queiram dar um contributo para esta reforma estrutural do Serviço Regional de Saúde, darem esse contributo.

A ideia é que isto comece ainda no mês do agosto, e que vá até outubro/novembro, de forma que encaixe no Plano Regional de Saúde que será apresentado durante este ano.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Tiago Lopes *(PS):* O Sr. Secretário não sabe que o Conselho Regional da Saúde nunca reuniu!

O Orador: É isto tudo que estamos a fazer e estamos a fazer numa altura de pandemia em que as reformas estruturais são difíceis de fazer, ou impossíveis de fazer, como alguns dizem, mas ao mesmo tempo que isto acontecia íamos pensando,...

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Não era preciso pensar muito! Tem o Conselho Regional de Saúde que nunca reuniu! O Estatuto Regional da Saúde prevê o Conselho Regional de Saúde!

O Orador: ... íamos preparando para criar esse sistema global de reestruturação do Serviço Regional de Saúde.

A resposta que estamos a dar (pergunta o que é que estamos a fazer?), por exemplo, reforçámos o Programa CIRURGE; reforçámos o Programa CIRURGE e demos orientação para que ele fosse aplicado de forma intensa. Através do Programa CIRURGE, em 2021, foram gastos 3 milhões, 150 mil euros (tem que haver financiamento), e foram realizadas 1.802 cirurgias, quando em 2020 foram realizadas 373.

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Veja lá qual o relatório que está a ler, Sr. Secretário!

O Orador: É isso que estamos a fazer. O que estamos a fazer é isto. Está aqui demonstrado: em 2020 foram 373; em 2021, foram 1.802. Só com este programa.

É com estes programas, com esta determinação que estamos, de facto, a tentar ultrapassar problemas que são, como disse, estruturais, que muitos deles não se resolvem num ano, nem em dois anos e, quiçá, numa legislatura, mas só começando esse caminho, independentemente de quem o vá concluir, é que se poderá chegar a bons resultados.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra agora o Sr. Deputado Pedro Neves, para colocar a sua questão. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Pedro Neves *(PAN):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, não se apoquente com as respostas com o Chega. Não se esqueça, V. Exa., que o Chega, em campanha eleitoral, primeiro, queria acabar com o Serviço Nacional de Saúde, por isso não há cuidados de saúde universais para o Chega.

Deputado José Pacheco *(CH):* O senhor não tem mão nos seus e quer ter mão no Chega?!

O Orador: Por isso não se apoquente com essa resposta, porque eles também não estão preocupados que a saúde seja universal, porque as pessoas que não têm capacidade económica é para "matar" e é para "dar pontapés".

A minha pergunta, muito rapidamente, e aquilo que interessa neste momento: sim, as listas de espera da cirurgia estão a diminuir comparativamente com os 12 ou 13 mil que nós tínhamos na altura, e eu recordo-me, na campanha, nós falávamos era sempre no número que batíamos forte e feio no PS, devido às políticas de saúde de 24 anos.

Mas não podemos esquecer uma coisa, que o Governo talvez esteja a esquecer-se relativamente à lista de espera, neste caso, dos médicos de família.

Os médicos de família, e podemos falar da ACT, da cláusula 11.ª. Sabemos à partida que, no máximo, cada médico pode inscrever 1.900 utentes (no máximo!).

Sabemos também que o ideal seria 1.500.

Temos especialistas até que dizem que devia ser menos, para dar uma qualidade maior para os utentes, tanto que a nossa lista de espera, neste momento, vai de 2 a 6 meses, a não ser dois meses se for grávidas ou crianças; se for uma pessoa normal, pode ir até aos 6/7 meses, para ter uma consulta de um médico de família. É o que está a acontecer neste momento.

Palavras suas, Sr. Secretário, em outubro de 2021, que "39.000 açorianos, neste caso, na ilha de São Miguel, não tinham médico de família".

Nós, por exemplo, aqui, nesta ilha, precisávamos de ter 10 médicos. Temos 5 a 6 médicos nesta ilha. Estamos a "rebentar pelas costuras", não estamos a dar qualidade aos utentes em termos e consulta para médicos de família.

Sr. Secretário, o que é que vai fazer para mudar? Tanto que você queria contratar 12 médicos, em outubro de 2021. O que é que mudou? Já conseguimos diminuir a lista de espera relativamente aos utentes que precisam de um médico de família, de tão urgente?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para a resposta, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde. Faça favor, Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

De facto, o Sr. Deputado também toca numa questão fundamental que tem a ver com os cuidados primários e com o médico de família.

Há muitas respostas que acabam por ser hospitalares, exatamente porque não há uma resposta nos cuidados primários e no médico de família.

Deputada Ana Quental *(PS):* Muito bem!

O Orador: Se houvesse essa resposta adequada teria dois benefícios: um para o próprio doente que seria diagnosticada alguma situação preocupante mais precocemente, desde logo; e para o sistema, porque através da cadeia dos cuidados primários resolvia-se um problema sem a carga mais intensa que são os cuidados hospitalares.

Este é um problema também ele estrutural que não se resolve de um dia para o outro, mas resolve-se fundamentalmente com a nova lógica organizacional, mas também com a contratação de profissionais de saúde.

O que podemos dizer é que, de facto, estamos a fazer esse caminho. Num ano e meio já conseguimos algum avanço com a contratação dos médicos de família, como referiu em São Miguel, que são aqueles que referi, ainda esta semana sai um concurso para mais seis médicos de família na ilha Terceira. Na ilha do Faial também há concursos que estão a decorrer.

Infelizmente, nalgumas ilhas, esses concursos ficam desertos, por isso já implementámos, já está a funcionar o novo regime de incentivos à fixação e é com essa contratação de profissionais de saúde.

Posso só dizer ao Sr. Deputado que, desde o início da legislatura, num ano e meio (há quem diga que são dois anos, dizem que já passou dois anos, é a vontade que o tempo passe depressa, de alguns, mas é só um ano e meio de funções)...

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Um ano!

O Orador: ... e com um Plano e Orçamento em funções há um ano – foi em junho do ano passado que foi aprovado o Decreto de execução orçamental; mas que seja um ano, um ano e meio – contratámos já para o quadro, isto é, a título definitivo, sem ser situações precárias, 52 médicos.

Por acaso, em 2020, foram contratados 23 e em 2019 foram contratados 25. Este Governo contratou 52.

Deputado Tiago Lopes *(PS):* E quantos deixaram de exercer funções?

Deputado Carlos Silva *(PS):* Quantos saíram?

O Orador: E é com esta contratação de mais e mais médicos, com esse esforço que nós estamos a fazer, que conseguimos, por exemplo, que já haja, neste momento, menos 5.521 açorianos com médico de família do que havia quando tomámos posse. Isto é, em novembro de 2020,...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

... açorianos com médico de família eram 232.082, e em julho de 2022, são 237.603.

Já há mais 5.521 açorianos que têm médico de família. Foi isso que se fez num ano e meio? É pouco! Certamente! Mas é este caminho que se prova que é possível concretizar, já concretizámos aqui. Esperamos que no final deste ano haja mais alguns milhares de açorianos que tenham médico de família...

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Com tanto médico já era para ter acabado essa lista! Isso não faz sentido, que contas são essas?

O Orador: ... e que esse médico de família seja, de facto, mais um contributo para melhor saúde, para melhores respostas e para menos doença.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra, para colocar uma questão, a Sra. Deputada Salomé Matos. Faça favor.

Deputada Salomé Matos *(PSD):* Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Num período de caracterizado por uma crise de saúde pública, económica e social, sem precedentes, o Programa do XIII Governo dos Açores apostou, de forma inequívoca, em várias áreas estruturais dentro do vasto setor da saúde.

Temos assistido ao desenvolvimento de uma política de saúde centrada na promoção da saúde, na prevenção da doença e na adequada gestão de recursos, numa lógica visionária que passa por aumentar, revalorizar e

esgotar a capacidade de resposta do Serviço Regional de Saúde, privilegiando, sempre, a população.

Porque os cuidados primários de saúde são essenciais numa política de saúde bem estruturada e organizada, tanto numa medicina preventiva, como na educação para a saúde e na prestação de cuidados de saúde a todos os açorianos, uma política de proximidade dos centros de saúde aos utentes, urge.

Na senda deste objetivo, a contratação e atribuição de estímulos à fixação de profissionais tem sido uma prioridade deste Governo.

Sendo a medicina interna uma especialidade que se caracteriza fundamentalmente por uma abordagem global e integradora das características fisiológicas e patológicas dos doentes e por uma articulada atuação com outras especialidades médicas necessárias, nestes casos, os médicos especialistas de medicina interna têm uma formação abrangente que lhes dá uma capacidade ímpar para intervir em praticamente todos os problemas médicos, desde a medicina preventiva, cuidados de saúde a doentes agudos em situação de emergência, e mesmo cuidados paliativos em doenças crónicas.

O facto de, recentemente, também termos sabido que ilhas como a Graciosa, Santa Maria, podem contar, a partir de agora, nas suas unidades de saúde, com reforço de médicos especialistas em medicina interna, nas suas equipas multidisciplinares, que têm vindo a ser reforçadas ao longo deste tempo, este configura-se como um passo inovador e auspicioso da clara melhoria do nível de oferta em termos de saúde às populações das ilhas...

Deputada Ana Luís *(PS):* Qual é o médico que está lá à espera? Só se for na consulta aberta!

A Oradora: ... ao nível de consultas, internamento e do atendimento urgente.

A contratação destes especialistas constitui um importante recurso para as unidades de saúde com urgência, nas ilhas sem hospital, principalmente, em complementaridade com os médicos de medicina geral e familiar, cujo

investimento na sua contratação e fixação também já é conhecido e já foi aqui referido pelo Sr. Secretário.

Pedia então ao Sr. Secretário que nos esclarecesse quanto ao número de profissionais de saúde, para além de médicos já contratados, ou autorizados por este Governo, para suprimir as necessidades das unidades de saúde, dando também aqui foco ao processo que tem decorrido relativamente à contratação de médicos de medicina interna para estas unidades de saúde.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para a resposta tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde. Faça favor, Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começando por referir exatamente a questão da medicina interna, de facto, foi uma dificuldade com que nos deparamos que, nas ilhas sem hospital, havia apenas nos quadros médicos de medicina geral e familiar que, no fundo, eram quase como pau para toda a obra.

E se os médicos de medicina geral e familiar é que tinham de cuidar dos internamentos, tinham de cuidar das urgências, menos teriam para a sua função de médico de medicina geral e familiar.

E pondo as coisas nos seus devidos lugares, é que estamos aqui a desenvolver um trabalho de dotar as unidades de saúde de ilha, as ilhas sem hospital, também de médicos com a especialidade de medicina interna, de médicos internistas, exatamente por esta circunstância de, da sua transversalidade, em termos clínicos e também da capacidade que tem para outro tipo de atos em

que os médicos de medicina geral e familiar por vezes se recusam, como é o caso de fazer urgências.

Neste caso, na ilha de Santa Maria e na ilha Graciosa, já alterámos os respetivos quadros de forma a ser possível essa contratação, estão autorizadas essas contratações. Fui isso que foi sempre dito.

Num dos casos, na ilha Graciosa, em princípio, no mês do agosto já teremos o médico internista e estamos a trabalhar no sentido de dotar...

Deputada Ana Luís *(PS):* E no Faial?

O Orador: ... as várias ilhas, de médicos com esta capacidade e com profissionais de saúde.

O esforço de contratação tem sido grande. Como disse, foram já contratados, em termos de médicos para o quadro, 52 médicos, enfermeiros, a título definitivo, este Governo já contratou 160 enfermeiros.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Para percebermos a ordem de grandeza, em 2020, tinham sido contratados 42, nós contratámos 160. Percebe-se aqui também a diferença de que estamos a falar.

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Sr. Secretário, em 2021 o senhor contratou os que tinham sido abertos com procedimentos concursais em 2020!

O Orador: Não estou aqui a introduzir o número de enfermeiros contratados no âmbito Covid, ou com contratos precários, ou outras situações.

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Foram procedimentos concursais de 2020, Sr. Secretário! Seja sério no que está a dizer!

O Orador: Estamos a falar aqui de contrato a título definitivo, com a mesma ordem de grandeza. Em 2020 foram contratados 42; em 2021 foram contratados 160.

Estamos aqui a falar de contratação. Este Governo, no que diz respeito a enfermeiros, determinou algo que era essencial, foi acabar com o estagiar em enfermagem.

Os enfermeiros, no âmbito da sua formação, já têm o estágio, era uma duplicação de estágio para o Governo ficar com dinheiro ou as unidades de saúde. Acabámos com isso. Não há mais estagiários para a saúde. Um enfermeiro acaba o seu curso é contratado. Por isso temos estes números de contratação.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

No que diz respeito a médicos,...

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Seja sério, Sr. Secretário!

O Orador: Sr. Presidente, tem sido toda a manhã neste ruído, ruído, ruído, ruído... O Sr. Deputado Tiago Lopes não se cala.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Os apartes são regimentais, Sr. secretário! Não se enerve!

O Orador: Quem está a fazer apartes e não se cala é desse lado, e daqui é que enervam. A vossa relação com a verdade é uma coisa extraordinária.

Médicos: foram contratados por este Governo, a título definitivo, sem contratar com avenças, com prestações de serviço, sem contar com situações precárias, a título definitivo, 52 médicos.

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Quantos saíram?

O Orador: Em 2019, foram contratados, 25; em 2020, foram 23.

Deputada Joana Pombo *(PS):* Não se esqueça de dizer os concursos que ficaram em aberto, também era importante!

O Orador: Num ano, nós contratámos 52. Contratámos 52, porque o Governo anterior tinha uma prática: os médicos faziam internato, eram especialistas e ficavam um ano a ganhar como internos e passado um ano é que abriam concurso.

Muitos deles não gostavam desta brincadeira e iam.

Nós determinámos que mal acabe a especialidade é aberto concurso e eles são contratados imediatamente...

Deputado Carlos Freitas *(PSD):* Muito bem!

O Orador: ... de forma que eles fiquem cá. Por isso temos os números que temos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Diga isso relativamente à cirurgia geral no Hospital de Angra do Heroísmo! O senhor já abriu processo contratual? O senhor seja sério!

O Orador: Por isso temos 52 médicos contratados, contra 25. Mais do dobro do que em 2019 e mais do dobro de 2020.

Técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica mais 15.

Para além destes contratados (não estou a falar das outras centenas que são situações decorrentes da pandemia, situações precárias, contrato de prestação de serviços e outras situações) só a título definitivo, este Governo também tem autorizado mais 531, que são 145 médicos, 111 enfermeiros, 156 assistentes operacionais e 39 assistentes técnicos.

Há já processos concluídos de autorização para os respetivos procedimentos concursais.

É este esforço de contratação de profissionais de saúde que também ele irá dar uma resposta, os números de consultas, de cirurgias e exames,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário Regional.

O Orador: ... só acontecem, porque temos profissionais de saúde que têm sido exemplares na forma como tem dado resposta, mas é preciso dotar os quadros da Região de mais médicos, de mais enfermeiros, de mais técnicos, de mais assistentes, e é isso que estamos a fazer, conforme demonstrei. Já fizemos! Uma coisa fácil é dizer "eu proponho fazer". Não!

Este Governo faz diferente. Não diz só "proponho fazer". Diz "já fizemos e propomos fazer tal e qual como já fizemos".

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para colocar uma questão tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a utilizar uma figura regimental muito interessante. Esta figura regimental significa que estamos numa sessão de perguntas. Portanto, estamos a fazer perguntas e quem pergunta tem dúvidas.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Quem pergunta não ofende!

O Orador: Pede esclarecimentos.

Mas há aqui quem não tenha dúvidas e não esteja aqui para pedir esclarecimentos. Alguns estão aqui para participar numa espécie de Intifada.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Não me diga que vem falar do médico do Governo!

Deputada Ana Luís *(PS):* O senhor tem que fazer perguntas é ao Governo. Sabe que não lhe podemos responder!

O Orador: Não são perguntas que têm para fazer. Mas a esses eu aconselho aquela sabedoria bíblica, que é a seguinte: "quem não tem pecados que atire a primeira pedra".

O que nós vemos é que quem tem os bolsos "cheios de pecados" é quem os quer atirar aos outros.

Também devo dizer, e dar um exemplo muito concreto, até para recolocar a verdade aqui.

Deputado Carlos Silva *(PS):* A sua verdade!

O Orador: Não! São os factos!

Foi dito, em relação ao Corvo, que agora há quem esteja de folga, médicos e enfermeiros que gozam folgas. Antes não as gozavam. Acumulavam centenas de dias de folgas, que depois eram como? Pagas! Isto é que era boa gestão, quer do ponto de vista clínico, quer do ponto de vista remuneratório?

E mais!... Há quem queira impedir um médico, por acaso o anterior Presidente do Conselho de Administração, gozou mais de 20 dias de folgas.

O que é que ia acontecer? O que é que não seria dito a este Governo se o Presidente do Conselho de Administração, anterior, fosse impedido de gozar as suas folgas? Já tirou mais de 20 folgas desde que aqui foi levantada essa questão.

Não faz nenhum sentido! É a tal coisa.

Eu penso que aqui é uma pedra que o senhor recebe como ricochete.

Mas para fazer a pergunta (eu penso que os açorianos estão a fazer a mesma pergunta, Sr. Secretário): nós olhamos para as notícias dos últimos dias, para os telejornais, vemos as notícias nacionais, as urgências estão fechadas, a população desesperada, encerramentos de urgências. Por todo o lado o que vemos, no país da governação do Partido Socialista, é o caos absoluto, um sistema que não dá resposta.

O que lhe pergunto, Sr. Secretário, é como é que aqui nos Açores é diferente? Não temos este caos! Que medidas estruturais nós estamos a tomar que permitem que tenhamos este sucesso e que não se viva os dias tristes que se vive no âmbito da Governo da República, no âmbito do território continental do país?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva *(PS):* Como é que o senhor tem acesso às contas?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional. Faça favor.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão que o Sr. Deputado Paulo Estêvão colocou é uma questão que muitos açorianos colocam e, diariamente, sou confrontado com isso.

Também vamos fechar hospitais? Vamos fechar urgências?

Deputado Carlos Silva *(PS):* O Centro de Saúde da Praia da Vitória encerrou!

O Orador: Felizmente não há serviços hospitalares nos Açores encerrados.

Deputado Tiago Lopes *(PS):* As unidades de saúde de ilha não contam!

O Orador: Esta é uma boa notícia. Nos Açores não há serviços hospitalares encerrados.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Isso decorre de quê?

Decorre, exatamente, deste esforço que está a ser feito e que foi feito com resultados de contratar mais profissionais de saúde. Por termos mais médicos, por termos na Região um sistema de incentivos à fixação de médicos, um sistema de incentivos à fixação de enfermeiros que estamos a desenvolver, por termos tido uma relação com os representantes dos profissionais de saúde, de lealdade, de transparência e de envolvimento, com efetivas negociações... Há dias, um representante sindical dizia: "isto afinal é uma negociação? Antigamente havia negociação, chegávamos aqui, metiam um papel e assinávamos".

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Deve ter sido o Deputado à Assembleia da República do PSD! Antigo dirigente sindical!

O Orador: Isto era antes!

Agora são processos que envolvem dias, horas, semanas de trabalho conjunto, envolvendo de forma séria, leal e transparente.

Este envolvimento dos profissionais de saúde também faz com que eles se sintam suficientemente motivados para darem uma resposta. Isto é a primeira parte do problema. É responsabilidade, seriedade, lealdade e frontalidade na relação com os profissionais de saúde. Só assim é que os temos motivados, para além da contratação de mais profissionais de saúde, conforme referi.

Em apartes, porque muitos manifestam-se apenas com apartes, diziam: "e os que saíram? E os que saíram?", quando dizíamos que tínhamos contratado.

Vou dar essa resposta: sabem quantos médicos existia no Serviço Regional de Saúde, em novembro de 2020, quando os senhores saíram e este Governo entrou?

Seiscentos e quarenta e seis médicos!

Quantos é que existem agora?

Setecentos e dezanove!

Mais 73!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Os que saíram e os que entraram temos mais 73 médicos. Este esforço que foi feito neste ano e meio, este esforço de um ano e meio, de contratar mais profissionais de saúde, mais profissionais de saúde, é que, felizmente, os açorianos não estão a padecer daquilo que os continentais estão a padecer, infelizmente.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito bem!

O Orador: Isto não nos regozija. Apenas demonstra o caminho que estamos a tomar.

Foram contratados – para não dizer contratados –, estão em funções, hoje, mais 73 do que estavam em novembro de 2020.

Enfermeiros – quando entrámos em funções eram 1.629. Hoje são 1.872! Mais 243 enfermeiros no Serviço Regional de Saúde.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

São estes números, que são números, e respondendo ao seu Deputado, a destempo, Nuno Barata, eu nunca fui homem de números. Os números nunca foram "a minha praia",...

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Vê-se!

Deputado José Ávila *(PS):* Não se dá por isso!

O Orador: ... mas apensa reproduzo aquilo que é a realidade, e a realidade está demonstrada por isso. Se temos mais 243 enfermeiros, hoje, do que tínhamos há um ano e meio,...

Deputado Nuno Barata *(IL):* Um número não é um doente! Um número é um número!

O Orador: ... é sinal de que isto está bem, de que estamos a resolver problemas, de que há mais enfermeiros.

Se temos mais 73 médicos do que tínhamos há um ano e meio, é sinal de que há mais capacidade do sistema para dar resposta às necessidades das pessoas.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito bem!

O Orador: Isto parece-me evidente...

Deputada Ana Luís *(PS):* Não é para as pessoas! No Faial há mais de 3.000 pessoas sem médico! Vá à Graciosa e São Jorge!

No Corvo está bem, não há problema!

O Orador: Isto parece-me evidente. Por muitas voltas que queiram dar, por muito incómodo que isto cause a alguns, infelizmente, eu penso que isso era motivo de regozijo e, permita-me que lhe diga, a atenção que o Partido Socialista está a dar à saúde neste momento é inversamente proporcional àquela que dava quando era Governo. Isto é também revelador.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Se tivessem dado tanta atenção à saúde quando governavam como dão agora, quando são oposição, os problemas que estamos agora a resolver já estariam resolvidos e estaríamos a resolver outros mais que ainda existem.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Vamos iniciar a segunda questão relativamente ao primeiro objeto, e o objeto é Serviço Regional de Saúde.

Está inscrita a Sra. Deputada Valdemira Gouveia para colocar uma questão. Não?... Mas estava inscrita!

Deputada Valdemira Gouveia *(PS):* Prescindo!

Presidente: Então tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes. Faça favor.

Deputada Ana Luís *(PS):* Muito bem! Há uma regra regimental que permite a troca de interlocutores! Tem mais é do que conhecer essa regra regimental, ao tempo que está cá!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Há 21 anos!

(*) Deputado Tiago Lopes *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Foi interessante ouvir, há pouco, o Sr. Secretário Regional da Saúde falar, como que a anunciar, como utilizou a expressão, o Fórum Saúde.

Questiona-se: e o Conselho Regional de Saúde, Sr. Secretário?

Está previsto no Estatuto do Serviço Regional de Saúde. Nunca reuniu consigo, Sr. Secretário.

Deputado Carlos Silva *(PS):* É o diálogo!

O Orador: Depois, não posso deixar de realçar que para problemas de cada uma das ilhas, que eu apontei na primeira questão, este Governo não deu uma única resposta.

Deputado Gustavo Alves *(PPM):* A resposta é o trabalho!

O Orador: Refugiou-se, novamente em números.

E como é que pode falar em retoma quando as pessoas, em São Miguel, aguardam nove meses por uma consulta no Hospital de Ponta Delgada? Quatro meses, na Graciosa, para entregar um exame para o médico ver, depois de o ter requisitado?

Para além disso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, teve oportunidade, em tempo oportuno, de alertar para o investimento na atividade assistencial necessária e que a redução de 55 milhões de euros, levada a cabo por este Governo, evidenciava um desinvestimento grave no Serviço Regional de Saúde, fazendo recear, relativamente à capacidade de resposta e à devida e necessária retoma da atividade assistencial,...

Deputado João Bruto da Costa *(PS):* Outra vez essa conversa?

O Orador: ... para fazer face aos desafios que se coloca e colocarão ao setor.

Apreciado o Relatório de Execução Financeira Anual de 2021, verificamos que os nossos receios tinham razão de ser. Senão vejamos: comecemos pelos recursos humanos que o Sr. Secretário tanto propalou que tem investido, onde se inclui a capacitação do Serviço Regional de Saúde, de profissionais de saúde.

Os 275 mil euros inicialmente aprovados foram revistos em baixa para cerca de 183 mil euros e, destes, o que foi executado? 67,6%!

Portanto, se já havia falta de recursos humanos, essa falta foi agravada por este Governo quando não investiu na sua fixação.

Passemos aos projetos na saúde.

Dos 463 mil euros, inicialmente aprovados, foram revistos em baixa para cerca de 376 mil euros e destes, o que foi executado? 59,8%!

Se havia necessidade de um Plano Regional de Saúde, que nada sabemos, de promover a saúde e prevenir a doença, de prevenir e controlar a incidência de cancro na Região, de trabalhar na saúde mental, nas dependências, na deslocação de doentes, estas necessidades foram agravadas por este Governo quando desinvestiu e nem sequer executou o planeado.

Vejamos a beneficiação, ampliação e remodelação de infraestruturas na saúde, onde se inclui os três hospitais, as nove unidades de saúde de ilha, das quais o Centro de Saúde das Velas e das Lajes do Pico.

Cerca de um milhão de euros inicialmente aprovado para a ampliação e remodelação de infraestruturas foi revista em baixa para cerca de 311 mil euros. E destes o que foi executado? 57,1%!

Os cerca de 2 milhões e meio, inicialmente aprovados para a beneficiação de infraestruturas, foram revistos em baixa para cerca de 1 milhão e meio de euros. E destes o que o foi executado? 41%!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Portanto, se havia necessidade de manutenção, de beneficiação, de ampliação e remodelação de infraestruturas, estas foram agravadas por este Governo, quando não investiu nas mesmas.

Deputado Gustavo Alves *(PPM):* Isso é fácil de dizer!

O Orador: Assim, a questão que se coloca é qual a razão para este inaceitável e incompreensível desinvestimento e consequente degradação do Serviço Regional de Saúde?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para responder. Faça favor, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Paciência! Paciência!

Deputada Ana Luís *(PS):* Paciência? É um sacrifício o senhor responder às questões colocadas pela gente!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou responder às questões que foram colocadas, porque não foram colocadas questões. Foram feitas acusações ao Serviço Regional de Saúde. É o que é feito regularmente pelo Partido Socialista, que, como disse, se tivesse dedicado parte do tempo, no Governo, que tem dedicado, na oposição, a falar de saúde, grande parte desses problemas estavam resolvidos.

Mas, infelizmente, a saúde era uma questão menor nos Governos do Partido Socialista, por isso tivemos os resultados que tivemos, e agora parece que passa a ser uma questão maior, na oposição. Mas se ainda fosse para dar contributos positivos, estávamos muito satisfeitos. Infelizmente é, permanentemente, para dar uma carga negativa, falar mal, falar mal, falar mal, falar mal...

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Nem uma única resposta!

Deputado Carlos Silva *(PS):* Que falta de respeito!

O Orador: São estratégias políticas que têm obviamente as respetivas consequências e determinantes da responsabilidade política que revelam.

Sr. Presidente, fala-se que estavam pessoas meses, à espera, em Ponta Delgada.

Não!... O que nos deparámos, este Governo, foi pessoas com anos (anos!) à espera de cuidados de saúde que estamos a ultrapassar.

Por isso eu não consigo entender como é que, estando demonstrado (às vezes com desenho a coisa vai)...

(Neste momento o Sr. Secretário mostra um gráfico à Câmara)

... mais consultas do que nos anos anteriores...

Deputado Carlos Silva *(PS):* Veja as consultas de oncologia no HDES!

O Orador: ... mais consultas por médicos especialistas nas ilhas sem hospital do que em anos anteriores, mesmo antes da pandemia, mais exames de médicos especialistas em ilhas sem hospital do que antes da pandemia,...

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Sr. Secretário ninguém acredita nos seus números! Vá ver os relatórios publicados! É inacreditável!

O Orador: ... mais exames realizados nos hospitais do que antes da pandemia, mais pessoas operadas do que antes da pandemia, menos 2.500 açorianos em lista de espera do que quando tomámos posse, mais profissionais de saúde contratados... O senhor diz que há falta de recursos humanos? O senhor traz uma intervenção escrita, e diz falta de recursos humanos, quando eu acabei de demonstrar que há mais profissionais de saúde.

Deputado Carlos Silva *(PS):* O Serviço de Oncologia no HDES!

O Orador: Acabei de demonstrar! O senhor lê da mesma forma.

O senhor vinha para aqui para dizer que há menos profissionais de saúde. Eu acabei de demonstrar, com números, que há mais profissionais de saúde. E o senhor diz que há falta de recursos humanos.

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Na Graciosa saíram dois médicos no final de junho!

Deputado Carlos Silva *(PS):* A semana passada saiu mais um!

O Orador: Quanto à execução, a tutela da saúde conseguiu executar 90%, do ano passado,...

Deputado Manuel ramos *(PS):* O senhor foi à Graciosa anunciar 7 médicos e não apareceu nenhum.

O Orador: ... o que diz bem também da capacidade de execução.

Quanto às obras...

Deputado Carlos Silva *(PS):* Na Graciosa saíram!

Deputado José Ávila *(PS):* O senhor tem que falar a sério! Diga a verdade! Os graciosenses precisam de saber a verdade!

O Orador: Ó senhor, se eu lhe estou a dizer que há mais médicos, na Graciosa vai ter um médico internista que nunca teve.

Deputado José Ávila *(PS):* Seja sério!

(Apartes inaudíveis do Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sr. Presidente, eu não posso...

Presidente: Sr. Secretário Regional, faça favor de prosseguir.

O Orador: Sr. Deputado, já se percebeu que o Partido Socialista, à falta de argumentos, e percebendo, à evidência, os resultados desta governação, faz aqui um ataque pessoal. Acabaram de dizer "o senhor não é sério", "o senhor não diz a verdade!".

Eu não admito isso, Sr. Deputado, não admito isso!

Deputado José Ávila *(PS):* O senhor sabe o que é que já me disse! A mim já disse muito pior!

O Orador: Porque não é verdade! Eu sou sério e não é o senhor que vai dizer que não sou!

O senhor acha que provocando consegue atingir os seus resultados. Isso diz bem da sua legitimidade parlamentar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva *(PS):* E a sua?

O Orador: Eu sou sério e digo a verdade.

Deputado Berto Messias *(PS):* Legitimidade parlamentar?! Pelo amor de Deus!

O Orador: A verdade é esta!

Deputado José Ávila *(PS):* Saíram dois médicos o senhor contrata um e acha que temos mais médicos?

O Orador: Quem vem para aqui dizer que outra pessoa não é séria e não diz verdade, põe em causa a sua legitimidade parlamentar. O Parlamento não é para chamar nomes aos outros.

Deputado Carlos Silva *(PS):* O senhor faz isso constantemente!

O Orador: Como Sra. Deputada? A Sra. Deputada vai voltar a dizer que eu sou um ordinário, é?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional...

O Orador: Eu não consigo falar...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, assim é impossível!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Do Partido Socialista, se faz favor!

Presidente: Eu peço, ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em concreto,...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem, Sr. Presidente!

Presidente: ... que permita que o Sr. Secretário Regional responda à questão colocada, porque tem imediatamente a seguir a oportunidade de fazer a réplica. É o único que tem essa possibilidade.

Portanto, permitam que o Sr. Secretário Regional responda.

Faz favor.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Isto para dizer que relativamente àquilo que eram as pretensas perguntas, temos mais cirurgias, mais consultas, mais profissionais de saúde. Não é o suficiente? Falta muito? É verdade! Mas estamos a fazer muito mais do que aquilo que foi feito e com resultados evidentes na vida das pessoas.

Quanto a obras e equipamentos, este também parece-me que era um assunto que dificilmente o Partido Socialista poderia trazer aqui, mas afinal traz.

É que temos desde Santa Maria ao Corvo, e do Corvo a Santa Maria, problemas com estruturas de saúde.

No Corvo, tínhamos um Centro de Saúde que nem sequer imaginavam a possibilidade de fazer obras. Já avançámos, o concurso ficou deserto, já há um novo concurso lançado pela Secretaria Regional da respetiva tutela, para obras no Centro de Saúde do Corvo.

Nas Flores, pensávamos que estava resolvido. Era uma obra nova, estava resolvido. Errámos.

Afinal é necessário fazer mais um conjunto de obras, na Unidade de Saúde da Ilha das Flores.

No Faial, obras que já estão feitas por este Governo no parque de estacionamento, mais o terceiro concurso que vamos lançar relativamente às obras da rede de água e de esgotos de aquecimento do Hospital da Horta...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário Regional.

O Orador: Termino já.

... estamos também a fazer.

São Jorge! São Jorge é uma situação lamentável, indigna em termos de saúde. Este Governo pôs mãos à obra, pés ao caminho, e a obra está a avançar e vai acabar antes do prazo previsto.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Nas Lajes do Pico, é este Governo que vai fazer a obra. Em Santa Maria este Governo está a fazer a obra.

Em São Miguel, Nordeste, Povoação, Vila Franca, Centros de Saúde em que chovia dentro, Centros de Saúde em que caia parte do teto.

Deputado José Ávila: Já está pronto?!

O Orador: Foi isso que os senhores nos deixaram. O que este Governo vai deixar, suceda-nos quem nos suceder, será certamente uma melhor situação.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Como já aqui identifiquei, parque de viaturas. Os carros da saúde, (tudo a vermelho) são carros que já passou o prazo, que já não podem circular. Nem sequer os carros estavam em condições.

Deixaram um sistema de saúde absolutamente no caos em termos de infraestruturas e de equipamentos.

Este Governo, através dos meios do PRR...

Deputado Carlos Silva *(PS):* Com o PRR vai comprar viaturas?

O Orador: ... que estamos a aproveitar, vamos investir, com maiores equipamentos, mais tecnologia, mais informática, mais condições para prestar melhor saúde.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Secretário Regional.

O Orador: Termino, já, Sr. Presidente, dizendo, com mais equipamentos, com mais profissionais de saúde, ainda teremos mais cirurgias, mais consultas e mais exames do que aqueles que conseguimos realizar até agora.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado José Ávila *(PS):* Sr. Secretário, o senhor vai ter que me explicar qual a legitimidade democrática que eu não tenho?

Não pode chamar nomes às pessoas!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Tiago Lopes, para a réplica, faça favor. Tem a palavra.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* O senhor não foi eleito para ofender os outros Deputados, nem foi eleito para insultar os Membros do Governo!

Deputado José Ávila *(PS):* Mas que nome é que eu chamei ao senhor? Pelo amor de Deus!

Presidente: Srs. Deputados, permitam que o Sr. Deputado Tiago Lopes faça a sua intervenção.

(*) **Deputado Tiago Lopes** *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A realidade é que a atuação deste Governo, quer no âmbito governativo, quer nesta Assembleia, não convence.

Ainda agora o Sr. Secretário falou no PRR. Como é que tem coragem de falar no PRR no Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, que entre 30 milhões, mais de quatro milhões já deviam ter sido alocados em 2021, e só para 2022 estão previstos 11 milhões?

O último relatório de abril, diz que, efetivamente, dos 34 marcos e metas, apenas dois são cumpridos, e o Sr. Secretário quer falar do PRR? Enfim!...

Não convence, porque o que transparece a este Governo é que está mais preocupado é com as nomeações de familiares para cargos de dirigentes na saúde.

Está mais preocupado com as perseguições políticas e com a exoneração de uns para a nomeação de outros, ou para a extinção de cargos e a criação de outros.

As prestações de serviço à medida de familiares, como é o caso do marido da Diretora Clínica do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, para o qual o Sr. Secretário, nesta Assembleia, assumiu nesta Casa que iria ser aberto um concurso, e afinal, consultado o mapa de recrutamento para 2022, não há nenhuma vaga para suprir esta e outras prestações de serviço.

Contributos positivos, Sr. Secretário? Desta bancada só tem tido.

A isto acresce a postura de dizer que não a tudo aquilo que vem da parte do Partido Socialista.

Senão, vejamos aquilo que se passou com o apoio aos doentes transplantados.

Este apoio, aprovado e publicado, em maio deste ano, ainda não está a ser atribuído, tendo alguns utentes recebido a informação, por exemplo, do hospital de Ponta Delgada, que este apoio não estaria em vigor, porque o Sr. Secretário terá dito que o mesmo não estava previsto no Orçamento.

Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* Não são os doentes transplantados! Não está a dizer a verdade!

O Orador: O que é que se passa para que este apoio não esteja ainda a ser atribuído?

Este Governo, efetivamente, por mais que V. Exas. queiram demonstrar o contrário, está distraído com a sua sobrevivência política, com os interesses político partidários, e negligencia as necessidades de utentes e profissionais do Serviço Regional de Saúde.

É incapaz de fazer diferente, mais e melhor como se comprometeu, e refugia-se em números que já ninguém acredita, para escamotear a sua incapacidade.

Desinvestiu, inaceitável e incompreensivelmente na saúde, e consequentemente está a degradá-la ao invés de capacitá-la e reforçá-la.

Este é, no fundo, um Governo que é uma manta de retalhos e está, assim, a retalhar o Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional. Possui três minutos. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Tiago Lopes, fez uma pergunta que responde a si própria.

Não fez pergunta nenhuma. Fez aquilo que fez desde o início das suas funções: falar mal, falar mal, falar mal; pôr abaixo, pôr abaixo, pôr abaixo! Referência a casos pessoais, como se isso tivesse algum sentido. Sabe bem!

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Não sabe explicar!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Fez o que melhor sabe fazer!

Deputado José Ávila *(PS):* Essa é a sua especialidade!

O Orador: Sabe porque é que veio essa pessoa para cá, o senhor até é que disse para vir, o senhor sabe tudo, essa pessoa nem sequer está no Serviço Regional de Saúde.

Há questões pessoais que eu me escuso, porque são questões pessoais e o senhor não tem sequer o discernimento de perceber o que é que é pessoal e o que é que é político, e faz aqui um conjunto de ataques pessoais que dizem bem de si.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Quanto a tudo o que tem a ver com o Serviço Regional de Saúde, que era o tema, o objeto da pergunta que supostamente teríamos, penso que nas sucessivas questões que foram aqui colocadas pelos Srs. Deputados, a questões foram respondidas e foi feito um retrato do Serviço Regional de Saúde ao nível daquilo que efetivamente preocupa os açorianos, que é a resposta de saúde.

E os açorianos sabem, aqueles que beneficiam destes resultados, que temos, neste momento, um Serviço Regional de Saúde, mais eficaz, mais rápido, com mais gente,...

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Na Graciosa tem mais gente, efetivamente!

O Orador: ... a dar mais respostas do que aquilo que tínhamos quando iniciámos funções. Isto está não só nos números. Está no resultado das pessoas que beneficiaram destas respostas, com mais consultas, com mais cirurgias, com mais exames, com mais profissionais de saúde. Tudo isto, num ano e meio.

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Mais cirurgias canceladas!

O Orador: Tudo isto, num ano e meio. Certamente muito mais acontecerá.

Já tive oportunidade de fazer essa citação noutras ocasiões, mas vou ter que fazê-la de novo.

O senhor, na altura Presidente do Governo, Vasco Cordeiro, dizia que "na saúde temos hoje um Serviço Regional de Saúde que nas suas diversas

componentes produz mais. O mesmo é dizer, dar mais e melhores respostas aos açorianos do que aquelas que dava no início da legislatura."

Como é que diz?

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Ponha os óculos!

O Orador: Obrigado, obrigado!

"Temos mais intervenções cirúrgicas, mais consultas, mais exames."

Na altura, o Sr. Presidente do Governo, agora Deputado, dizia que estava muito satisfeito, que tinha mais consultas, mais exames e mais respostas.

Nós temos ainda mais do que ele tinha e os senhores estão chateados. É isso que eu não consigo perceber.

Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Eu não consigo perceber como temos mais do que os senhores tinham, e era muito bom. Agora os senhores dizem que é muito mau, que são todos estes adjetivos: degradação, desinvestimento, negligência, inação. Tudo aquilo que nós estamos a fazer, que é mais do que os senhores faziam, tem esses adjetivos negativos.

Quando eram os senhores a fazer menos, era uma maravilha, era a maravilha do mundo.

Eu não consigo perceber, nem tenho que perceber, porque tenho muito mais com que me preocupar,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ... que é continuar este trabalho de resolver os problemas que os senhores deixaram, mas sobretudo resolver os problemas de saúde dos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

O Sr. Deputado Tiago Lopes pede a palavra para?

(*) Deputado Tiago Lopes *(PS):* Para uma interpelação.

Presidente: Faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Tiago Lopes *(PS):* Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para informar a Mesa que também vou fazer chegar um documento, neste caso que foi também tornado público, através do jornal da imprensa regional, com os dados do Hospital de Ponta Delgada, em que atestam que o aumento do número de consultas teve por base...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Pronto já disse o que é! Tem de respeitar a mesa!

Presidente: Assim que a Mesa rececionar o documento fá-lo-á distribuir pelos Srs. Deputados.

O Orador: ... os atendimentos não presenciais e utentes.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não respeitam ninguém!

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Sr. Deputado, inscreva-se! Pode explicar a situação da Graciosa!

Presidente: Tem a palavra para colocar uma questão, a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faça favor.

(*) Deputada Alexandra Manes *(BE):* Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Presidente da Ordem dos Enfermeiros, numa recente visita à Unidade de Saúde da Ilha das Flores, declarou, e passo a citar:

"Aquilo que observamos nas Flores é um exemplo claro da falta de enfermeiros e da dificuldade que existe em muitas das nossas ilhas em cativar e fixar estes profissionais.

Já o fizemos várias vezes. Hoje alertámos novamente para a necessidade urgente de serem criadas condições para alterar esta situação, sendo que atualmente os florentinos não têm os cuidados de excelência a que têm todo o direito.

Por exemplo, não é possível com os recursos atuais trabalharmos em programas de prevenção da doença."

A ordem também recentemente falou na falta de 450 enfermeiros na Região.

O número de enfermeiros formados nesta Região não consegue compensar as necessidades. E embora o Sr. Secretário, até agora, tenha debitado um conjunto de números nos quais também referiu a contratação de enfermeiros, fica claro que não são os suficientes, de forma alguma, para dar resposta a um Serviço Regional de Saúde em que temos uma situação arquipelágica de nove ilhas,...

Deputado Gustavo Alves *(PPM):* Fale para a sua esquerda!

A Oradora: ... e em que a maior parte destas ilhas não tem hospital e têm, sim, centros de saúde.

Deputado Gustavo Alves *(PPM):* A sério?

A Oradora: Essa questão devia ser colocada por si, Sr. Deputado Gustavo.

Pergunto-lhe: se nas Flores, que é uma ilha que vive a ultraperiferia dentro da periferia, onde tudo chega mais tarde, até a saúde tem dificuldades de chegar às Flores, se considera que esta falta de enfermeiros, que põe em causa...

Deputado Gustavo Alves *(PPM):* Essa situação é de agora?

A Oradora: Sr. Deputado, Gustavo, quer fazer a pergunta que deveria fazer em relação à ilha pela qual foi eleito?

Deputado Gustavo Alves *(PPM):* Muito obrigado!

A Oradora: Pergunto-lhe, Sr. Secretário: se considera que esta é a resposta que deve ser dada a uma ilha em que tudo chega mais tarde e em que a distância limita, muitas vezes, até a evacuação de pessoas doentes?

Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* E os enfermeiros?

A Oradora: Sr. Secretário, no Orçamento da Região para 2022, no seu artigo 61.º...

Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Não é só uma pergunta?

A Oradora: Sr. Secretário, eu já percebi que o senhor não gosta de responder às perguntas, que tem dificuldade.

Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Não gosto?

A Oradora: O Sr. Secretário, até agora, limitou-se a dar respostas redondas e a debitar números.

Aquilo que tenho que lhe perguntar agora refere-se a uma ilha muito em concreto, à ilha das Flores.

Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* É só uma pergunta, Sra. Deputada!

A Oradora: Pergunto-lhe: para quando é que há a publicação do regime dos incentivos aos enfermeiros, conforme está publicado no Orçamento para 2022, no seu artigo 61.º. É porque até agora já falou em concursos...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: ... já ouvi aqui, até inclusive, Sras. Deputados dizerem que vão passar a contar com – quando ainda os concursos nem sequer estão abertos...

Aquilo que quero saber e quero que seja dito aqui, é se o Sr. Secretário se compromete com a publicação deste regime de incentivos de fixação para os enfermeiros...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: ... ainda durante este ano?

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional. Faça favor.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* A Sra. Deputada fez sete perguntas!

Deputada Alexandra Manes *(BE):* É para ver se pelo menos responde a uma, já que não respondeu a nenhuma das outras!

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Enfim!... Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão que falou da saúde nas Flores, de facto, é preocupante. É muito preocupante o estado da saúde nas Flores e é uma situação que entendemos como merecedora de atenção, uma vez que para além de tudo o mais que referiu há uma realidade que as pessoas têm: a população das Flores habituou-se a ter cuidados de saúde especializados com os franceses nas Flores.

Deputado Manuel José *(PS):* Aos anos que já não tem franceses lá!

O Orador: Esta realidade faz com que o grau de expetativa que as pessoas têm relativamente a cuidados de saúde seja diferente do que acontece nas outras ilhas, porque têm uma experiência, pelo menos de relatos, de ter respostas de saúde de médicos especialistas que tinha nas Flores, e tudo o mais, o que faz com que haja uma relação das pessoas das Flores com saúde, para além do isolamento, da distância a que estão sujeitos.

Isto, obviamente, é uma questão que nos preocupa e temos isso em mente, sendo que uma das primeiras medidas que tomei foi voltar a trazer para as Flores um médico que tinha saído das Flores, por uma razão qualquer.

Mas foi por esforço nosso que entendemos que era essencial, e conseguimos pôr esse médico nas Flores.

Quanto aos enfermeiros, a Sra. Deputada estava desatenta...

Deputada Alexandra Manes *(BE):* Estava a prever o futuro!

O Orador: ... mas ainda a semana passada foi notícia que, no âmbito das negociações que estamos a desenvolver com sindicatos e Ordem de Enfermeiros, foi enviada a redação de proposta do sistema de incentivos à fixação de enfermeiros. Isto é um processo que está a ser desenvolvido.

Deputada Alexandra Manes *(BE):* Eu ouvi!

O Orador: Pronto! Então se ouviu sabe que...

Deputada Alexandra Manes *(BE):* Mas quero que assuma aqui para toda a gente ouvir, porque passou despercebido!

O Orador: Eu não preciso assumir para todos. A minha palavra com os representantes dos enfermeiros é de que é este ano. Estamos a trabalhar em conjunto...

Deputado Tiago Lopes *(PS):* É como o enfermeiro de saúde. Desde 2021 que está no Plano e Orçamento e não aparece nenhum!

O Orador: Encontrámos soluções, em conjunto, com os enfermeiros e é isto que está a ser implementado, obviamente, este ano, como não podia deixar de ser.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Estamos a trabalhar para isso e é o que estamos a fazer.

Mas sobre declarações de enfermeiros, já agora, podia citar outras, porque a forma como a Sra. Deputada faz referência às declarações dos enfermeiros sobre o Governo é de preocupação. Nós também estamos preocupados.

O número de enfermeiros contratados não é suficiente. É óbvio que não é, mas o que podemos dizer foi aqui que referi. Já foram contratados 160 enfermeiros a título definitivo por este Governo.

Sra. Deputada, foram contratados 160!

Deputado Tiago Lopes *(PS):* E quantos é que saíram?

O Orador: Neste momento, temos mais 243 enfermeiros em funções, do que tínhamos há um ano e meio atrás.

Não é o suficiente, mas é muito mais do que aquilo que se contratava anteriormente. Estamos a contratar mais do dobro de enfermeiros, por ano, do que se contatava anteriormente.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: É um esforço. Não é suficiente, mas lá chegaremos obviamente, com o tempo e as condições necessárias para o efeito.

Mas sobre declarações de enfermeiros, o Presidente do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses da Região (estou a citar): "saímos daqui satisfeitos. Há longos anos que a Região tem uma dívida para com os enfermeiros que se vinha agravando nos últimos anos".

Sindicato Democrático dos Enfermeiros (estou a citar): "saímos muito satisfeitos. A primeira região do país que reconheceu os contratos individuais de trabalho dos enfermeiros para progressão na carreira, só por isso é histórico".

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Sr. Secretário, cite a petição dos enfermeiros!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Está incomodado!

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Não! Só peço que cite o relatório da petição da ordem dos enfermeiros!

O Orador: Posso continuar?

Eu vou voltar a citar:

Sindicato Democrático dos Enfermeiros Portugueses: "saímos muito satisfeitos. A primeira região do país que reconheceu os contratos individuais de trabalho dos enfermeiros para progressão na carreira, só por isso é histórico".

Deputada Alexandra Manes *(BE):* Mas não foi essa a pergunta!

O Orador: Ordem dos Enfermeiros: "Histórico! Reconhecimento e valorização da profissão".

Deputada Alexandra Manes *(BE):* Mas isso não tem nada a ver com a minha pergunta!

O Orador: Tem a ver, tem a ver sim.

Deputada Alexandra Manes *(BE):* Não tem nada a ver, Sr. Secretário!

O Orador: A sua pergunta era se íamos implementar o sistema de incentivo à fixação de enfermeiros?

O que eu disse foi que, no âmbito do processo negocial com os enfermeiros... Eu citei declarações dos enfermeiros no âmbito desse processo negocial. O que estou a dizer tem a ver com essa pergunta.

A senhora citou o Sr. Presidente da Ordem dos Enfermeiros dos Açores, e eu estou a citar aquilo que é a perspetiva que eles revelam relativamente aos processos negociais, conforme tive oportunidade de referir a instância do Sr. Deputado Paulo Estêvão, de que era a motivação dos profissionais de saúde, a relação de verdade, transparência, lealdade e seriedade dos profissionais de saúde, que também os motiva.

Obviamente que nas Flores, como noutras ilhas, infelizmente, temos ainda uma diferença grande entre aquilo que é necessário e a resposta que está a ser dada.

Estamos conscientes disso e estamos a trabalhar, mas como também já disse, não são apenas promessas, nem propostas, nem perspetivas. Estamos a fazer isto com a força do trabalho já realizado; o trabalho realizado que os números demonstram, revela que aquilo que estou aqui a dizer vai ser cumprido e ainda este ano teremos o sistema de incentivos à fixação de enfermeiros que esperemos que seja o suficiente atrativo para as Flores ter mais enfermeiros.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados peço que reocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 06 minutos.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Estava inscrito o Sr. Deputado Rui Martins para colocar uma questão, a quem dou a palavra. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Rui Martins *(CDS/PP):* Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de colocar a pergunta que me cabe, cumpre-me fazer algumas considerações e dizer que fiquei um pouco surpreendido (ou nem tanto), pelas intervenções e primeiras perguntas do Partido Socialista, porque demonstram o mais baixo populismo ou o maior populismo demagógico.

Deputado Berto Messias *(PS):* O senhor está a visar o PS quando sabe que não podemos falar!

O Orador: Por um lado, disseram que já não havia pandemia – alguns Deputados da bancada socialista – quando todos nós sabemos dos constrangimentos que a pandemia, sobretudo agora está provocar nas escalas de pessoal, na impossibilidade de realizar determinados atos médicos, nos cancelamentos cirúrgicos por conta de casos positivos que obviamente continuam a seguir os mesmos preceitos na fase em que estávamos todos mais assustados com a pandemia, quando tudo era mais desconhecido e as regras também eram outras.

Pese embora tenham sido dados alguns passos – já não estamos aqui com máscaras cirúrgicas – a realidade, todos nós sabemos, é que os hospitais funcionam, neste momento, muito à conta do esforço pessoal e do sacrifício dos profissionais de saúde (enfermeiros, técnicos superiores de saúde, auxiliares de ação médico, assistentes operacionais, médicos) e há enormes constrangimentos para se fazerem as escalas de serviço, porque constantemente há casos positivos e é necessário reajustar as escalas, o

que é feito à conta de trabalho extraordinário destes profissionais. Isso é algo que deve ser aqui salientado, porque efetivamente é por conta de muito sacrifício pessoal e familiar destes profissionais.

Por outro lado, também se vem dizer que a retoma na verdade não existe, porque continua a haver 9 mil açorianos em listas de espera.

Quer dizer, nós estivemos dois anos em que não se produziu praticamente nada a não ser aquilo que era extremamente urgente. Não se fizeram rastreios, ou seja, houve inúmeras situações de problemas oncológicos que eventualmente tiveram outro desfecho, porque não se estava a fazer os rastreios. E agora, para lá daquilo que é o trabalho normal e regular, está-se a fazer a recuperação daquilo que estava a ser feito.

Mas vir dizer que num ano e meio, ou que no período que agora mediou esta saída e estes passos que estão a ser dados da fase aguda do ponto de vista legal, sendo que agora é mais aguda do ponto de vista de casos (ponto de vista pandémico), neste momento, é óbvio que continua a haver listas de espera para recuperar, há muito para fazer, mas não é possível e é incrível que se venha tentar dizer que o facto de haver 9 mil açorianos em listas de espera significa que não está a haver retoma nenhuma, porque os dados são claríssimos.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Isto para dizer, e termino já Sr. Presidente, que também se falou nas infraestruturas e eu dou o exemplo do Centro de Saúde da Horta que foi uma infraestrutura que impossibilitou a transição das infraestruturas anteriores e também não se fez nada relativamente à manutenção do edifício que ficou e que continua em funções.

Também se falou na questão do Hospital Digital, aliás esta seria uma pergunta para o Partido Socialista…

Deputada Ana Luís *(PS):* O Sr. Deputado sabe que não pode fazer certo?

O Orador: …que tem a ver com o SISAR, em que se gastaram 6 milhões no SISAR, e eu gostava de saber o que é que resultou do SISAR?

Mas pergunto ao Sr. Secretário se tem alguma informação acerca disso? Mais em jeito de curiosidade…

Presidente: Sr. Deputado tem de terminar.

O Orador: … porque a pergunta efetiva que lhe coloco, Sr. Secretário, é se foi deixado pelo anterior Governo algum Plano Regional de Saúde ou algum documento preparatório que permitisse que neste momento tivéssemos um sistema de saúde mais robusto e a servir ainda melhor os açorianos?

Muito obrigado.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Quantas perguntas foram feitas agora?

Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* Uma!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Duas!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Tiago Lopes pede a palavra para?

(*) Deputado Tiago Lopes *(PS):* Para um protesto.

Presidente: Um protesto, a, Sr. Deputado?

(*) Deputado Tiago Lopes *(PS):* Sr. Presidente, na sequência das declarações do Sr. Deputado Rui Martins, que qualificou as intervenções dos Deputados desta bancada como de "baixo populismo".

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

Presidente: Faça favor. Tem a palavra.

(*) Deputado Tiago Lopes *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra para um protesto, porque efetivamente tenho que refutar em nome da bandada do Partido Socialista, a acusação (infeliz) feita pelo Sr. Deputado Rui Martins, ao qualificar as intervenções dos Deputados desta bancada como de "baixo populismo".

Aquilo que os Deputados desta bancada disseram, e eu próprio nas duas intervenções que fiz, foi com base em relatos de utentes e profissionais do Serviço Regional de Saúde, de cada uma das ilhas desta Região, sobre as dificuldades e constrangimentos que sentem diariamente em aceder a cuidados de saúde.

Nenhuma das questões que eu coloquei, de cada uma das ilhas desta Região, foi respondida por parte deste Governo.

Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):*

O protesto é para mim?!

O Orador: Para além disso, coloquei questões relativamente àquilo que foram iniciativas propostas por este grupo parlamentar, aprovadas nesta Assembleia, como é o caso do apoio aos doentes transplantados, que não está a ser neste momento atribuído, apesar de publicado já desde maio.

Portanto, não posso aceitar, em nome desta bancada, a acusação da parte do Sr. Deputado Rui Martins de que a nossa intervenção é de baixo populismo.

Estamos aqui de forma séria e responsável…

Deputado Bruto da Costa *(PSD):* Agora?!

O Orador: … a procurar construir um melhor Serviço Regional de Saúde, com mais qualidade e segurança nos cuidados.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para um contraprotesto tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins *(CDS/PP):* Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agradeço ao Sr. Deputado Tiago Lopes ter-me dado a oportunidade de fazer um contraprotesto, porque na verdade havia mais coisas para dizer.

Eu quando lhe digo que o Partido Socialista iniciou este debate usando aquele que é o populismo mais rasteiro, eu reitero o que disse.

O Sr. Deputado, na sua primeira intervenção, fez crer transparecer que era responsabilidade do Sr. Secretário Regional da Saúde o infortúnio que aconteceu no HDES, nomeadamente um doente que se atirou duma janela!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: O senhor falou inclusivamente dum cidadão que simulou no estacionamento do Hospital do Divino Espírito Santo!

Isso não é populismo?!

O que é que o senhor queria dizer com "alguém simulou" perante um infortúnio destes?! Um infortúnio que tem a ver com uma situação pessoal e individual.

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Perguntas ao Governo, Sr. Deputado! Cinja-se ao tema!

O Orador: Obviamente nós temos pena que as pessoas cheguem a este ponto, mas a realidade – e sou circunstancialmente deputado, mas sou profissional de saúde – é que durante a vigência do seu mandato enquanto Diretor Regional da Saúde, aconteceram no Hospital da Horta situações iguais!

Deputado Gustavo Alves *(PPM):* Muito bem!

O Orador: E não viu ninguém destes partidos, que compõem esta solução governativa, vir a esta Assembleia dizer que a Secretária do seu tempo era responsável por qualquer situação que acontecia e que eram infortúnios de quem passou pela situação…

Deputada Ana Luís *(PS):* Ah pois não! O senhor não estava era cá!

Deputado Paulo Gomes *(PSD):* Custa ouvir a verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Por isso, Sr. Presidente, reitero que aquilo que aconteceu relativamente à informação que foi aqui veiculada na intervenção do Sr. Deputado do Partido Socialista, é efetivamente populismo demagógico, passe a redundância!
Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.
Para responder à questão colocada pelo Sr. Deputado Rui Martins, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.
(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Relativamente ao Plano Regional de Saúde não foi deixado qualquer documento na transmissão de pastas. Não encontrámos nenhum documento.
Deputado Tiago Lopes *(PS):* **Ó Sr. Secretário, o Plano vigorava até 2020. Seja sério!**
O senhor não fez nada até ao momento! Assuma a sua incapacidade!
O Orador: O Plano vigorava até 2020, o que quer dizer que em 2021 entraria um novo Plano, logo devia haver algum trabalho preparatório em 2020 para aquilo que acontecia em 2021.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A questão aqui é exatamente esta: se o Plano vigorava até 2020, e terminaria a respetiva vigência no final desse ano, se o Governo deixou funções no final de novembro de 2020, necessariamente, devia haver algum trabalho preparatório, algum tipo de avaliação e recolha de dados, o que quer que seja, mas havia…zero!

Como, de resto, também não havia no Plano de Vacinação.

O Governo anterior saiu a 24 de novembro, um mês depois iria iniciar-se um dos maiores processos de envolvimento cívico e profissional de saúde desta Região que foi a vacinação e um mês antes não havia uma folha, não havia um documento, não havia nada sobre vacinação.

Planeamento…zero!

Deputado Tiago Lopes *(PS):* **Não havia sequer vacinas, Sr. Secretário. Isso é que é seriedade!**

O Orador: Apesar de tudo isto, a Direção Regional da Saúde já avançou com os trabalhos do Plano Regional de Saúde.

Neste momento, há já um documento preparatório que já está na sua redação final. Vamos submetê-lo a discussão pública, no âmbito da qual vamos desenvolver o Fórum Saúde/2030…

Deputado Tiago Lopes *(PS):* É como o plano das dependências!

O Orador: …nestes próximos meses, de forma a envolver a sociedade e os profissionais de saúde, para construírem todos o novo plano regional de saúde.

Conforme tenho dito, a saúde é a relação entre o profissional de saúde e o utente. Mas para além disso, tem que haver cada vez mais um envolvimento da sociedade. A sociedade tem que estar envolvida e cada cidadão é um agente de saúde. E essa literacia de saúde e esse envolvimento social da saúde é determinante para o sucesso da saúde. E é nessa medida que vamos desenvolver este Fórum para, também ele, ser uma dimensão construtiva do Plano Regional de Saúde.

Deputado Tiago Lopes *(PS):* E o que é que o senhor está a fazer com os fundos comunitários? Zero!

O Orador: Sobre uma questão – que não era bem questão, mas já agora aproveito – que foi referida pelo Sr. Deputado, e tem a ver com as questões informáticas.

De facto, temos um grave problema na Região, em que há diferentes sistemas informáticos que não são compatíveis entre si. Isto é muito complexo.

Dos três hospitais, dois têm um determinado sistema informático e outro tem um sistema informático diferente. E as unidades de saúde de ilha, de cuidados de saúde primários, ainda tem outro sistema informático. E nada disto é compatível, nada disto funciona. Isto cria enormes constrangimentos na resposta assistencial que é afetada por esta razão.

E, por isso, no âmbito do PRR vai ser desenvolvido um sistema que faça a interoperabilidade de todos os sistemas, que os consiga ler, de forma que um cidadão pelo facto de estar numa ilha sem hospital, não consiga ter acesso a informação, mas, sobretudo, ter acesso a cuidados que estão dependentes dessa informação.

Deputado Tiago Lopes *(PS):* O relatório do PRR não diz isso! Foram perdidos dados relativamente à vacinação. Onde é que andam esses dados?

O Orador: E é nesse sentido que também estamos a desenvolver uma alteração estrutural do Serviço Regional de Saúde, com esta base e com esta oportunidade que é o PRR, conforme, de resto, já foi afirmado.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Tiago Lopes pede a palavra para?

(*) Deputado Tiago Lopes *(PS):* Para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) Deputado Tiago Lopes *(PS):* Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Vai pedir um intervalo é?

O Orador: Não tenho esse hábito, como o Sr. Deputado João Bruto da Costa, de pedir intervalos regimentais para inviabilizar as intervenções dos outros partidos.

Presidente: Sr. Deputado, a interpelação tem que ser dirigida à Mesa. Faça o favor de se dirigir à Mesa.

O Orador: Eu vou fazer chegar à Mesa, Sr. Presidente, o Plano Regional de Saúde que vigorou até ao final de 2020. E este Governo entrou em funções em novembro de 2020. E, portanto, irei fazer chegar para que eventualmente o Sr. Secretário e os restantes Membros do Governo tenham conhecimento da existência do mesmo.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* A gente dispensa!

Deputado Tiago Lopes *(PS):* A gente também dispensa as suas intervenções!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para colocar uma questão. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estava aqui a pensar o que é que terá levado o Grupo Parlamentar do Partido Socialista a escolher esta temática?

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Duarte Freitas):* Também estava a pensar o mesmo!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Transmissão de pensamentos!

O Orador: Estão a passar nas televisões nacionais – TVI, SIC, RTP – os problemas do Sistema Nacional de Saúde e alguém pensou "está aqui um bom tema". Este é um bom tema, podemos seguir a onda.

Deputado Tiago Lopes *(PS):* É assim que o senhor decide?

Deputado Rui Martins *(CDS/PP):* Amanhã vai ser aeroportos!

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Sr. Deputado, o problema é que o senhor espera que elas sejam notícia!

O Orador: Podemos seguir a corrente, é fácil. E amanhã temos aeroportos também para seguir a atualidade nacional.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e do PPM)

Só que as realidades são diferentes.

Chegam aqui perguntam "e os médicos?". E a resposta é: "contratámos mais médicos!".

Deputado Tiago Lopes *(PS):* A Graciosa tem muitos mais médicos!

O Orador: Chegam aqui e perguntam "e os enfermeiros?". E a resposta é: "contratámos mais enfermeiros!".

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* E a pergunta é?!

O Orador: Chegam aqui e perguntam "e as carreiras?". Melhorámos significativamente as carreiras.

E as cirurgias? Melhorámos significativamente, aumentámos o número de cirurgias.

Deputado Tiago Lopes *(PS):* E os cancelamentos.

O Orador: Isto era previsível. Os senhores não precisavam de perguntar aquilo que já sabiam e, fundamentalmente, para quem está na oposição, fazer perguntas incómodas por comparação com o Governo anterior.

Eu quero fazer aqui uma última referência antes de fazer a pergunta.

Falou-se em infraestruturas.

Vou utilizar o ano de 2018 (o ano pré-pandemia) como indicador. E vejo no desenvolvimento do sistema de saúde, por exemplo: "Ampliação e remodelação de infraestruturas", estava previsto 1 milhão e 840 mil euros.

Quanto é que foi executado?

Zero!... A execução foi zero!...

"Beneficiação de infraestruturas", estavam previstos 4 milhões 436 mil euros.

Quanto é que foi executado? 46%.

Estava previsto também para o "Apetrechamento e Modernização", 2 milhões e 300 mil.

Quanto é que foi executado? 13%.

E agora que eu vejo aqui fazerem perguntas, eu questiono e tudo aquilo que estava previsto e os senhores não fizeram?

Bom, por comparação, e tendo em conta o contexto que estamos a enfrentar, a distância é enormíssima. Os senhores não fizeram nada daquilo que se propuseram fazer e este Governo já fez muito daquilo que tinha que fazer, porque os senhores deixaram as infraestruturas nas condições em que elas estão!

Presidente: Agradeço que termine.

Deputada Ana Luís *(PS):* Tem que fazer uma pergunta, Sr. Deputado!

O Orador: Sr. Secretário, a pergunta é: que dificuldades extraordinárias estamos a enfrentar, na atual conjuntura, em relação à reparação e construção de infraestruturas?

Que estratégias está a adotar o Governo?

E que trabalho encontrou o Governo Regional, nesta matéria, feito pelo Governo anterior?

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) Deputado Carlos Silva *(PS):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, faço uma interpelação à Mesa, porque irei entregar uma página do relatório de execução de 2021 (página 105) que contraria aquilo que disse o Deputado Paulo Estêvão…

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Eu falei no ano de 2018. O senhor está a falar de 2021.

O Orador: E que passo a citar…

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sr. Presidente, mas isto é uma interpelação?!

Presidente: Sr. Deputado, se vai entregar à Mesa, todas as Sras. e Srs. Deputados terão a capacidade de ler e de interpretar aquilo que vai entregar.

O Orador: Sr. Presidente, eu nem disse qual era o assunto. Permite?

Presidente: Faça favor. Permito com certeza.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Falei de 2018, está a falar de 2021!

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado, para que nos entendamos.

O Orador: Sr. Presidente, eu percebo o incómodo, mas irei dizer qual é o assunto que me levará a entregar o documento.

"Ampliação e remodelação de infraestruturas – Beneficiação de infraestruturas na saúde", em que apresenta uma taxa de execução de 57 e de 41% em 2021.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Mas o que é isto?!!

Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Isso são documentos públicos.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Silva, a Mesa distribuirá o documento às Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra para uma interpelação.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito obrigado Sr. Presidente.

Deixe-me que lhe diga, Sr. Presidente, e à Mesa, que é necessário cumprir as regras. Cada um tem a palavra no momento em que a tem. Não pode existir aqui a tentativa de utilizar outros instrumentos regimentais para falar depois dos outros quando já não têm direito a falar depois dos outros partidos.

Deputada Ana Luís *(PS):* Olha quem fala? Ó Sr. Deputado, quantas vezes o senhor fez isso?!

O Orador: Isso é profundamente negativo!

Deputada Ana Luis *(PS):* Ó Sr. Deputado, quem o viu e quem o vê!

O Orador: Sr. Presidente, eu quero fazer chegar à Mesa, porque tenho que utilizar os mesmos instrumentos…

Deputado Carlos Silva *(PS):* Vai fazer igual?

O Orador: … aquilo que eu referenciei. Eu referi-me à execução do programa de 2018. E os valores que lá estavam são os tais 0% que eu falei em relação à ampliação e remodelação das infraestruturas; os tais 46% de execução em relação à beneficiação e remodelação das infraestruturas; e era os tais 13% em relação ao apetrechamento e modernização.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

O Orador: E, Sr. Presidente, eu só faço esta referência, tendo em conta a forma como o Partido Socialista está a utilizar a figura da interpelação à Mesa, porque se nós não o fizermos, ficamos em desigualdade absoluta.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Para responder à questão colocada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tentando dar continuidade a esta sessão de perguntas que alguns querem transformar em sessão de interpelações, à falta de melhor caminho, para dizer que relativamente a execuções, e para que fique claro, o valor global da execução da saúde no Plano de 2021, obviamente que há ações parcelares que têm uma execução inferior, mas o valor global é de 95%.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

E eu desafiava o Partido Socialista, que tem tanto o hábito (pelo menos hoje!) de interpelações, fizesse chegar à Mesa uma execução do plano na área da saúde de anos anteriores, que fosse superior a 25%!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD, do Deputado Paulo Estêvão e do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Quanto a obras, de facto é um problema.

Já tive oportunidade, por diversas vezes, de manifestar a situação absolutamente indigna como os serviços de saúde são prestados nalgumas unidades de saúde e a situação, infelizmente, assola várias ilhas. O caso de S. Jorge era absolutamente inaceitável em qualquer parte da Europa.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Qualquer parte do mundo civilizado ter um centro de saúde com aquelas condições, era absolutamente incrível. O mesmo se diga nas Lajes do

Pico ou Vila Franca do Campo. Eu tenho fotografias que posso fazer chegar aos Srs. Deputados…

Deputada Joana Pombo *(PS):* Faça pelo Facebook, como costuma fazer das suas!

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Publicar fotografias no Facebook é que é populismo!

O Orador: Facebook também, é uma forma de comunicação. Incomoda os senhores essa comunicação direta com as pessoas, sem qualquer tipo de problema.

Nós comunicamos com as pessoas, em qualquer circunstância, sem qualquer problema. Um membro do Governo é um cidadão que deve comunicar para que as pessoas saibam.

Temos centros de saúde onde chove dentro com pessoas internadas. A pessoa está internada numa cama e chove dentro naquela mesma enfermaria.

Deputado Manuel Ramos *(PS):* E o senhor já resolveu isso?

O Orador: Isto são situações indignas que estamos a resolver com rapidez.

Já intervimos em Vila Franca do Campo. O processo da Povoação e Nordeste também está em curso. Tem havido uma articulação perfeita com a Sra. Secretária Regional da tutela das Obras Públicas. No Corvo também o 2º concurso já está lançado. O mesmo se diga das Lajes do Pico. E todas obras que são necessárias, com esta nuance que é determinante: uma coisa era deixar ações de construção de obras públicas a zero num tempo em que não havia os constrangimentos mundiais da realização de obras, como acontece hoje; outra coisa é hoje.

De facto, neste momento, todos conhecem os constrangimentos decorrentes de consequências da pandemia e da guerra na Ucrânia que fazem com que no mundo inteiro a realização de obras esteja condicionada. Há empreiteiros que neste momento não apresentam proposta, porque dizem que o valor aumenta de semana para semana. Isto é um constrangimento imenso que exige muito da tutela das Obras Públicas que, em articulação perfeita com saúde, tem

desenvolvido o trabalho que está a ser feito, para que apesar destas dificuldades, se faça.

Pondo mãos à obra e pés ao caminho, vamos tentar ultrapassar as dificuldades que enfrentámos ao assumir estas funções.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra para colocar uma questão a Sra. Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nos Açores todos os anos aparecem novos casos de cancro, pelo que a identificação atempada desta patologia através de programas de rastreio, reduzirá em muito a mortalidade de novos casos e o sofrimento humano, bem como os custos das famílias e do erário público.

Sendo certo que grande parte do período de pandemia, compreensivelmente, muitos destes rastreios tiveram de ser interrompidos, no sentido de conter a propagação do vírus, proteger a vida e a saúde pública, atualmente este executivo persegue um daqueles que é o seu desiderato.

Sabendo que já está em plena execução os quatro programas de rastreios de cancro de base populacional realizados pelo Serviço Regional de Saúde e que o Centro de Oncologia dos Açores fez saber recentemente que no 1.º trimestre de 2022 o número de rastreios realizados já é igual ao período homólogo de 2019, anterior à pandemia, gostaria de perguntar ao Sr. Secretário, sabendo que as duas unidades móveis de rastreio existentes na Região estão de volta junto à população, que nos confirmasse os números dos rastreios, referindo de que forma foi

retomada a execução normal dos rastreios em 2021, e já com os dados de 2022, com a recuperação da atividade que infelizmente durante o período de pandemia não pôde acontecer, proporcionando, desta forma, à população a possibilidade de, atempadamente, ter acesso a um diagnóstico e a um tratamento precoce.

Obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Obrigado.

Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A questão dos rastreios é muito importante, porque é na prevenção e no diagnóstico precoce que temos também muitos ganhos de saúde para cada um dos cidadãos e para a sociedade.

Obviamente que esta prevenção só se faz com cuidados muitos próximos da população e esta proximidade e a prevenção através dos cuidados primários são determinantes. E é importante que se passe das palavas aos atos. Felizmente podemos dizer que o excelente trabalho que tem sido desenvolvido pelo Centro de Oncologia dos Açores está a ter continuidade e até está a ser reforçado com números.

Os números mais recentes demonstram que no 1.º semestre de 2022 – estamos a falar mesmo de números fresquíssimos – temos evidentemente maior número de rastreios do que em 2021 e 2020, mas temos até mais número de rastreios do que em 2019, sem pandemia. Isto é, temos o reforço financeiro que decorreu dum conjunto de medidas de alteração legislativa que foram tomadas e que permitiram que houvesse essa melhor resposta em termos de rastreio, introduzindo mais rastreios.

Posso dar aqui os números mais recentes:

O ROCMA (cancro da mama) no 1.º semestre de 2019 foram realizados 5.234 rastreios; no 1.º semestre de 2022 foram realizados 8.354 rastreios (mais 3 mil do que antes da pandemia).

O ROCCA (colo do útero), em 2019 foram realizados 3.656 rastreios; no 1º semestre de 2022 foram realizados 4.296 (também na ordem das centenas de diferença).

No ROCCRA (intestino) em 2019 foram realizados 4.240; em 2022 realizaram-se 4.437.

O PICOA (cancro oral) 4.009, para 4.058.

No total, tivemos no 1.º semestre de 2019, para termos o mesmo grau de comparação (sem pandemia) 17.139; no 1.º semestre de 2022, temos 21.145, mais 4.006 rastreios realizados. E estes rastreios estão a ser realizados nas várias ilhas, através das unidades móveis como bem referiu, exatamente indo ao local onde as pessoas estão, o que é determinante para o sucesso dos rastreios. Muitas vezes, se ficarmos à espera que as pessoas procurem, há uma menor adesão das mesmas a esse tipo de rastreio. Este Governo está a ir ao encontro das pessoas, dizer que faz e faz. E os números demonstram exatamente isso.

Deputado Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Ao contrário do que acontecia com o Governo anterior e ainda agora me foi lembrado, que, por exemplo, em fevereiro de 2019, ainda antes da pandemia, o Governo estava na Ilha Graciosa e anunciava: *Graciosa vai ter reforço de recursos humanos na saúde com mais 3 médicos.* Diziam estas coisas, mas depois não acontecia.

Deputado Bruto da Costa *(PSD):* É verdade!

O Orador: Também diziam que isto ia ser acompanhado dum aumento de consultas de médicos especialistas. E o que vimos é que diminuíram as consultas de médicos especialistas.

Deputado Bruto da Costa *(PSD):* É verdade!

O Orador: E foi com este Governo que aumentou o número de consultas de médicos especialista.

Deputado Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Por isso, é dizer e é fazer!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Esgotamos, assim, o 1.º Objeto – Serviço Regional de Saúde. Avançamos para o 2.º Objeto.

Para colocar a 1ª questão tem a palavra a Sra. Deputada Célia Pereira. Faça favor.

(*) Deputada Célia Pereira *(PS):* Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Saúde. É este o tema desta Sessão de Perguntas ao Governo. Um tema que interessa verdadeiramente aos açorianos que a cada dia estão mais insatisfeitos com o Serviço Regional de Saúde.

Tememos que a ausência de visão estratégica caraterística desta governação errática, desarticulada e parca em planeamento, tenham como consequência maior o retrocesso do sistema regional de saúde ao paradigma *démodé* do erro de Descartes.

Tememos que a prevenção e o combate às dependências preconizada por este Governo, façam tábua rasa da multi-fatorialidade dos comportamentos aditivos e dependências. Uma doença da não vontade e sujeita a recaídas.

No programa deste Governo é referida a intenção de criar uma estratégia regional de prevenção e combate às dependências, destacando-se entre os desafios elencados, o reforço do apoio às famílias, o investimento consolidado na intervenção das escolas, a monitorização permanente do fenómeno, o alargamento das consultas na área das dependências a todas as ilhas.

Todavia, Sr. Secretário, passados quase dois anos de governação, é omissa a tão apregoada estratégia regional e da proposta do Plano de Prevenção mais nada se soube.

A ausência duma estratégia e planeamento verdadeiramente articulados e integrados, relativos aos desafios referidos, são evidentes, quando retiram à Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências a tutela da prevenção e da saúde escolar. A escola é o contexto por excelência para prevenção de comportamentos. E não temos conhecimento do que está a ser feito. E se e quando foi aplicado o sistema de vigilância de comportamentos de risco, uma das formas de monitorização nas escolas da Região, bem como os dados que daí resultam.

Sr. Secretário, desconhecemos também como está a prevenção dos comportamentos de risco a ser implementada em contexto escolar. E de que forma se articula a Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências com a saúde escolar.

Assinalou-se no dia 26 de junho, no mês passado, o Dia Internacional contra o abuso e o tráfico ilícito de drogas sob o tema *Enfrentar os Desafios da Droga nas Crises Sanitárias e Humanitárias*. Um desafio que no contexto dos Açores deve ser, também ele, prioritário face ao significativo agudizar deste flagelo nos últimos 2 anos, representando atualmente a Região cerca de um terço dos consumos das novas substâncias psicoativas no todo nacional.

Com o incremento das NSP's, as forças policiais têm referido que, e no que diz respeito à violência, em geral, e à violência doméstica em particular, o grau de severidade aumentou de modo assustador.

Sr. Secretário, a questão que lhe coloco, é que tipo de reforço de apoio às famílias e que medidas específicas estão a implementar, para alívio e redução do impacto no contexto familiar com toxicodependentes, como proposto no Programa do Governo?

Deputada Ana Luís *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, o problema das dependências, conforme temos afirmado, é um dos maiores problemas da nossa sociedade que afeta transversalmente pessoas, famílias, empresas, independentemente de questões geográficas, sociais, económicas e com impactos tremendos, por vezes destruidores, de todos estes contextos.

Nessa medida, o Governo Regional tem essa atenção e tem essa preocupação, sendo certo que os Açores são uma Região que infelizmente está sempre acima da média nacional, no que diz respeito às dependências.

Lamento que a Sra. Deputada, para trazer um problema desta dimensão a este Parlamento, assente numa crítica ao Governo, utilizando expressões como *insatisfeitos, erráticos, desarticulados, retrocessos, desatentos*, ou seja, a crítica negativa.

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Sr. Secretário se calhar queria um elogio!

O Orador: É a crítica negativa.

Deputado José Ávila *(PS):* Ó senhor, pelo amor de Deus!

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Este é o novo paradigma! O Governo só merece elogios!

O Orador: A avaliação é legítima, o contributo é necessário. Mas a perceção que a Sra. Deputada transmite é com palavras como *errático, desarticulado, retrocesso e desatento.*

Infelizmente, o que acontece é que os Açores (vou dar alguns números) no consumo de substâncias psicoativas, na cannabis, Portugal 12.2 – Açores 14.1; cocaína Portugal 1.2 – Açores 3.4; Crack em Portugal 0.8 – Açores 1.6; heroína em Portugal 0.7 – (Açores) 1.2.

Isto é preocupante, mas mais preocupante é perceber-se a evolução que isto teve nos Açores nos últimos anos.

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Diga o último!

O Orador: O que significa que o trabalho que foi desenvolvido pelo anterior Governo que a Sra. Deputada diz "é uma pena que não seja prosseguido", ainda bem que não está a ser prosseguido o trabalho.

Deputada Ana Luís *(PS):* O senhor então está a contradizer-se!

O Orador: Naquilo que é positivo está a ser prosseguido, mas tem que haver mudanças, porque se prosseguíssemos tudo, iríamos manter esta tendência crescente de números negativos nos Açores. E dou um exemplo: o consumo de drogas ilícitas, em 2015, os Açores representava 34; em 2019, representa 36.8, o que significa que nesses 4 anos aumentou.

Deputado Carlos Silva *(PS):* E nos últimos 6 meses?

O Orador: Em 2015 era de 26.6

Deputado Carlos Silva *(PS):* E em 2021?

O Orador: Em 2019 era de 26.2.

Deputado Carlos Silva *(PS):* E em 2021, Sr. Secretário?

O Orador: Nos últimos 30 dias era 18.5, passou para 18.7.

Em 2015 o consumo diário era de 5.3, passou para 5.5.

O que significa que, apesar de nalguns casos não ser um crescimento exuberante, não houve também uma intervenção que de facto fizesse inverter a curva de crescimento. E isso é preocupante. E é esse trabalho que estamos a desenvolver. E estamos a desenvolver quer seja na dimensão do tratamento e da reinserção, quer seja na dimensão da prevenção.

Em relação ao tratamento, só para percebermos que também foi um dos efeitos negativos da pandemia em termos de consumos de substâncias estupefacientes, na medida em que houve um aumento de substância, o isolamento, o recolhimento, a falta doutro tipo de relações entre as pessoas, fizeram com que muita gente recorresse a este recurso – passe a repetição.

Deputado Carlos Silva *(PS):* E de 2019 para 2021?

O Orador: Por exemplo, só para termos uma noção, neste momento nos Açores, em termos de tratamento ambulatório, há 1.835 açorianos. Em termos de comunidades terapêuticas, de 2020 para 2021, houve um aumento de 36

para 66. O que quer dizer que de 2020 para 2021, houve um aumento de 36 para 66 pessoas, ou seja, quase o dobro das pessoas que necessitaram de tratamento em comunidade terapêutica de 2020 para 2021.

Deputado Carlos Silva *(PS):* De 2020 para 2021?!

O Orador: O Sr. Deputado já está alia dizer "de 2020 para 2021?! A culpa não é deste Governo para 2020. Para 2021, pode ter havido esse aumento, porque **infelizmente** as medidas de combate e de prevenção têm impacto a médio e longo prazo – infelizmente. Porque se fosse uma coisa rápida teria sido doutra forma. E quando fiz referência ao período de 2014 para 2019, foi para se perceber que naqueles quatro anos houve tempo suficiente para se perceber efeitos positivos dalguma medida, dalguma política e dalguma estratégia.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Infelizmente não se sentiu. E estamos a falar de 2020 para 2021, naqueles meses em que houve um aumento para quase o dobro de pessoas que necessitaram de tratamento em ambulatório.

Tudo isto é muito preocupante. Exige de facto uma atenção especial. É daquelas áreas em que a literacia, o envolvimento da sociedade é determinante. É daquelas áreas em que o tratamento é – conforme referi – uma solução, mas não é uma solução definitiva, é uma solução paliativa – por assim dizer. Bem sabemos que muitas pessoas infelizmente que se sujeitam a esse tipo de tratamentos têm uma melhoria episódica, mas sua vida fica efetivamente destruída, por isso o caminho é a prevenção.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Na prevenção temos um conjunto de medidas que estão a ser desenvolvidas, as quais terei oportunidade de enunciar, quando me forem colocadas outras questões, ponto por ponto.

Lamento que a Sra. Deputada que acompanha a área, esteja desatenta ou não conheça, mas há efetivamente várias medidas que estão a ser desenvolvidas no terreno, envolvendo um conjunto vário e vasto de entidades que estão a

trabalhar dia a dia, sem dar nota pública disso, porque se há área onde a publicitação da intervenção é desaconselhável, é exatamente esta da prevenção das dependências.

Deputado Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Grande parte deste trabalho está a ser desenvolvido sem qualquer tipo de carga publicitária, exatamente porque é a forma mais eficaz de a desenvolver, isto é, indo ao terreno, contatando com as pessoas, com as famílias, com as escolas (em articulação com a DRE), com o papel fundamental que as autarquias têm e os presidentes de juntas de freguesia, com os clubes desportivos e associações juvenis, todo esse trabalho começou a ser desenvolvido.

Termino já, Sr. Presidente, só para dizer que o plano das prevenções foi apresentado, mas quando se trata de prevenção, quanto mais depressa começarmos a prevenir, mais depressa teremos resultados. Não esperámos para a aprovação formal do plano para incrementar as medidas de prevenção no terreno.

Presidente: Sr. Secretário, tem mesmo de terminar.

O Orador: Até ao final do corrente mês de julho será apresentado publicamente o Plano Global de Prevenção e Tratamento que inclui algumas das medidas que já estão a ser desenvolvidas, porque este é um daqueles assuntos em que não há um minuto a perder.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Para a réplica, tem a palavra a Sra. Deputada Célia Pereira.

(*) Deputada Célia Pereira *(PS):* Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário:

"Açores com mais de um terço das NSP's apreendidas em Portugal em 2021" – esta é uma notícia do Açoriano Oriental, de 27 de maio deste ano.

Sr. Secretário, o agudizar deste flagelo exige investimento. Não demagogia.

Exige reforço e inovação nas respostas em desenvolvimento ou a desenvolver.

Exige uma estratégia e planeamento integrados que é o que falta a este Governo!

Deputada Ana Luís *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Exige coordenação e supervisão.

Exige repensar respostas e políticas.

Exige capacitar pessoas que trabalham neste setor, profissionais.

Na anterior Legislatura investimos na formação e capacitação dos profissionais do setor.

Deputado Carlos Freitas *(PSD):* E os resultados?

A Oradora: E foram muitas as medidas e boas práticas implementadas, como por exemplo, a criação de dois pilares transversais aos cinco domínios do modelo humanista.

Implementámos a rede de referenciação/articulação no âmbito dos comportamentos aditivos e das dependências.

Criámos as redes locais de intervenção em todos os 19 concelhos da Região.

Na Legislatura anterior, todos os doentes referenciados eram devidamente encaminhados em tempo útil para as comunidades terapêuticas. Não havia listas de espera como agora, Sr. Secretário. E, no entanto, V. Exas. encerram o Solar da Glória que tinha 10 camas para desabituação, 20 camas para comunidade terapêutica e fazem tábua rasa da análise das medidas propostas pelo anterior executivo socialista, com vista à sustentabilidade da resposta deste centro.

V. Exas. promovem, portanto, uma estratégia regional de prevenção, eliminando, descontinuando e compartimentando as respostas a este flagelo.

Por aqui se vê a relevância que este Governo dá à operacionalização academicamente fundamentada como referiu aquando da apresentação da proposta do Plano de Prevenção.

Lembro uma boa prática – já que quer referir boas práticas e bons exemplos do trabalho feito – no domínio da prevenção, o planeamento e ação estratégica de medidas de prevenção e combate ao tabagismo.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Diga o que disser, Sr. Secretário, a intervenção já estava escrita.

A Oradora: Nomeadamente nas unidades orgânicas e com o tratamento e consultas de cessação tabágica nas unidades de saúde de ilha, cujo impacto conseguiu que entre 2014 e 2018, o consumo de tabaco registasse uma descida de 6,4% na Região, na incidência e na prevalência de fumadores.

Desconhecemos, no entanto, qual é o plano de ação de prevenção e combate ao tabagismo que vigora atualmente, porque o anterior cessou em 2020.

Deputada Ana Luís *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Também não foi presente a esta Câmara o relatório de todas as ações relacionadas com o tabaco, desenvolvidas no ano de 2021, e que devia ter sido entregue em janeiro deste ano. Desconhecemos, portanto, o que este executivo anda a fazer também neste domínio.

Podia continuar a dar exemplos de boas práticas da Legislatura anterior. São muitas, muitas mesmo e cuja continuidade não está a ser devidamente assegurada e está a ser posta em risco.

(Risos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* E os resultados?!

A Oradora: Como é a implementação do Fórum Regional de Álcool e Saúde em toda a Região, com estruturas de prevenção e tratamento, reinserção, controle e fiscalização.

Sendo uma das grandes inovações deste Fórum contar, além das entidades convencionais públicas e privadas do setor da saúde, com a parceria e envolvimento de produtores de álcool e organizadores de eventos. Bem como o investimento em formação a mais de 750 profissionais de estabelecimentos comerciais com venda de álcool e organizadores de eventos.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Portanto, Sr. Secretário Regional da Saúde, mais ação e menos demagogia.

Mais ação e menos reação àquilo que vamos acusando que falta fazer.

Deputada Ana Luís *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Obrigado.

Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Conforme referi e tive o cuidado de assinalar, os resultados negativos que os Açores têm a este nível vêm de algum tempo e, infelizmente – utilizei um período de 4 anos, porque é um período onde se poderia perceber resultados – nos últimos 4 anos de governação do Partido Socialista os números aumentaram e não desceram.

E pela intervenção da Sra. Deputada, até pareceria que ela queria fazer crer aos açorianos que em 2021 passou a haver maior consumo, porque tinha mudado de Governo.

Não!... A prevenção tem obviamente impactos a médio e longo prazo. Fazer-se a leitura de que em 2021 há um número grande de casos de consumo de

substâncias psicoativas na Região, não é propriamente a forma mais correta de fazer a leitura e a senhora sabe bem disso.

Deputado Carlos Silva *(PS):* É factual.

Deputada Ana Luís *(PS):* A taxa de abandono escolar foi interpretada pelo seu partido nos mesmos termos!

O Orador: A responsabilidade dos números de 2021 não é assim. E como eu disse, de 2020 para 2021, há quase o dobro de pessoas que estão sujeitas a este tipo de tratamento em comunidades terapêuticas.

Para seu conhecimento, e conforme referi, vou então apresentar algumas das ações que estão a ser desenvolvidas no terreno, efetivamente junto das pessoas.

Se houve orientação que foi dada pela tutela à respetiva Direção Regional e aos técnicos, no desenvolvimento deste plano, que teve várias redações antes da redação final, até encontrarmos um plano que fosse efetivo e concreto – e a orientação foi dada no sentido de entrar pela sociedade dentro – há muitos planos que se ficam pela concetualização, pelos gabinetes, pelos técnicos e não chegam à sociedade. Este é um plano com um conjunto de atividades e ações que está a entrar pela sociedade dentro. E eu vou passar a referir algumas delas:

Programa "Eu e os outros" – iniciou-se em novembro 2021, com formação aos seus aplicadores deste programa e jovens dos 10 aos 18 anos que está a ser desenvolvido durante todo o ano de 2022.

Há um grupo de apoio e autoajuda, com pessoas (toxicodependentes) significativas que vai de dezembro de 2021 a dezembro de 2022, com reuniões semanais.

Programa "Gerar percursos sociais" – desenvolvido na Escola Básica e Secundária de Santa Maria com jovens dos 14 aos 18 anos, decorre de julho a outubro de 2021, com formação de professores e psicólogos de outubro de 2021 a junho de 2022, com aplicação semanal.

Programa "Ambientes e carros 100% livres de fumo" (a questão do tabaco), dirigido a crianças dos 9 aos 10 anos, envolvendo a Direção Regional de Educação, Universidade de Évora, do Minho e da Beira Interior, desenvolvido em novembro de 2021, com formação aos aplicadores (que são os professores); e de janeiro a fevereiro de 2022, com aplicação semanal.

Programa "Fantoche não és" dirigido a educadoras e ajudantes de educação do ensino pré-escolar e público, de janeiro a julho de 2022, com 70 sessões, para atingir as crianças dos 3 aos 5 anos no ensino pré-escolar.

Campanha complementar do Programa "Ambientes e carros 100% livre de fumo" na televisão e rádio, dirigido à população em geral, de janeiro a fevereiro de 2022, com frequência diária.

Seis campanhas de sensibilização para a população em geral, com meios audiovisuais, de janeiro a dezembro de 2022.

Uma rede de referenciação para técnicos de equipas multidisciplinares de março a maio de 2022, com formação por ilha, em cada uma das ilhas.

Projeto noites saudáveis, que se dirige aos jovens e adultos em ambientes noturnos, pograma que se desenvolve de março de 2022 a março de 2023, com aplicação semanal.

Em fevereiro foi dada formação inicial, em junho, formação de acompanhamento.

Programa com a constituição de três equipas de prevenção, nas ilhas Terceira, São Miguel e Faial, três equipas constituídas de prevenção, dirigidas à população em geral.

Em dezembro de 2021, foram feitos contactos iniciais; janeiro e fevereiro formalização de parcerias. Em fevereiro de 2022, foi dada a formação inicial.

Programa GIROS, dirigido aos jovens; de novembro de 2021 a dezembro de 2022.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Não se esqueça de dizer que a continuidade foi do trabalho que iniciado por nós!

O Orador: Alguns destes programas vinham de trás.

Deputado Carlos Silva *(PS):* É que o senhor esqueceu-se de dizer!

O Orador: Mas muitos destes programas são novos e estão a ser desenvolvidos.

Vamos lá ver:

Antes as senhoras diziam que tinham feito tudo, e não fizemos nada.

Estamos a dizer a dizer aquilo que estamos a fazer de novo e o que estamos a continuar. Os senhores entendam-se.

Deputada Célia Pereira *(PS):* O senhor acabou de dizer o contrário!

Deputada Ana Luís *(PS):* O senhor acabou de dizer que não iam dar continuidade!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário Regional.

O Orador: As datas que estou a dar são tudo datas após a posse deste Governo, tudo após novembro de 2020.

Formação sobre prevenção e comportamentos aditivos e dependências para agentes desportivos.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: É uma inovação!

Deputada Célia Pereira *(PS):* Ainda bem que é inovação! Vai fazer alguma coisa nova!

O Orador: É uma inovação porque até agora nunca se chegava a outros meios, a outros ciclos de relação social

Agentes desportivos: novembro e dezembro de 2021; fevereiro e março de 2022; junho e julho de 2022.

Outros projetos piloto: mediação juvenil.

Tenho aqui mais dezenas e dezenas de projetos que estão a ser desenvolvidos por este Governo, alguns deles vinham do Governo anterior, e muitos deles são inovação, o que quer dizer, mantendo o que estava não era suficiente.

Temos de fazer o que estava e estava bem, mas sobretudo fazer muito mais, para que, passados quatro anos, não tenhamos os mesmos resultados que os senhores deixaram passados quatro anos da vossa governação.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Está muito pior!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Tiago Lopes pede a palavra para?

(*) Deputado Tiago Lopes *(PS):* Para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação, faça favor.

(*) Deputado Tiago Lopes *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para informar a Mesa, e esta Assembleia, que irei fazer chegar à Mesa, na sequência daquilo que o Sr. Secretário referiu, que este Governo implementou em 2021 o "Programa Eu e os Outros", o Relatório do "Programa Eu e os Outros", do SICAD, de 2013 a 2020.

Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Eu acabei de dizer!

Deputado Tiago Lopes *(PS):* O senhor só diz o que lhe convém!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Regional.

Assim que a Mesa rececionar o documento fá-lo-á distribuir pelas Sras. e Srs. Deputados.

Tem a palavra para colocar uma questão o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor.

(*) Deputado José Pacheco *(CH):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu quando me inscrevi algumas das respostas não tinham sido dadas ali pelo Sr. Secretário. Fico satisfeito. Conheci algumas das coisas que vinham de trás.

Mas também não ficaria bem comigo, nem com os meus filhos, nem com os açorianos, se não disse isso:

É uma vergonha (não há outra palavra: uma vergonha!) o que se andou a fazer nas últimas décadas. Banalizámos o consumo de drogas! Banalizámos!... Banalizámos!... Banalizámos!...

É uma vergonha!

É uma dor para cada pai, para cada família que tem em casa uma pessoa dependente de drogas, e falo aqui das drogas mais pesadas, porque também há outras como tabagismo e o álcool que às vezes não damos a devida importância, e colocamos no mesmo patamar drogas que são trampolim para aquelas drogas ditas pesadas.

É uma vergonha o que os senhores fizeram, durante décadas.

Uma vergonha!

A palavra certa, Sr. Secretário, e Srs. Secretários: Prevenção!... Prevenção!... Prevenção!...

A prevenção foi, durante décadas, colocada na gaveta. Colocada na gaveta, porque há umas agendas da extrema-esquerda que isto agora bom é andar aí a fumar umas coisinhas que nos alegram.

Isto é inaceitável!... Alguém tem de dizer isto bem alto!

Deputada Ana Luís *(PS):* Isso é que é uma vergonha, o que o senhor acabou de dizer!

O Orador: O consumo de drogas não é um caminho!

O consumo de drogas destrói a sociedade!

Os senhores querem andar drogados, o problema é vosso.

Deputada Ana Luís *(PS):* O senhor é que é uma vergonha!

O Orador: Mas não façam isso aos nossos filhos. Não banalizem o consumo de drogas.

Sr. Secretário, e tenha muita calma, porque alguém tem de dizer isso bem alto. Ao longo de décadas eu tenho ouvido isso.

É constante a promoção do consumo de drogas. Elas não fazem bem, então vendiam-se nas farmácias.

Sr. Secretário, nós temos um problema, gravíssimo, com as sintéticas. São de fácil acesso, são baratas e estão a ser produzidas aqui e acolá nas nossas ilhas. O que é que nós vamos fazer quanto a isso?

Deputada Alexandra Manes *(BE):* Uma das soluções é regular!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, permita-me que lhe diga que há limites para a linguagem parlamentar. Peço que tenha alguma contenção nalgum tipo de linguagem que utiliza nesta Câmara.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para responder.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, o problema da prevenção é essencial, com esta dificuldade que a prevenção tem que não se produz resultados no imediato. Esta eficácia da prevenção muitas vezes faz com que seja negligenciada com essa perspetiva de que não vai haver resultados já e vai-se negligenciando.

Agora é preciso que isto seja assumido de forma consistente e consciente por todos. É que a prevenção, como disse, tem de entrar pela sociedade dentro.

As escolas e as camadas mais jovens da população são determinantes, e a articulação com a Direção Regional da Educação e com a Secretaria Regional da Educação, são decisivas e têm sido essenciais para a implementação de grande parte destes projetos que referi aqui, que só estão a ser desenvolvidos, porque há exatamente uma articulação com a tutela da educação.

Mas, como disse, não é só a educação. É a educação, é o desporto...

Deputado António Lima *(BE):* O problema é falta dela!

O Orador: Como já referi aqui por várias vezes, no desporto...

Deputado António Lima *(BE):* O problema é a falta de informação!

O Orador: Não percebi...

Deputado António Lima *(BE):* O problema é a falta de informação!

O Orador: Também há muita, também há muita.

A prevenção não é só naqueles meios, naqueles dias, naqueles círculos pré-determinados.

Tem de ser de uma forma quase que as pessoas não se apercebam que estão a ser consciencializados dos riscos do consumo.

Isto faz-se, como disse já por diversas vezes, mas vou repetir, entrando nos sítios onde estão os jovens.

O desporto é tido como uma área que é objeto de ações aparentemente contrárias ao consumo, mas é no desporto que existe muito consumo.

É preciso dar formação a treinadores, a dirigentes, que é o que estamos a fazer, para que saibam como agir perante situações...

Deputado Carlos Silva *(PS):* Sr. Secretário não é suficiente!

O Orador: ... de identificar algum risco de prevenção.

Essa ação não é só ao nível do desporto, ao nível de associações culturais, nos grupos culturais, nas associações juvenis, envolvendo as câmaras municipais.

Há aqui um conjunto de projetos que estão a ser desenvolvidos em articulação com as câmaras municipais.

As juntas de freguesia. Muitas vezes são os Presidentes de Junta que nos telefonam, aflitos, porque estão próximos da população, e são muitas vezes o primeiro confessor de um pai, de uma família com problemas. Identifica os problemas.

Tudo isto tem de ser feito envolvendo, de forma sistémica, integrada, coerente, toda a sociedade. Isto não pode ser só um discurso, não pode ser só palavras, isto tem de ser, em concreto, consciencializado por todos e cada um de nós.

Este é um assunto que ninguém pode dizer que está, nas suas relações próximas, afastado dele.

Já vi muita gente a falar nisso de uma forma absolutamente diferente quando isso lhe tocou na porta.

Sei bem do que estou a dizer!

Quando toca na porta de cada um a consciencialização é bem diferente.

Os caminhos e as preocupações são bem diferentes, por isso é importante que todos nós, antes que nos toque na porta, tenhamos a consciência de que somos agentes ativos de prevenção.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Não é uma responsabilidade do outro, não é uma responsabilidade do profissional da educação ou do profissional de saúde. Não é uma responsabilidade sequer destes! É de todos nós. Todos nós, na nossa ação diária, temos que falar disso sem ser com a carga do tabu.

Muitas vezes fala-se nisso só no dia mundial da prevenção, só neste dia ou naquele dia. Aí toda a gente fala nisso.

Nos outros dias falam sobre desenvolvimento social, desenvolvimento económico, falam sobre tudo, e ninguém toda num ponto que afeta mesmo e decisivamente o desenvolvimento social, o desenvolvimento económico e a saúde da nossa sociedade.

Por isso é importante que todos tenham consciência de que todos nós somos agentes ativos e responsáveis no processo de prevenção, para depois nos insucessos da prevenção as entidades competentes agirem no tratamento e na reinserção.

É essa visão integrada e responsável que é preciso ter. Não é um discurso, mas também é um discurso. É também este discurso de fazer chegar aos açorianos aquela que é a nossa visão na prevenção e combate às dependências.

Aqui, não há pedras para atirar. Aqui há, sobretudo, mãos a dar.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Atingimos a nossa hora regimental. Vamos fazer o nosso intervalo para almoço.
Regressamos às 15 horas para dar continuidade a esta sessão de perguntas. Faltam-nos, para atingir as 3 horas, cerca de 34 minutos.

Eram 13 horas e 03 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos reiniciar os nossos trabalhos, com a sessão de perguntas promovida pelo Partido Socialista.

Eram 15 horas e 08 minutos.

(Após o intervalo o Deputado Marco Costa ocupou o seu lugar na Mesa)

Estávamos no segundo objeto: prevenção e combate às dependências.
Estava inscrito o Sr. Deputado Pedro Neves, a quem dou a palavra para efetuar a sua questão. Faz favor, Sr. Deputado.
(*) Deputado Pedro Neves *(PAN):* Obrigado, Sr. Presidente.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Há bocado estávamos com a energia toda, agora temos que ir buscar informação novamente ao cérebro.
Acho que o Sr. Secretário já respondeu, pelo menos uma parte, relativamente ao Plano de Prevenção e Dependências, que disse aqui neste plenário, de 2021 para 2024. Também temos de ter em conta o estudo do SICAD, dos nossos jovens entre os 13 e os 18 anos, e que o nosso quadro, o quadro açoriano, é bastante negro comparativamente com Portugal a nível nacional, bem como o continente europeu.
Nós sabemos disso. Aliás, eu o Sr. Secretário tivemos exatamente no mesmo sítio das jornadas da Polícia Judiciária, o mês passado em Ponta Delgada.

Ouvimos obviamente o grave problema relativamente às drogas sintéticas, O nosso quadro até era diferente sobre a dependência das drogas sintéticas comparativamente com os outros países que não estávamos a falar exatamente dos mesmos produtos.

Mas também foi falado, e algo que achei extremamente preocupante (não sabia, era do meu desconhecimento), que tínhamos drogas criadas, tanto no concelho da Ribeira Grande, bem como também na ilha do Pico.

Tínhamos duas drogas, a nível europeu e a nível mundial, que eram criadas aqui nos Açores para ir na cadeia – peço desculpa, pelo vernáculo – de abastecimento de droga a nível europeu e, quiçá, a nível mundial.

Isso é extremamente preocupante. Nós sabemos talvez que tenha a ver com o valor, mas eu pergunto: e tendo em conta que aquilo que eu defendo – e é apenas aquilo que eu defendo e que o partido defende – que tem que haver prevenção, mas uma prevenção diferente daquilo que está a existir nos anos 80 e 90, que era mais uma prevenção em termos das consequências, mas todos nós já sabemos das consequências.

Dou até a comparação que temos nas escolas. É mostrado exatamente quais são as consequências da adição das drogas, mas mais do que isso, acho que não é necessário ver o ponto individual.

O Plano de Prevenção, pelo menos aquilo que o Sr. Secretário disse, era bastante importante. Pareceu bastante efetivo, mas pergunto (e essa é a única pergunta pelo menos que me falta fazer) se esse plano alguma vez será público para nós termos conhecimento? Acho bastante importante para sabermos quais são as ações concretas e pragmáticas daquilo que será feito até 2024.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra para responder o Sr. Secretário Regional da Saúde. Faça favor.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Respondendo, desde logo, à questão que foi colocada e, se me permitir também, deixar aqui algumas notas sobre algumas das referências que fez na sua intervenção.

Sim, vai ser público. Até ao final deste mês é concluído o plano global que inclui prevenção, tratamento, recuperação e reinserção, será concluído até ao final deste mês, será colocado em discussão pública. Depois dos contributos públicos que todos são chamados a dar, será aprovado o plano final.

Como disse, o que não quisemos foi esperar pelo plano final ser aprovado em termos formais e avançámos já com algumas medidas concretas, algumas delas que vinham de trás, outras medidas novas, para que a prevenção se comece a fazer o mais depressa possível e concordo plenamente com aquilo que referiu da visão da prevenção não apenas das consequências nefastas para a saúde, mas de todas as ligações que o consumo de substâncias psicoativas tem, sendo que – e é um novidade também que este Plano tem – os comportamentos aditivos não são apenas e só relativamente a substâncias, mas também a comportamentos, nomeadamente o jogo, os meios eletrónicos, que têm também um impacto tremendamente negativo na vida das pessoas e das famílias. Cria dependência!

O que estamos aqui a falar é, no fundo, de liberdade, para que os cidadãos sejam livres de agir de acordo com a sua vontade, e não sujeitos a um conjunto de substâncias, de comportamentos ou de aditivos que façam com que a sua vontade fique dependente de tudo isso. Fiquem subjugados a isso.

Muitas vezes a ideia do senso comum, de um jovem, quando decide consumir, é porque está a exercer liberdade, não percebendo, se calhar, que deixa de ser livre por consumir.

E é tudo isto que é preciso que seja efetivamente sujeito a uma consciencialização da população.

Relativamente a esta matéria vai ser público.

A questão das substâncias psicoativas químicas é um grande problema. Porquê? Porque quer ao nível da fiscalização, quer ao nível do conhecimento, quer ao nível da própria criminalização, tudo isto é novo e desconhecido.

Esse tipo de laboratórios caseiros estão sempre à frente da fiscalização, sempre à frente da lei, sempre à frente de tudo o mais, e acaba por ter efeitos nefastos, sendo que tem um impacto tremendamente mais negativo do que outras substâncias e algumas delas são efetivamente fatais.

Por isso é um mundo imenso, complexo. Estamos a abordá-lo de acordo com aquilo que são as competências governamentais, sendo certo que, como disse, na minha intervenção anterior, é importante que haja uma consciencialização coletiva e uma responsabilização coletiva para tudo isto, percebendo o papel de cada um e, sobretudo, percebendo que os caminhos de hoje não são certamente os caminhos de algum tempo atrás, porque, como vimos, os resultados não são positivos.

Passado este tempo todo, os resultados não são positivos. Não vamos aqui fazer um juízo de valor sequer político, porque não é isso que está em causa, mas, vamos constatar se de facto é assim e vamos trabalhar todos no sentido de ultrapassar tudo o que tem sido feito, mas no sentido positivo.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra, para colocar uma questão, o Sr. Deputado Flávio Soares. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Flávio Soares *(PSD):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As dependências são um problema transversal que afeta a sociedade açoriana de forma dramática e assustadora.

Ao longo dos anos este problema foi persistindo sem que o Governo do Partido Socialista conseguisse encontrar uma solução eficaz para o resolver, tanto a médio como a longo prazo.

Importa referir que, quando este Governo tomou posse, os Açores eram a Região do país com a mais alta de incidência de consumo de substâncias aditivas...

Deputado Carlos Silva *(PS):* E agora?

O Orador: ... e aquela que mais cresceu nos últimos anos, chegando, em 2017, a cerca de 7.4% da população, isto, segundo dados do Serviço de Intervenção dos Comportamentos Aditivos e das Dependências – SICAD.

Deputado Carlos Silva *(PS):* E agora como é que está?

O Orador: Ainda segundo dados do SICAD, em 2019, um estudo realizado e dedicado a jovens dos 13 aos 18 anos, apontou que os Açores estavam acima da média nacional no consumo de álcool, de tabaco, droga ou comportamentos aditivos, entre tantos outros indicadores que demonstravam claramente que a estratégia aplicada anteriormente pelo Governo Socialista estava fora do contexto e da realidade que vivíamos.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Por outro lado, em novembro do ano passado, este Governo Regional apresentou o Plano de Prevenção de Dependências dos Açores,...

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Onde é que ele está?

O Orador: ... encarando o problema de forma clara, transparente e sem tabus, aliás, como ele próprio exige; um plano que incide junto das pessoas, priorizando a prevenção, que integra ações de formação e sensibilização, quer nas escolas, em meios desportivos, diversão noturna ou em associações culturais e juvenis.

Para além deste Plano, foi igualmente anunciada a realização de um estudo piloto de diagnóstico sobre a problemática das toxicodependências pelas instituições e juntas de freguesia, do concelho de Ponta Delgada.

Neste sentido, Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, pergunto em que ponto de situação se encontra a aplicação deste Plano de Prevenção de Dependências dos Açores, e também o estudo piloto do diagnóstico a realizar em Ponta Delgada?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputados Jaime Vieira e João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tive oportunidade, numa das minhas intervenções anteriores, de fazer referência à parte das ações concretas que visam pôr em prática o Plano de Prevenção.

Muitas delas foram já identificadas, não as vou repetir. Algumas delas decorrem de ações que já estavam implementadas e que foram desenvolvidas e que estamos a continuar e algumas são novas, exatamente na perspetiva que referi de que o que nos interessa é mais: mais prevenção, mais ações, mais sociedade envolvida nestas prevenções, envolvendo o que já estava com algumas novas iniciativas.

Sobre esta matéria, só para dar aqui uma nota sobre o que foi aqui referido, que tinha sido este Governo Regional que tinha encerrado o Solar da Glória. Não é verdade!

O Solar da Glória foi encerrado pelo Governo anterior.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Como?

O Orador: É verdade!

De facto, foi encerrado pelo Governo anterior e também decorreu de algo que, em termos estratégicos, é evidenciado por técnicos, não sendo a forma mais correta. Por um lado, a faixa etária dos 14 aos 24, entendido que não sendo a faixa etária mais adequada para este tipo de tratamento em comunidade terapêutica, foi entendido que foi o erro estratégico este envolvimento da população, desta faixa etária, sendo mais aconselhável a partir dos 18 anos, para além de que existe também discordâncias técnicas relativamente ao tratamento em comunidade terapêutica, exatamente no local de residência das pessoas que estão sujeitas ao tratamento...

Deputado Carlos Silva *(PS):* Deixaram de dar apoios?

O Orador: ... sendo mais eficaz, aparentemente, porque há menos desistências do tratamento afastado da localidade de residência das pessoas que estão sujeitas ao tratamento.

Mas em concreto, relativamente às questões que o Sr. Deputado Flávio Soares referiu, posso continuar a referir aqui alguns dos Projetos que estão a ser desenvolvidos.

Para além da constituição de três equipas de prevenção, em São Miguel, Terceira e Faial, em dezembro de 2021, foram feitos contatos iniciais; janeiro e fevereiro de 2022, foram formalizadas parceiras, em fevereiro de 2022 foi feita a formação inicial, e de março a dezembro está a ser feita a aplicação mensal deste projeto.

Por outro lado, a implementação do Projeto "Comunidade – Reabilitação Livre de Drogas", nos estabelecimentos prisionais da Região.

É um meio muito complexo onde também existe consumo e esta intervenção, neste meio difícil e complexo também entendemos que é adequada à concretização dos nossos propósitos que decorre durante todo o ano de 2022.

Por outro lado também, a coordenação regional dos Núcleos de Apoio à Criança e Jovens em Risco, em termos hospitalares e nas unidades de saúde de ilha, de novembro de 2021 a dezembro de 2022, a sinalização de crianças e jovens em risco, ou em perigo, por parte das entidades com contacto direto com crianças, jovens ou famílias com problemas associados aos comportamentos aditivos e dependências, no sentido dessas situações serem acompanhadas e encaminhadas para respostas adequadas às necessidades diagnosticadas, decorre desde novembro de 2021 a dezembro de 2022.

Por outro lado, também, a formação sobre a prevenção em comportamentos aditivos e dependências, de março a dezembro de 2022, para potenciar a articulação e a ligação com associações da comunidade.

Este é um projeto que visa exatamente isso, aproveitar aquela que é a organização da sociedade existente, através de associações, de organizações, sobretudo com impacto na juventude, e, articulando com todas elas, promover aqui a capacitação das mesmas.

Esta formação para prevenir, com a denominação "Prevenir na Comunidade", inclui os Chefes dos Agrupamentos, decorre de março a dezembro de 2022.

A mediação juvenil, para jovens, de março de 2022 a março de 2023.

Aplicação semanal, em fevereiro de 2022, formação inicial e em junho de 2022, formação de acompanhamento.

Formação sobre prevenção em comportamentos aditivos e dependências, para crianças e jovens a frequentar campos de férias, crianças e jovens em Casas de Acolhimento Residencial, abril, julho e agosto de 2022.

Formação sobre prevenir na comunidade, para monitores de campos de férias, técnicos e monitores das Casas de Acolhimento REsidencial, de abril a julho de 2022.

Sensibilização e formação aquando da divulgação do Cartão Interjovem, para jovens e adultos dos 13 aos 30 anos, de janeiro a dezembro de 2022.

Formação no Programa Academia J, Jovens-adultos dos 13 aos 30 anos, setembro e outubro de 2022.

Formação sobre Prevenção e Comportamentos Aditivos e Dependências para Jovens, de março a dezembro de 2022, três sessões.

Formação sobre Prevenir em Comunidade, para dirigentes, de março a dezembro de 2022, três sessões.

Espetáculos de teatro, fantoches, contos, entre outros, alusivo ao tema dos comportamentos aditivos, para a população em geral, de setembro a dezembro de 2022.

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Já termino. Se não conseguir, certamente haverá outras perguntas onde poderei avançar.

Festival de cinema temático, para a população em geral, em junho de 2022, 26 de junho, dia internacional, controlo, abuso e tráfego de drogas; em contexto recreativo, envolvendo as Câmaras Municipais, no verão, o Outono Vivo, na Praia da Vitória, cinema, entre outras atividades, para a população em geral, de junho a dezembro de 2022.

Sr. Presidente, tinha aqui mais um conjunto de ações que, em respeito pelos tempos, referirei.

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Apresente o Plano e entregue nesta Assembleia!

O Orador: Com isto, o que é que estou aqui a dizer? Estou aqui a referir que temos planos, temos ações, que estão a ser concretizados e calendarizados. Isto não é mais uma vez conversa...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: ... isto não é uma proposta vazia, isto não é uma conversa no ar, não é um objetivo.

São ações concretas, calendarizadas, no local, tempo e modo, de forma a que os resultados sejam diferentes daqueles que aconteceram até agora.

Deputados João Bruto da Costa *(PSD)* e **Gustavo Alves** *(PPM):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é uma matéria em que a Região não teve bons resultados,...

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Vai ter agora no Corvo!

O Orador: ... em que a Região não alcançou bons resultados.

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Porque é que o Governo não mudou nada até ao momento? Se estava assim tão mal!

O Orador: Em que fomos ultrapassados por outras regiões do país que tiveram mais sucesso.

O Partido Socialista, sempre disse, ao longo dos debates que foram aqui feitos, que é preciso tempo para que estas políticas funcionem.

A verdade é que nos Açores ninguém teve mais tempo, foram 24 anos. É o tempo necessário para que sejam construídas estratégias que possam obter bons resultados. E a verdade é que não os obtivemos, por isso é que tínhamos índices que, comparados com a realidade nacional, eram desfavoráveis para os Açores, quando existiu efetivamente tempo para montar uma estratégia que obtivesse resultados a médio prazo, e eles não surgiram.

É impressionante que agora se queira atribuir ao Governo da coligação, que apenas tem um ano e meio em funções, o histórico pré-existente, que é péssimo. Isso é evidente que não é um exercício sério.

Não é um exercício sério e os senhores sabem que não é.

Por isso, o que eu considero é que o Governo Regional, nesta matéria, está a fazer as alterações do ponto de vista estratégico que é necessário fazer, e está a implementar um conjunto de medidas que são importantes.

Mas eu quero dizer-lhe, Sr. Secretário, que acho que há erros tremendos, como por exemplo, um erro que foi realizado pelo Governo anterior, que teve a ver com a institucionalização de alto e baixo linear, ou seja, juntando alto e baixo linear, que se mostrou que era profundamente errado.

Ou também a centralização de muita da estratégia regional numa instituição como a ARRISCA, que foi outro erro tremendo.

Portanto, o que quero perguntar-lhe é se dentro da estratégia que está a ser desenvolvida, se também não é fundamental envolver os cuidados primários? Ou seja, nós temos uma boa rede de cuidados primários, que está a dar muitos bons resultados em muitos níveis, e em muitas áreas, e os cuidados primários, evidentemente com formação adequada para os médicos, mas permitir que nos cuidados primários, realmente se consiga também utilizar todo o nosso potencial nesta matéria para ajudar a que os nossos resultados sejam mais favoráveis.

Eu penso que no final da legislatura...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: E termino.

... teremos oportunidade desta mudança estratégia poder ser observada do ponto de vista dos resultados.

É esta, Sr. Secretário, a questão que lhe deixo.

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Qual foi a questão?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, para responder, o Sr. Secretário Regional da Saúde. Faça favor.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, o Sr. Deputado Paulo Estêvão faz referência aqui à circunstância de termos de corrigir alguns caminhos e termos de avançar em sentidos diferentes, mantendo aquilo que merece ser mantido.

É curioso que este debate inicia-se, no que diz respeito às dependências, com o Partido Socialista a dizer que nada é feito em termos de dependências.

Deputada Ana Luís *(PS):* Ninguém disse isso!

O Orador: Agora, quando demonstramos o que está a ser feito, vem dizer "estão a fazer tudo igual".

Deputado Carlos Silva *(PS):* Está desorientado, ninguém disse isso!

O Orador: Também diz bem da estratégia e da falta de fundamento da vossa posição, em termos políticos.

Mas concretizando, o que estamos a fazer é no sentido (apenas e só, não é por ser igual ou diferente) de ser mais eficaz e melhor para termos melhores resultados.

A questão do baixo e alto limiar, é uma questão, de facto, relevante, que temos tido várias reuniões e reflexões sobre esta matéria, e entendemos que esta não será a estratégia mais adequada, essa junção de pessoas que estão em diferente nível da respetiva recuperação e tratamento e é um caminho que certamente será adotado de distinção daqueles que são sujeitos ao tratamento, num e noutro limiar.

No que diz respeito aos cuidados primários, sim, é a base de todo o processo de saúde, quer seja das dependências, quer seja noutras áreas, e o que é que se passa com isto.

Estamos a dotar os cuidados primários dos meios adequados, necessários. Falta muito caminho a percorrer para que os cuidados primários sejam efetivamente cuidados primários, seja no médico de família, seja no enfermeiro família, seja em toda a sensibilização da comunidade em proximidade, para ter efeitos preventivos que, de facto, evitem chegarmos ao nível do tratamento.

Os cuidados primários são determinantes e, em várias ilhas, os tratamentos são assumidos exatamente pelas unidades de saúde de ilha, pelos cuidados primários.

Por exemplo, aqui no Faial, era pelo hospital, mas a área que estava responsável pela dactilologia entende que deverá os cuidados primários. É processo que também neste momento está a decorrer essa passagem da dactilologia dos cuidados hospitalares para os cuidados primários. É esse o caminho, é o caminho mais sustentado de políticas em saúde: reforçar cuidados primários em proximidade, promovendo a prevenção que garanta a saúde.

Deputado Gustavo Alves *(PPM):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para colocar uma questão, tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faça favor.

(*) Deputada Alexandra Manes *(BE):* Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Realmente houve aqui uma quebra naquele que foi o período da manhã para o período da tarde, mas não quero deixar passar esta oportunidade para cumprimentar o Sr. Secretário pela forma assertiva como respondeu a uma das intervenções mais populistas que aconteceu dentro desta casa, protagonizada pelo Sr. Deputado Pacheco, que, ao contrário de tudo aquilo que tem que ser feito, ele limita-se ainda a marginalizar ainda mais as pessoas que tanto precisam da nossa ajuda e da sociedade em geral para recuperarem.

Temos todos a consciência de que não há um único culpado. Todos nós e a falta de capacidade de uma sociedade para dar uma resposta, porque todos somos envolvidos e somos chamados a esta matéria.

Como o Sr. Secretário disse, e bem, pode acontecer à porta de qualquer um, e quando acontece à porta de qualquer um, aí já tem uma interpretação e faz

uma leitura diferente acerca desta temática das dependências, das substâncias e dessas dependências.

Realmente é muito fácil apontar o dedo aos outros, sem perceber que por detrás de cada pessoa existe uma história de vida que pode ter desencadeado aquele comportamento. Isto é triste e tem de ser dito aqui dentro.

Agradeço ao Sr. Secretário pela forma assertiva com que respondeu e mostrou que aqui dentro não se pode ter aquele nível de linguagem para se referir às pessoas mais marginalizadas na nossa sociedade.

Como eu disse, o Sr. Secretário fez aquele que era o enquadramento que eu iria fazer na sua última intervenção da parte da manhã. Digo-lhe, Sr. Secretário, que é muito importante reconhecer os erros que foram feitos, o que correu bem, o que correu menos mal, e parti-lhe tudo o que foi feito na tentativa de arranjar novas estratégias e novas metodologias, com as quais possamos recuperar aquelas pessoas que infelizmente já entraram num ciclo vicioso da sua vida, mas também ser apelativos para os mais jovens, que vivem num mundo onde lhes aparece mais facilmente este conjunto de substâncias na frente.

Isso não é um trabalho fácil. Eu reconheço que não é um trabalho fácil. O mundo é cada vez mais exigente para os jovens e muito mais, hoje em dia, os jovens sentem e reconhecem naqueles comportamentos aditivos uma forma de se abstraírem.

Facto, é que todos nós fomos jovens e qual é que não terá sido sentido tentado a experimentar a... Uns experimentaram, outros continuaram.

O que não pode acontecer é mais a marginalização dessas pessoas.

Para além de todo o trabalho de prevenção, também é preciso ter a consciência que é necessário ter edifícios e infraestruturas que permitam a recuperação destas pessoas, nomeadamente também dos mais jovens.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Pergunto-lhe, relativamente à requalificação do edifício para a comunidade terapêutica da Vila de Rabo de Peixe, que apareceu no relatório

de execução para 2021, numa ação sem execução, e que esta comparticipação transitou para 2022, se há realmente alguma novidade relativamente acerca desta questão?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde. Faça favor.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente às questões que referiu, inicialmente, e de enquadramento, há uma concordância com aquilo que foi a nossa posição, sem que a minha intervenção tivesse o propósito de responder a um deputado em concreto. É a minha perceção e é a perceção da tutela sobre estas questões das dependências.

No que diz respeito à comunidade terapêutica de Rabo de Peixe, é um assunto que está a ser desenvolvido pela Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências, em articulação com a entidade em causa, no sentido de se encontrar a melhor solução, mas como diz, estamos perante questões que têm um grau de exigência até em termos da respetiva implementação que podem dificultar ou atrasar os respetivos processos.

No entanto, é um assunto que estamos a tratar, estamos atento a ele e a Direção Regional competente está a tratar com a entidade que poderia, de alguma forma partilhar e cooperar na resolução desta questão.

Deputados João Bruto da Costa e Flávio Soares *(PSD)*: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para colocar uma questão tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor.

(*) Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A dependência é, efetivamente, um flagelo. É um flagelo social que, infelizmente, é transversal a todas as sociedades, a todas as comunidades, e a todos os estratos sociais.

Digo isto, porque esta problemática não deve ser colocada como fez a Sra. Deputada Célia Pereira, numa perspetiva maniqueísta, em que o anterior Governo fez tudo bem, este Governo, que ainda tem um ano e meio, fez tudo mal.

Deputada Ana Luís *(PS):* Também não dissemos isso!

O Orador: Eu, quando digo isso, é porque efetivamente o Sr. Secretário da Saúde e Desporto já disse, e bem, que as políticas que visam sobre a mitigação dos efeitos da dependência, a diminuição de número de casos de dependência, a ajuda e o auxílio das pessoas que, infelizmente, estão dependentes e estão, por isso, fragilizadas, para essas políticas não há soluções mágicas. Não têm resultados imediatos.

A própria recuperação destes cidadãos não é imediata e é um percurso sinuoso, longo, na grande maioria das vezes. Por isso, os resultados das políticas têm efeitos e vêm os seus resultados a médio e a longo prazo.

Por isso, chegou a ser um bocadinho demagógico quando disse que foi feita a maior apreensão de estupefacientes em Ponta Delgada, e que vem no Açoriano Oriental.

Deputada Ana Luís *(PS):* Citou uma notícia, Sr. Deputado!

O Orador: Eu não percebo como é que consegue associar apreensão de substâncias estupefacientes, com a problemáticas das dependências e eventualmente tentar insinuar... É isso que eu não percebo. Das duas, uma: ou a polícia judiciária trabalha melhor neste momento e faz mais apreensões ou então não estou a perceber em que medida é que o Governo Regional tem

alguma coisa a ver com a circulação e tráfico de substâncias estupefacientes. Isso, efetivamente, não percebo.

Deputada Ana Luís *(PS):* Constatámos um facto, Sr. Deputado!

O Orador: Esse tipo de colagem, infelizmente, já foi feito no objeto anterior pelo seu colega Deputado Tiago Lopes, que tenta, de forma demagógica e populista, trazer à baila assuntos que não têm nada a ver com aquilo que é a problemática *per se,* que são as dependências e a resolução do problema destas pessoas. Isto é um facto que convém salientar.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD)*: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Por isso, a pergunta que quero deixar ao Sr. Secretário, é porque efetivamente, nesta problemática, a Região continua a ter índices de consumo de estupefacientes elevados,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E termino já, Sr. Presidente.

... aliás, como também o tem ao nível de Benzodiazepinas, e isso é uma problemática que tem a ver com o objeto seguinte, com a saúde mental, mas efetivamente também temos os maiores indicadores, infelizmente, a nível nacional.

A pergunta que lhe deixo, Sr. Secretário, é um bocadinho no seguimento da outra que fiz no outro objeto, tem a ver com aquilo que é o planeamento, porque ao contrário do que disse também o Partido Socialista, tinha um Plano Regional de Saúde que vigorava até 2020, mas tendo as eleições ocorrido em setembro de 2020, e este Governo entrado em funções em novembro de 2020, não ser percebe como é que num mês, este Governo tinha a obrigação de fazer um Plano Regional de Saúde, para vigorar de 2021 a 2030.

mês!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* É um ano e meio, não é um mês!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Por isso não se percebe, mas a pergunta que lhe faço é exatamente a mesma relativamente a este Plano, a um Plano Regional da Prevenção das Dependências, se o Governo anterior lhe deixou algum Plano Regional para Combate às Dependências, ou prevenção e combate, ou se deixou algum documento preparatório?

Muito obrigado.

Deputado Gustavo Alves *(PPM)*: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Sra. Deputada Ana Luís, pede a palavra para?

(*) Deputada Ana Luís *(PS):* Um protesto.

Presidente: Um protesto a?

(*) Deputada Ana Luís *(PS):* Um protesto, ao facto do Sr. Deputado Rui Martins (e já não é a primeira vez, para já, que se dirige diretamente à nossa bancada, sabendo que nós não podemos responder) vir com acusações de demagogia e populismo, que reiteradamente estão a ser feitas à nossa bancada.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* E maniqueísmo!

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada, 3 minutos.

(*) Deputada Ana Luís *(PS):* Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O protesto é às declarações do Sr. Deputado Rui Martins, mas podiam ser extensivas a outras bancadas do nosso Parlamento.

O Partido Socialista apresentou-se neste debate, de forma responsável,...

Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* Responsável? Falar de pessoas dissimuladas é ser responsável?

A Oradora: ... e em função do trabalho que faz na qualidade de partido da oposição, como tem sido feito, aliás, em todas as iniciativas legislativas das quais somos autores.

A verdade é que nos apresentámos neste debate, com matérias demasiado importantes, na nossa opinião, nomeadamente o funcionamento do Serviço Regional de Saúde, as dependências (e provavelmente o tempo que nos resta não permitirá chegar à saúde mental), porque efetivamente, nas perguntas que colocámos e naquelas que não vamos conseguir fazer, estamos a chamar a atenção para aquilo que entendemos que não está a resultar ou que não está a ser feito.

Isto significa que aqui viemos dizer que não está nada feito? Que está tudo mal?

Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* O seu colega é que disse!

A Oradora: Claro que não, mas o facto de estarmos a chamar a atenção, de estarmos a criticar, significa, com isto, que não temos legitimidade para o fazer, e que é populismo?

Nós não podemos, Sr. Deputado, e o senhor sabe muito bem porque também se sentou, neste Parlamento, na qualidade de deputado da oposição, que é uma das nossas responsabilidades chamar a atenção para aquilo que não está a ser feito.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não foi isso que os senhores disseram!

A Oradora: Estas matérias dizem respeito a muitas famílias lá fora que querem um médico para se tratar e não têm, que não têm acesso a tratamentos, que não têm acesso a exames complementares, que têm familiares com problemas de dependências, ou de saúde mental, e não têm a quem recorrer.

Foi isto que aqui viemos dizer, foi isto que viemos alertar o Sr. Secretário, e não temos culpa que a postura em relação ao Partido Socialista seja: são demagógicos, populistas, só sabem é criticar.

Não foi isso que aqui fizemos, nem hoje, nem no passado quando apresentámos iniciativas legislativas.
Com isto não estamos a dizer que está tudo mal, mas há uma coisa que é certa: defendemos as nossas medidas do passado? Claro que sim.
Na nossa opinião elas eram as adequadas à realidade que na altura tínhamos, e aquilo que temos vindo a chamar a atenção a este Governo, é que tem de deixar de olhar para trás, deixar de olhar para o Partido Socialista e pensar naquilo que tem de fazer para o futuro.
O futuro da nossa Região, o futuro dos Açores e dos açorianos é aquilo que nos interessa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

E somos capazes reconhecer o mérito de todas aquelas medidas que foram para bem das nossas famílias...
Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Nem uma, até agora!
A Oradora: ... e dos nossos concidadãos.
Agora não vamos é admitir, continuadamente, este tipo de crítica. Deixem o Partido Socialista fazer o seu trabalho, como aliás os senhores todos que estão aí sentados sempre fizeram.
Deixem de nos apelidar de populistas e de demagógicos, porque efetivamente se alguns de vós forem recordar as vossas posições neste Parlamento...
Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.
A Oradora: ... enquanto oposição, nós, ao pé de vós, somos "meninos de coro".

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* No seu tempo um protesto destes teria sido impossível. Seria interrompido logo aos três segundos!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para um contraprotesto tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efetivamente um protesto destes merecia um protesto.

Deputado Nuno Barata *(IL):* Ao Sr. Presidente da Mesa!

O Orador: Ao Sr. Presidente da Mesa.

Mas devo dizer, Sra. Deputada Ana Luís, que a Sra. Deputada e o Partido Socialista acertam no objeto desta sessão de perguntas, que nos traz, mas acaba por falhar na forma e na substância.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Isso é a sua opinião!

O Orador: A realidade é que aquilo que foi feito... A Sra. Deputada protesta contra a minha utilização da palavra demagogia.

Recorro-me do Priberam, para ver:

Demagogia: "Discurso ou ação que visa manipular as paixões e os sentimentos do eleitorado para conquista fácil de poder político."

Deputada Ana Luís *(PS):* E é isso que eu não faço!

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

O Orador: Então, diga-me lá, Sra. Deputada;

Quando se inicia uma sessão de perguntas que visa e que versa sobre o tema, a saúde, o Serviço Regional de Saúde, o combate às dependências e a saúde mental, e se inicia a primeira pergunta com afirmações a dizer que este Governo nada fez quando uma pessoa se imolou no parque de estacionamento do HDES,...

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Exatamente!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Sr. Deputado, descontextualiza tudo! Demagogismo é isso!

O Orador: ... quando este Governo nada fez quando houve pessoas que tentaram o suicídio em instalações de saúde, quando depois se diz que existiram apreensões de estupefacientes, nunca antes vistas na Região, o que eu lhe pergunto é, o que é que estes três assuntos que foram focados pela vossa bancada (não foi desta bancada, foi do seu lado)...

Deputado Gustavo Alves *(PPM) e* **Secretário Regional da Saúde e Desporto** *(Clélio Meneses):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... o que é que estes três argumentos visam senão exaltar aquilo que é a revolta popular...

Deputado Gustavo Alves *(PPM):* Muito bem!

O Orador: ... de situações que acontecem, que têm a ver efetivamente com indivíduos que não estavam bem?

Obviamente se alguém se imola, não pode estar bem do ponto de vista mental.

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Isso poderia ter focado, se calhar, no terceiro ponto, não era aqui.

Dizer que isso não é demagogia, desculpe, Sra. Deputada, está profundamente equivocada.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente, só para dizer que não é o CDS, nem os partidos da coligação que olham para trás, porque quando falámos sobre Plano Regional de Saúde, quem olhou para trás e disse que tinha feito até 2020 foi a sua bancada, e nós não estamos a olhar para trás, estamos a caminhar para a frente.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Atingimos as 3 horas previstas para este debate, mas darei a palavra ao Sr. Secretário para responder à pergunta colocada pelo Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta que é a minha última intervenção e prescindindo da possibilidade de fazer aqui algumas referências conclusivas sobre este debate, de facto, quando se suscita a possibilidade de haver uma sessão de perguntas sobre o Serviço Regional de Saúde, a nossa expetativa era que fossem perguntas relativamente à estrutura do Serviço Regional de Saúde, relativamente ao futuro do Serviço Regional de Saúde, relativamente àquilo que podemos fazer para melhorar ainda mais aquilo que está a ser feito.

Deputado José Ávila *(PS):* Sr. Presidente, ele não está a responder ao Sr. Deputado Rui Martins! Foi-lhe dada a palavra para responder à questão do Sr. Deputado Rui Martins!

O Orador: Infelizmente, o que vimos é que os açorianos ficaram mais esclarecidos pelas respostas do que pelas perguntas, porque as perguntas, de facto, foram perguntas assentes apenas no caso, e no casinho, do senhor que, infelizmente, salta do 3.º andar, do senhor não estaciona.

É isto, infelizmente, que o PS tem para oferecer aos açorianos em termos de saúde. O caso e o casinho, esquecendo aquilo que é a estratégia e a estrutura do Serviço Regional de Saúde.

Deputado José Ávila *(PS):* O senhor é que falou em assassinatos!

Deputada Ana Luís *(PS):* O senhor quer que eu lhe responda, mas já não tenho tempo!

O Orador: E não sou eu que digo. E só para perceberem isso, e na sequência do que referiu o Sr. Deputado Rui Martins sobre a questão da demagogia, ainda antes de terminar este debate (estávamos durante a manhã), o PS faz sair uma nota pública que diz:

Título: "Degradação do Serviço Regional de Saúde deve preocupar os açorianos".

No fundo, o que queriam, não era questionar o Governo, não era melhorar o Serviço Regional de Saúde, era preocupar os açorianos. O objetivo é preocupar os açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

É o vosso caminho!

Deputado Tiago Lopes *(PS):* A conclusão deste debate é que o senhor foge do PS!

O Serviço Regional de Saúde fica completamente à margem!

O Orador: Posso continuar, Sr. Presidente.

Deputado Tiago Lopes *(PS):* O seu foco é o PS, não é o Serviço Regional de Saúde!

O Orador: Tenho que me sentar para o senhor falar, é?

Sr. Deputado Rui Martins, respondendo à sua pergunta, como não foi deixado nenhum documento sobre um futuro Plano Regional de Saúde (que já estava prorrogado o Plano Regional de Saúde), a sua versão inicial já tinha terminado, foi prorrogado até 2020. Isto é, já estava fora do seu tempo.

Mas em novembro de 2020, quando estava a terminar aquele, o Governo anterior não deixou um documento, um papel, uma linha, nada, sobre o Plano Regional de Saúde.

O mesmo se diga relativamente ao Plano de Prevenção.

Deputado Tiago Lopes *(PS):* Se o senhor queria o trabalho feito tivesse deixado do PS governar!

O Orador: Havia um plano de tratamento, a prioridade era o tratamento, mas não havia um plano de ações de prevenção. Havia um plano concetual, que terminou em 2020, mas não havia nada de prevenção para o tempo seguinte. Havia apenas o plano conceitual que acabou em 2020, e nada disso nos foi deixado.

Foi este Governo que, num ano e meio, definiu um plano de prevenção, e já está a implementar.

Deputado Tiago Lopes *(PS):* O senhor queria assumir funções com o trabalho do nosso Governo!

O Orador: Não há tempo a perder para um drama dessa dimensão.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Apesar de atingida a hora definida para este debate, a Representação Parlamentar do IL não colocou nenhuma questão sobre esse objeto e, segundo o nosso Regimento, tem direito a fazê-lo.

Sr. Deputado Nuno Barata, pergunto-lhe se pretende fazer alguma questão sobre este objeto?

Deputado Nuno Barata *(IL):* Sobre demagogia não falo mais!

Presidente: Muito bem, está encerrado este debate.

Avançamos para os trabalhos da nossa Agenda, com o ponto 3: **Anteproposta de Lei n.º 7/XII – "Assegura o aumento do subsídio de risco para os profissionais das forças e serviços de segurança"**.

É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do PAN.

Os tempos definidos na Conferência de Líderes para este debate são:

O PAN, o Governo e o PS dispõem de 22 minutos;

O PSD de 20 minutos;

O CDS-PP de 14 minutos;

O BE e o PPM dispõem ambos de 12 minutos;

O CH e a IL dispõem, cada, de 10 minutos;

O Sr. Deputado Independente dispõe de 5 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para apresentação da iniciativa. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Neves *(PAN):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PAN/Açores traz a esta casa uma iniciativa cujo objetivo primordial é simples e linear: aumentar o valor do subsídio de risco, para 443€, dos agentes da PSP e dos guardas da GNR, sem prejuízo de ser anualmente atualizado segundo o Indexante de Apoios Sociais.

Trata-se de corrigir uma injustiça laboral daqueles que diariamente arriscam a sua integridade física e, no limite, a vida, para nos colocar a todos, enquanto cidadãos, em segurança, afastando as situações de risco e de perigo, pautando as suas condutas pela manutenção e restabelecimento da segurança.

Arriscam, *in loco*, a sua vida, pela nossa. Um risco imprevisível e, muitas vezes, incalculável, sobretudo pelas consequências que daí possam advir.

Nós, na qualidade de Deputados, temos o poder de retribuir esses atos de altruísmo, e compensar, da forma que podemos – que é esta – o risco que estes profissionais correm diariamente para salvaguardar um bem, a nossa segurança, que nos é muito querido. Especialmente se tivermos em conta os dados do Relatório Anual de Segurança Interna para os Açores.

Temos de ser congruentes e retos. Já saíram iniciativas desta casa em que se recomendou à República o aumento do número de efetivos na Região, reconhecendo-se a sua importância para o nosso bem-estar. Pelo que, temos o dever, nem que seja moral, de dar condições a estes profissionais, de atribuir uma compensação pelo risco inerente às funções desempenhadas em igualdade de condições com os demais profissionais.

Esta Anteproposta de Lei pretende a majoração do subsídio de risco atribuído aos agentes da PSP e guardas da GNR, de forma a esbater a diferença existente entre as forças e serviços de segurança na atribuição do suplemento remuneratório.

Deve ser estabelecida uma componente fixa no valor atribuído a título de subsídio de risco, equiparando-se as forças de segurança que estão em igualdade de condições na exposição ao risco e perigosidade, mas em desigualdade na mensuração da sua vida ou integridade física que pode ser ofendida pelas funções profissionais exercidas.

Essa componente fixa deve ser anualmente atualizada de acordo com o Indexante de Apoios Sociais – índice de referência essencial, anualmente atualizado, para o acesso a prestações sociais e fixação, cálculo e atualização de apoios sociais e outras despesas e receitas do Estado.

Cremos que só este método permite, no imediato, corrigir esta injustiça, e dar resposta às reclamações, justificadas, das forças de segurança.

O que propomos retrata de forma fiel os anseios destes profissionais e permite corrigir uma lacuna laboral no tratamento desigual entre profissionais: valorar de igual forma a vida e integridade física de profissionais que estão, igualmente, expostos ao risco e perigo, no exercício das mesmas funções.

Recorde-se que o Sindicato Nacional de Oficiais de Polícia, em representação da classe, no seu parecer refere: "(…) *acompanhamos a fundamentação da exposição de motivos, sendo da mais elementar justiça a dignificação da atividade policial, sendo a remuneração uma das suas componentes, não podendo ser descurada a necessidade da justa compensação pelo risco a que os polícias estão sujeitos*.".

A PSP e a GNR são forças de segurança que prestam serviços de proximidade, executando funções em diversas áreas e contactando com vários tipos de criminalidade. Estão, por isso, diariamente sujeitos a situações de risco, que podem comprometer a sua integridade física e mental, e, até no limite, a sua própria vida.

O suplemento remuneratório atualmente previsto para a PSP e GNR não reflete, nunca, nem reconhece o risco a que estas forças de segurança são, quotidianamente, expostas, e é manifestamente insuficiente.

Os moldes atuais de suplemento remuneratório atuam em sentido inverso, desvalorizando o risco a que estes profissionais estão sujeitos e a própria missão da sua profissão – uma pedra basilar na primeira linha de defesa da segurança interna, na salvaguarda dos direitos dos cidadãos e do Estado de Direito Democrático.

Perante isto, é incompreensível que determinadas funções classificadas de elevado risco, como a manutenção da ordem pública, segurança a Altas Entidades e edifícios, e funções de Investigação Criminal, sejam mensuráveis em €68 mensais para uma determinada atividade profissional e em cerca de €400 para outras atividades profissionais como por exemplo, a Polícia Judiciária e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

É fundamental que exista um tratamento de igualdade entre serviços de segurança.

Por isso, o PAN/Açores acompanha a incompreensão e indignação destes profissionais, e apresenta esta iniciativa, que imagino ser consensual entre todas as bancadas.

Termos em que é da mais elementar justiça, trazer justiça à justiça, fazer justiça pela justiça, e aprovar-se esta iniciativa.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PPM: Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Soares. Faça favor.

(*) Deputado Luís Soares *(PSD):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Anteproposta de Lei aqui apresentada pelo Partido Pessoas Animais e Natureza (PAN) tem por objetivo, através da alteração dos estatutos profissionais Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública, aumentar o valor do subsídio de risco, das forças de segurança.

Esta proposta vai ao encontro daquela que é a pretensão dos profissionais que integram as Forças de Segurança, uma reivindicação, bem expressa pelas associações e sindicatos da GNR e da PSP, quando auscultados na Comissão de Orçamento e Finanças da República, relativamente ao Orçamento de Estado e ao que as Forças de Segurança dizia respeito.

Não é verdade que o Governo passou a subsidiar os profissionais das Forças de Segurança em 100€ pelo risco, como foi a determinada altura, anunciado e noticiado. O que o Governo fez foi aumentar de 31€ para 100€ a componente fixa do suplemento por serviço nas Forças de Segurança, adicionando a componente de riscos, e assim o risco nas Forças de Segurança passou a ter um valor de 69€.

A vida, a integridade física, a salubridade dos profissionais das Forças de Segurança, vale 69€.

É um valor ridículo, absurdo e ofensivo. Uma afronta. A integridade física a vida o risco daqueles que representam a autoridade do Estado vale pouco muito pouco. É assim que o Governo da República vê a segurança interna. Vale pouco, muito pouco, a segurança de pessoas e bens, o combate à criminalidade, desde a violência doméstica, consumo e tráfico de estupefacientes, o terrorismo, a segurança de altas entidades, segurança em Cimeiras, em eventos desportivos e tantas outras funções e missões de risco. O seu combate e o risco associado, valem pouco, muito pouco, 69€.

Pela minha experiência profissional de mais de 30 anos de profissão, mais de 20 de atividade sindical, perseguindo ideais, reais contra pessoas irracionais pelo desconhecimento, e foram tantas que, em breves passagens, quiseram fazer afirmação sem beber do conhecimento instalado e real, transportaram-nos até aqui. Paremos para pensar. Olhemos os exemplos e valorizemos aquilo que tem valor. O risco de vida, ofensa a integridade física daqueles que são o garante da organização, da ordem social instituída, a plena liberdade dos cidadãos e a própria vivência da Democracia.

As Forças e os Serviços de Segurança são fundamentais e imprescindíveis para a manutenção da paz social e a normal prática jurídica, bem como para a preservação dos direitos, liberdades e garantias de pessoas e bens.

Por ano, mais de 1000 agentes das Forças de Segurança são vítimas de ofensas à integridade física, em alguns casos necessitam de internamento, ou mesmo acabando por resultar na morte, como aconteceu recentemente com o Agente Fábio Guerra, que perdeu a vida, quando, nas suas horas de folga, não deixou de cumprir com a sua função e fez, heroicamente, *jus* ao seu compromisso de honra: dar a própria vida se necessário for.

Aqui deixo, na solenidade desta Assembleia, e aproveitando o momento e o enquadramento, a minha homenagem ao Fábio Guerra e a todos os polícias que perderam a vida em nome da segurança interna e de Portugal.

A Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública registam e dão resposta a mais de 1 milhão de ocorrências criminais por ano. Entreveem em mais de 80% de toda a criminalidade e em cerca de 90% de toda a criminalidade violenta ou grave.

Segundo dados de 2009, que teimam em não ser atualizados, os polícias morrem 11 anos mais cedo que o resto da população.

Os agentes das Forças de Segurança têm uma esperança média de vida que era, em 2009, de 67,5 anos, menos 11 que o resto da população (78,7 anos).

A alteração do valor do subsídio de risco, a par das atualizações das tabelas remuneratórias, é estruturante para as Forças de Segurança. Pode mesmo ser mesmo um impulso, para a atratividade de uma profissão e uma carreira que deixou de ser apetecível.

Nos últimos cursos de formação de elementos de Forças de Segurança, não houve o número de concorrentes suficientes para que a seleção tivesse o grau de exigência suficiente e necessário para preenchimento de todas as vagas abertas para o curso.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito bem!

O Orador: Um elemento das Forças de Segurança, em início de carreira, aufere um rendimento pouco acima do ordenado mínimo nacional, sem outro rendimento que possa acautelar a especificidade, a penosidade, o desgaste, o risco da função. Não se vislumbra um bom futuro para estas corporações essenciais, diria mesmo vitais para a sociedade.

A anteproposta aqui apresentada pelo PAN é tão pertinente, tão legítima, no entanto, não posso deixar acrescentar mais um facto.

Em 2019, com a aprovação do Decreto-Lei n.º 138/2019, de 13 de setembro, que aprova o Estatuto Profissional do Pessoal da Polícia Judiciária, aquela polícia passou a auferir, e bem (repito, e bem), um subsídio de risco cerca de 400€.

Nas Forças de Segurança, as balas a que se dá o peito, são projéteis, que provocam a morte e quem protegem desses projéteis chamam-se apenas pessoas, sociedade.

Sim, Sr. Deputado Pedro Neves, é claro que o Grupo Parlamentar do PSD votará favoravelmente esta Anteproposta de Lei.

Exorto também o Partido Socialista a que o faça, não só votando favoravelmente nesta Assembleia, mas também pela proximidade natural, com a maioria que nos governa na República, possa interceder pelas justas reivindicações dos profissionais das Forças de Segurança, e apelando ao cumprimento do direito de equidade, que se distribua e se valorize de forma justa e igual, como nos parece assim considerar a Anteproposta de Lei do PAN.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor. Tem a palavra.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As forças de segurança são a face visível da autoridade do Estado, onde se incluem os profissionais da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana, em todo o território nacional, naturalmente, também nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores.

É do senso comum e está reconhecido na lei que a atividade das forças de segurança comporta risco. Mas esse reconhecimento não pode ficar apenas no papel ou na letra da lei.

Exigimos e é um direito exigir das forças de segurança, prontidão, vigilância e atuação, mas sabemos que há risco envolvido e não podemos exigir motivação quando coletivamente, enquanto sociedade, não reconhecemos nem recompensamos o risco dos profissionais da PSP e da GNR que diariamente trabalham 24/24h, 365 dias por ano para podermos dormir descansados.

Há quem possa considerar que o pagamento de um suplemento de risco aos profissionais da PSP e da GNR seja uma despesa, um gasto, mas na realidade trata-se do reconhecimento de uma atividade de risco, diria mesmo, alto risco.

A atividade policial é complexa. Se desejamos ter nas forças de segurança, GNR e PSP, homens e mulheres motivados temos que ter a capacidade de reconhecer que no exercício de representação da autoridade do estado estão sujeitos ao risco;

Esse risco tem que ser reconhecido;

Não podemos ficar indiferentes ao risco a que as forças de segurança estão sujeitas;

Temos que ser consequentes e a consequência é reconhecer que o subsídio de risco que os profissionais da PSP e da GNR auferem é desadequado do risco a que estão sujeitos, e mais desadequado por comparação com o subsídio abonado a outros profissionais de outras forças e serviços de segurança.

Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Pedro Pinto.

Continuam abertas as inscrições. Sra. Deputada Alexandra Manes, faça favor. Tem a palavra.

Deputada Alexandra Manes *(BE):* Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A iniciativa, agora, em debate e da autoria do PAN visa ASSEGURAR O AUMENTO DO Subsídio DE RISCO PARA OS PROFISSIONAIS DAS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA que, por via da figura regimental em que é proposto, a ser aprovado na Assembleia da República, aplica-se a todo o país.

É indiscutível a importância das funções desempenhadas pelas forças e serviços de segurança, seja no âmbito da segurança quotidiana, seja na manutenção da paz.

É factual que o desempenho das funções das forças de segurança expõe as e os seus profissionais a riscos e perigos eminentes, aos quais não podemos ser alheios.

Nos últimos anos, o número de suicídios, dentro das forças de segurança, que tem sido tornado público, permite-nos perceber o nível de stress e ansiedade a que estas e estes profissionais se encontram expostos.

De pouco servirá o reconhecimento social ao mérito destas e destes profissionais no exercício das suas funções, se o mesmo não for acompanhado por condições e vencimentos dignos.

O Grupo Parlamentar do BE tem, ainda em apreciação, em sede de comissão, uma proposta que é complementar a esta, destinando-se também aos profissionais que se encontram a desempenhar as suas funções na nossa região e que trata da **criação do subsídio de insularidade aos elementos das forças de segurança colocados na Região Autónoma dos Açores**, ou seja, para os elementos da Polícia de Segurança Pública, da Guarda Nacional Republicana, Polícia Marítima, Polícia Judiciária, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Corpo da Guarda Prisional que prestam serviço na Região Autónoma dos Açores.

Esta proposta pretende, por um lado pretende contrariar a falta de elementos das forças de segurança na Região Autónoma dos Açores, em linha com aquela que é a dificuldade acrescida em estabelecer serviços públicos de proximidade nas regiões ultraperiféricas, tão mais difícil quanto a descontinuidade do território da Região e, por outro lado, reconhecer os custos acrescidos associados à condição de insularidade.

Considerando a pertinência da presente proposta, o Grupo Parlamentar do BE votará favoravelmente.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado José Pacheco *(CH):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aqui já foi dito o que, no fundo, é a nossa bandeira, aquilo que defendemos: a dignidade e a importância que as forças de segurança representam na nossa sociedade.

Não defendemos, nem nunca iremos defender, um estado policial. Iremos defender, sim, um estado seguro, onde as pessoas possam andar na rua, possam fazer uma série de atividades em que as forças de segurança nos permitam fazer isto de forma livre, de forma tranquila.

Obviamente que temos de tratar esses profissionais com dignidade, temos que os motivar e temos que conseguir cativar outros jovens para as forças de segurança, porque parece que estamos a atravessar uma crise de recursos humanos nestas forças de segurança, sejam elas quais forem.

E, neste sentido, o Chega acompanha esta iniciativa, porque é de mérito.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor. Tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Furtado *(Indep.):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sim, vou acompanhar a iniciativa de Anteproposta de Lei apresentada pelo PAN, relativamente ao aumento do subsídio de risco para os profissionais de segurança, nomeadamente da GNR e da PSP, mas não queria fazê-lo sem antes também dizer o seguinte:

Quem precisa das forças de segurança, como a GNR e a PSP, efetivamente deverá pagar pelo preço real e justo que é ser um elemento da PSP ou da GNR.

É preciso perceber se a nossa sociedade está disponível para pagar à GNR, à PSP, mas também a outras forças de segurança, como por exemplo os guardas prisionais, mas também outras tantas atividades profissionais que também estão dispostas ao risco, como seja, por exemplo, os pescadores que operam em pequenas embarcações, em que todos os anos, especialmente no inverno, vemos notícia de algumas embarcações que ficaram no mar perdidas e que, com elas foram também as vidas das pessoas que naqueles barcos ganhavam o seu sustento.

Mas também é preciso pensarmos que há outras profissões, como o caso dos operários da mineração, os mineiros, como o caso de outros operários que operam no campo dos resíduos perigosos, que muitas vezes não veem a sua vida desaparecer de um dia para o outro, mas aos poucos com doenças que vão efetivamente adquirindo ao longo da sua vida profissional.

É preciso percebermos que efetivamente atrás agora desses funcionários de segurança, que são os nossos elementos da GNR e da PSP, virão com certeza outras atividades de risco que, também elas, têm de ser valorizadas com subsídio risco, porque não podemos entrar aqui numa base de que as profissões de risco são só aquelas que têm a ver com armas. Há outras "armas" escondidas na nossa sociedade que não matam por um projétil, mas que matam de outra forma.

Eu, enquanto cidadão, sim, estou disponível para pagar subsídios de risco a outras atividades que na nossa sociedade fazem vítimas todos os anos: fazem vítimas por morte direta, fazem vítimas por doença, fazem vítimas por desgaste rápido dessas pessoas nas suas profissões.

Sim, estou disponível para votar esta iniciativa como outras que poderão aparecer para também valorizar o elemento que é importantíssimo na nossa sociedade, que é podermos contar com esses operários para o desempenho daquelas funções que hoje, cada vez menos, querem executá-las.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Berto Messias, faça favor. Tem a palavra.

(*) Deputado Berto Messias *(PS):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para participar neste debate, no âmbito da Anteproposta de Lei que é aqui apresentada pelo Sr. Deputado Pedro Neves, em nome do PAN, relativamente a uma proposta concreta para aumentar a componente fixa do subsídio de risco, quer propondo a alteração ao Decreto-Lei que se refere à Polícia de Segurança Pública e também uma alteração ao Decreto-lei que se refere à Guarda Nacional Republicana, à GNR.

Sras. e Srs. Deputados, não há nenhum Deputado neste Parlamento, não há certamente aqui nenhum Membro do Governo, não há, em boa verdade, nenhum cidadão de bem, que não queira que as forças de segurança tenham

as melhores condições para desenvolver o seu trabalho e para, dessa forma, garantirem a nossa segurança e a segurança coletiva no estado de direito em que vivemos.

Aquilo que o PAN aqui apresenta é (permitam-me um resumo muito rápido) aumentar a componente fixa do subsídio de risco de 100€ para 443€ e, também, digamos, continuar o caminho de uniformização deste subsídio dentro das forças policiais.

Este é o caminho que já foi iniciado.

É certo que nós não podemos, nunca, discutir, e é sempre uma discussão, enfim, permitam-me a expressão simplista, estranha que possamos estar a quantificar a exposição ao risco de determinadas funções, desde logo, e sobretudo, quando estamos a falar de forças de segurança. Portanto, é uma discussão sempre estranha e, da mesma forma que dizia há pouco o Sr. Deputado Luís Soares que não se pode discutir essa matéria quando se refere a 100€, mas a verdade é isso que estamos aqui a fazer. Atualmente são 100€ e aquilo que se propõe agora é que passe para 443€.

Obviamente que este caminho de valorização das nossas forças de segurança, que é também feito através daquilo que é a materialização em letra de lei, daquele que é o subsídio de risco, deve continuar.

Aquilo que é aqui apresentado pelo PAN é também um bom contributo para esta discussão, tendo em conta aquela que é a figura regimental que estamos aqui a discutir. Estamos a falar de uma Anteproposta de Lei que depois seguirá para a Assembleia da República, onde esta matéria deve ser também alvo de discussão e de debate coletivo que tem de ser feito com as representações sindicais das forças de segurança, que também nos deram o seu contributo quando esta matéria esteve em discussão.

Há um trabalho que tem sido feito ao longo dos anos nesse propósito. Aliás, também o Ministério da Administração Interna deu um contributo importante e interessante no âmbito do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nesta

matéria, à Comissão Parlamentar de Política Geral que solicitou esse parecer ao Ministério da Administração Interna.

Portanto, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, sinalizamos esta preocupação e este contributo do PAN relativamente a esta matéria, que é um bom princípio e um bom contributo para o caminho de valorização das nossas forças de segurança e de uniformização daquilo que são os subsídios de risco atualmente aplicados também em outras forças policiais, como foi aqui referido pelo Sr. Deputado Pedro Neves, como se constata atualmente na polícia judiciária.

Portanto, julgamos que este é um bom contributo aqui apresentado pelo PAN numa matéria que, salvo algumas discordâncias pontuais que possam haver, salvo aquela que é a discussão pragmática e necessária que tem sempre de haver sobre o universo abrangido, os impactos orçamentais e financeiros das medidas a aplicar, que é uma discussão que tem obviamente que ser feita, e será feita naturalmente no espaço próprio quando chegar à Assembleia da República, entendemos que esta é uma matéria importante e um bom contributo do PAN que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista acompanhará.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando o Governo do Partido Socialista assumiu funções na República,...

Deputado Carlos Silva *(PS):* Outra vez o Partido Socialista?

O Orador: São vocês que governam. Portanto, eu não posso dizer que o PPM governa o país. É óbvio! Vê-se e é notório, que não é! Portanto, tenho que falar no Partido Socialista. Não foi com o meu voto, como é evidente.

Mas desde que o Partido Socialista governa o país, Portugal era um dos países (e eu tinha muito orgulho nisso) mais seguros do mundo. O segundo, depois da Islândia.

Deputado Carlos Silva *(PS):* E continua a ser!

O Orador: O segundo depois da Islândia!

Deputado José Ávila *(PS):* Mas isso era quando o senhor era polícia!

Deputada Ana Luís *(PS):* Bem lembrado!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sim, sim!

É evidente que neste período em que Portugal era um dos países mais seguros do mundo, eu era polícia e isso era um pequeno contributo.

Foi um pequeno contributo de certeza absoluta, porque era o contributo de todos. Portanto, eu também tinha a minha partezinha.

O que lhe quero dizer é que agora há uma partezinha também do Partido Socialista pelo facto de, em 2018, Portugal já não ser o segundo, ser o terceiro, em 2021, ser o quarto e em 2022, isto de acordo com o Instituto para a Economia e Paz, a posição de Portugal está a descer de forma significativa.

Portanto, o que nós temos aqui é uma degradação da posição em que Portugal se encontrava, que era um dos países mais seguros do mundo (e continua a ser!), mas é evidente que estamos a diminuir também nesse índice.

Eu gostava que Portugal continuasse a ser o segundo país mais seguro do mundo, gostava que Portugal continuasse a ser um dos países mais seguros do mundo, mas o que nós vemos é uma degradação muito rápida da posição em que se encontra o país devido à criminalidade, que tem a ver com as condições sociais, tem a ver também com o aumento de fenómenos como o turismo. Há uma relação entre estes dois fenómenos e é evidente que há um conjunto de medidas que interessam muito, mas há uma que interessa e que é

fundamental: é que as forças de segurança tenham condições, quer em equipamento, quer do ponto de vista dos meios humanos que conseguem atrair, e de qualidade, no sentido de manter estes índices.

Ora, o Governo do Partido Socialista não está fazendo isso. Aliás, num recente debate na Assembleia da República, o que se verificou foi que o Primeiro-Ministro não tinha feito a análise desta matéria, porque ainda achava que Portugal era o segundo país mais seguro do mundo, e já não o é. Foi desmentido depois por vários jornais que analisaram os dados existentes.

Ora, quem não sabe, quem não reconhece, quem não faz a análise em relação à degradação dos indicadores, obviamente não está a tomar medidas que possam contrariar esses indicadores.

Por isso, o PPM apoia esta medida do PAN, esta anteproposta que está muito bem fundamentada, como sempre, Sr. Deputado, e obviamente nós o que fazemos aqui é com total convicção.

Agora o que é importante aqui (porque muitas vezes as pessoas perguntam-nos, quando são anteproposta: foi aprovado?) é que percebam que esta é uma primeira etapa.

Há uma segunda etapa e a segunda etapa tem de ser a aprovação na Assembleia da República.

Ou seja, nós não temos competências próprias nesta matéria. O que podemos é recomendar, é aprovar aqui esta iniciativa e a mesma será votada na Assembleia da República onde existe uma maioria absoluta do Partido Socialista.

Utilizando uma expressão de há pouco: apesar de ser uma maioria absoluta, também parece uma manta de retalhos! Pelo que se está a ver, pelas últimas notícias e por aquelas que são as questiúnculas internas, e os sectarismos internos que estão a colocar em causa o conjunto do país, mas esse é outro debate.

O debate que interessa é que o Partido Socialista, aprovando aqui esta iniciativa, tem toda a responsabilidade também, nomeadamente dos

Deputados que foram eleitos pelo círculo dos Açores, de tentar que a mesma recolha o apoio maioritário na Assembleia da República.

Por isso o que se espera é que o Partido Socialista não seja diferente em Lisboa daquilo que é na Horta.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Pedro Neves traz-nos aqui mais uma Anteproposta de Lei. Começa a ser costumeiro, da parte do PAN, este instrumento legislativo que, por um lado, resolve alguns dos problemas que nós temos reconhecemos que existem, mas, por outro lado, cria problemas à sua bancada parlamentar na Assembleia da República.

O Sr. Deputado Pedro Neves apresenta mais antepropostas de lei aqui do que a bancada do PAN, na Assembleia da República, apresenta propostas legislativas.

Muitos parabéns, Sr. Deputado, por isso. Está conseguindo fazer a oposição interna que sempre quis fazer.

(Risos de alguns Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP)

Este caso das carreiras e do subsídio de risco para as forças de segurança é só mais um caso que nos traz a claro aquilo que tem sido a degradação de todas as carreiras da administração pública, neste país.

Não é só esta!

Nós vamos aqui um pouco de discriminização positiva, em discriminização positiva, acertando um pouco aquilo que já devia estar acertado há mais de dez anos.

O que é facto é que todos os cidadãos portugueses, ainda antes da troika, por insolvência do país, depois da troika por necessidade de reequilíbrio das finanças públicas, foram vendo degradados os seus rendimentos. E este aqui é mais um daqueles casos em que, a partir da Região Autónoma dos Açores, dão-nos um pontapé de saída, digamos, para uma solução nacional de um problema que é, na verdade, de todos nós, e que já deveria ter partido da República.

Não me importa, como importa ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, se o Partido Socialista na República vai votar diferente do Partido Socialista nos Açores, porque eu não exijo o Partido Socialista autónomo nos Açores, ou o PPM autónomo dos Açores, que não tem PPM na República...

(Riso da Câmara)

... ou o CDS autónomo nos Açores, que não tem CDS na República, sejam diferentes do CDS, ou do PPM, ou do Bloco de Esquerda, ou seja de que partido for na República.

Aqui são os Açores! Eles lá são República!

Nós temos o direito e o dever até de sermos diferentes aqui daquilo que se defende na República, mas nesse caso exorto o Partido Socialista da Região que, de facto, interceda junto do Partido Socialista da República, no sentido de, esta e outras carreiras, verem de uma vez por todas feito algum ajusto à perca de rendimentos que todos nós temos sentido ao longo desses últimos

anos, porque um dos problemas que nós temos, precisamente, neste momento, de empobrecimento, é uma degradação de um rendimento dos funcionários públicos, uma degradação do rendimento das forças de segurança, dos militares e de todos os funcionários da administração pública, que leva inclusivamente a que algumas carreiras fiquem sem pessoas candidatas a esses lugares, o que vem sendo triste de assistir.

Ainda há dias, uma gestora de recursos humanos de uma empresa, que até há bem pouco tempo as pessoas usavam o chamado fator "cunha" para meter lá os filhos a trabalhar, ficaram com concurso desertos. Porquê? Porque o rendimento dessas pessoas é cada vez mais baixo, porque os níveis remuneratórios que essas empresas e esses serviços apresentam são cada vez mais degradados.

Por isso, Sr. Deputado Pedro Neves, tem V. Exa. o voto favorável da Iniciativa Liberal nesse sentido.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Julguei que o senhor fosse mais a favor da segurança privada!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves *(PAN):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, muito obrigado pelo elogio, mesmo com uma presumível rasteira, mas não estou a fazer competição, obviamente, com a bancada do PAN, na Assembleia da República.

Nós trabalhamos, trabalhamos arduamente aqui, nos Açores e espera-se a mesma coisa, obviamente na República.

A anteproposta é uma ferramenta regimental que todos nós podemos usar, exatamente como a Região Autónoma da Madeira usa e abusa dessa ferramenta e é, obviamente, uma estratégia do PAN, pelo menos da minha parte como deputado. Talvez depois, outros deputados, tenham estratégias completamente diferentes.

Eu tenho obviamente um pensamento e uma visão global, e eu vejo isto a nível nacional, não apenas para a Região Autónoma dos Açores, mas é uma injustiça que está a acontecer com a nossa segurança pública.

E também para responder ao Sr. Deputado Berto Messias. Obviamente eu venho preparado com números, Sr. Deputado Berto Messais, exatamente como se eu estivesse a apresentar um Projeto de Lei na República, que também já o fiz, com os meus próprios dedos, e tinha de fazer a investigação sobre isso.

Usei duas fontes. Primeiro, uma fonte do Ministério da Administração Interna, com os dados que eu acho que matematicamente aquilo que não está bem correto, porque tinha um facto, tendo em conta a ilegibilidade que não todos os polícias têm, devido à sua própria idade, e se são, neste caso têm um caso administrativo e não de patrulha ou de rua, e não têm obviamente direito a esse subsídio de risco.

Pelas contas de maio, eram mais ou menos 223 a 224 milhões de euros anuais.

As minhas contas vão entre os 215 a 217 milhões. É difícil, porque 20% da Polícia de Segurança Pública tem mais de 50 anos neste momento, os efetivos, e é difícil de saber, porque pela Pordata nós não sabemos qual é a quantidade efetiva de profissionais que nós temos, tanto da Guarda Nacional Republicana, nem como da PSP.

Só temos de 2019 e temos de nos cingir, obviamente, a esses valores.

Com esses valores, posso então comparar (vamos arredondar) 220 milhões de euros àquilo que foi, obviamente, o acordo público-privado (o pior acordo público-privado!) entre o Ministério da Administração Interna e uma empresa. Falo obviamente do SIRESP. Foram 600 milhões de euros lançados para o lixo e continuamos a lançar para o lixo.

Obviamente que temos os Deputados à Assembleia da República, e até dos Açores. Eu tenho, obviamente, que parabenizar o Sr. Deputado do PSD, Paulo Moniz, que está a fazer um bom trabalho relativamente ao SIRESP,...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* É verdade! Bem verdade!

O Orador: ... e a meter o Governo na linha relativamente àquilo que nós estamos a perder dinheiro. Este é um exemplo.

Também posso dar outro exemplo, e obviamente para não sempre "cacetada" ao PS, vou dar agora um "bombom"!

Agendas Mobilizadoras!

Bastavam duas Agendas Mobilizadoras!

O erro foi feito aqui nos Açores!

Pumba!... Estava pago um ano para todos os polícias e para todos os nossos guardas, a nível nacional. Estava pago!

Por isso, o impacto económico, obviamente, tem a ver com a vontade política. Sempre teve e sempre terá, Sr. Deputado Berto Messias.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo vamos então passar à votação deste diploma.

Vamos votar a Anteproposta de Lei n.º 7/XII – "Assegura o aumento do subsídio de risco para os profissionais das forças e serviços de segurança".

Votação na generalidade. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: A Anteproposta de Lei n.º 7/XII foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Votação e debate na especialidade.

Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade?

(Pausa)

Não havendo, pergunto à Câmara se posso colocar à votação, em conjunto, os quatro artigos do diploma?

Então estão à votação os artigos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: A Anteproposta de Lei n.º 7/XII foi aprovada, em votação final global, por unanimidade.

Presidente: Está assim encerrado este ponto da nossa Agenda.

Avançamos para o ponto 4: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 51/XII – "Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A, de 14 de outubro e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2018/A, de 22 de outubro (procede à harmonização, na Administração Pública da Região Autónoma dos Açores, dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas)".**

Esta é uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Para apresentação da iniciativa tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O recrutamento de trabalhador público deve obedecer a procedimentos que se querem justos e transparentes.

O acesso em condições de igualdade e liberdade à função pública por todos os cidadãos é um direito constitucional que a lei deve refletir e garantir.

Ao longo dos anos, o Bloco de Esquerda tem procurado tornar mais equitativo, mais transparente, o procedimento de acesso à função pública.

Em 2015 propusemos a realização de provas de conhecimento descentralizadas nas diversas ilhas, tendo em conta a nossa realidade dispersa e arquipelágica.

Em 2018, em seguimento de proposta de Decreto Legislativo Regional do Governo Regional de então, apresentámos propostas de alteração, em parte aprovadas, que permitiram que a entrevista profissional de seleção fosse, em regra abandonada, exceto em casos excecionais e devidamente previstos na lei.

A entrevista profissional de seleção era, pelo seu caráter muitas vezes altamente subjetivo, um dos motivos de maiores queixas nos procedimentos de admissão à administração pública.

Os procedimentos de recrutamento de trabalhadores públicos são, frequentemente alvos de queixas às mais diversas entidades, entre as quais até o Provedor de Justiça que, em seguimento de muitas queixas recebidas, ao longo dos anos, promoveu um estudo sobre a matéria.

Ao longo do tempo foram, e continuam a ser também muitas as queixas que os partidos políticos, e o Bloco de Esquerda também, recebem no que respeita aos processos de seleção.

A existência de qualquer tipo dúvidas quanto ao cumprimento do princípio da igualdade em algum procedimento de acesso à função pública constitui um fator de descredibilização do processo, da justeza e transparência dos procedimentos em geral que importa evitar a todo o custo.

Infelizmente, esse tipo de dúvida ainda subsiste, por vezes, e importa por isso tornar os procedimentos de recrutamento de trabalhadores públicos menos

sujeitos a qualquer tipo de interferência indevida que possa favorecer ilegitimamente quem quer que seja ou sequer levantar suspeitas de favorecimento.

Todos ganham com o reforço da credibilidade dos procedimentos: a administração pública, os serviços e os cidadãos que são oponentes aos diversos concursos.

Por isso, propõe-se que a prova de conhecimentos, que deve versar sobre os conhecimentos (académicos e/ou profissionais) tenha, para efeitos de correção, caráter anónimo, de modo a impossibilitar que, quem a corrige conheça a identidade do candidato, ou candidata, em questão.

Por outro lado, para maior independência do juízo, justifica-se o recurso, maioritariamente, a indivíduos exteriores ao serviço ou organismo que recruta para constituição do júri do procedimento concursal.

Estas medidas que propomos, com a alteração ao Decreto Legislativo Regional em questão, são contributos que pretendem tornar, estamos certos, mais isento, mais transparente, mais igualitário, o acesso à função pública.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Relembro que o proponente deu entrada de uma substituição integral. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias faça favor. Tem a palavra.

(*) Deputado Berto Messias *(PS):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apreciamos agora uma proposta do Bloco de Esquerda que resumidamente altera aqueles que são os procedimentos no âmbito dos procedimentos concursais por duas vias: um que pretende garantir o anonimato das provas escritas e outro que pretende e incide sobre a composição do júri deste tipo de concurso.

Portanto, o Bloco de Esquerda dá aqui mais um contributo para o caminho de reforço da transparência e da boa governança naquilo que tem a ver, no caso

em concreto, com o direito administrativo, com aquilo que é o funcionamento da administração pública, e também, tal como referiu o Sr. Deputado António Lima, nós temos vindo, na Região, a fazer um caminho importante, quer com entendimentos pluripartidários, como foi o exemplo referido aqui, pelo Sr. Deputado António Lima, em 2018, com uma redução significativa daquilo que são os fatores subjetivos no âmbito destes procedimentos de contratação, quer também em parceria, e em concertação permanente com os parceiros sociais, no caso em concreto com as forças sindicais que representam os trabalhadores da administração pública. Portanto, este é, na nossa perspetiva mais um bom contributo no caminho que tem vindo a ser feito na nossa Região, neste âmbito.

Portanto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista manifesta aqui a sua concordância com aquilo que é apresentado pelo Bloco de Esquerda, quer em parte com aquilo que existia na proposta inicial, mas quer também com aquilo que existe de forma mais clarificada, digamos assim, no que se refere à composição dos membros do júri e da sua origem, relativamente a membros maioritários do quadro que não no serviço que é objeto do concurso.

Portanto, desse ponto de vista, o Grupo Parlamentar do PS manifesta aqui a sua concordância e esta discussão permite-nos ter em conta também o aprofundamento de um conceito que é absolutamente fundamental nos dias que correm, e que com o passar do tempo, com o aumento do escrutínio que nós vivemos, felizmente, hoje na atividade política, com aquelas que são as dinâmicas a grande velocidade dos dias que correm no debate público, na comunicação social, na atividade política, introduz também aqui um tema que é absolutamente fundamental.

Refiro-me à boa governança associada à transparência e à ética na governação.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Um paradoxo socialista!

O Orador: Essa matéria é, para nós, uma matéria sensível e uma matéria muito, muito relevante.

A verdade, Sras. e Srs. Deputados, é que na última semana, no que se refere à boa governança e a cumprimento de princípios éticos, nós tivemos um episódio na nossa Região que merece também aqui ser apreciado e discutido.

Refiro-me, em concreto, àquilo que é protagonizado pelo Sr. Subsecretário Regional da Presidência, Pedro Faria e Castro, no âmbito do assunto...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Isto é a discussão Sr. Presidente?

O Orador: ... em que sendo o Sr. Subsecretário parte ativa, enquanto sócio numa empresa, recebeu um conjunto avultado de muitos milhares de euros, no âmbito dos ajustes diretos que foram feitos na administração pública.

Já sabemos e já ouvimos que o Sr. Presidente do Governo não tem qualquer problema, quer com os procedimentos do Sr. Subsecretário, nem tão pouco com o facto da esposa...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Os truques que se usam!

O Orador: ... do Sr. Subsecretário ser ainda administradora da empresa.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, não é essa a matéria que está em análise.

Eu pedia que recentrasse a sua intervenção no diploma que está em análise.

O Orador: Sr. Presidente, estou a falar de boa governança e, tendo em conta a latitude que V. Exa. costuma aplicar no âmbito dos debates parlamentares, julgo estar perfeitamente enquadrado naquilo que estou a dizer.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Não, não está!

O Orador: Mas esta matéria, e o facto de eu a referir, permite-nos também introduzir aqui um tema que é importante, é que já sabemos a posição do Sr. Presidente do Governo, que entende que o Sr. Secretário é um homem com honra e que, do ponto de vista legal não cometeu nenhuma ilegalidade; do ponto de vista ética, nós discordamos em absoluto com aquela que é a postura do Sr. Presidente do Governo e com a postura do Sr. Subsecretário, mas há uma matéria que me parece importante e que é politicamente muito relevante, que é o silêncio ensurdecedor do Sr. Deputado José Pacheco sobre esta matéria.

O Sr. Deputado José Pacheco e o Chega, sempre tão solícito a intervir sobre as matérias no âmbito da ética, da corrupção, da criação de gabinetes contra a corrupção e contra a transparência, curiosamente, desde que o Sr. Deputado António Lima denunciou publicamente esta matéria, não se conhece uma palavra, uma linha e uma referência...

Deputado José Pacheco *(CH):* Era o que faltava!

O Orador: ... do Sr. Deputado José Pacheco que se diz o guardião das boas práticas e dos bons costumes, no que à ética e ao combate à corrupção diz respeito.

Portanto, será este, tendo em conta que a posição do Governo é já conhecida, proferida pelo Sr. Presidente do Governo relativamente a esta matéria, que acha bem que um membro do Governo seja sócio de uma empresa que ganha milhares de euros com ajustes diretos feitos pelo Governo e não contente com isso acha bem que a esposa do Sr. Subsecretário continue a ser administradora dessa empresa (portanto, já sabemos a posição do Governo Regional), eu julgo que se impõe saber a posição do Sr. Deputado José Pacheco, relativamente a esta matéria.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está inscrita a Sra. Deputada Sabrina Furtado, a quem dou a palavra.

(*) Deputada Sabrina Furtado *(PSD):* Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda, de facto, traz-nos aqui mais um contributo que visa promover, ainda de forma mais aprofundada, os termos de seleção de pessoas que se candidatam a cargos e os procedimentos concursais, e, naturalmente, todos os partidos nesta Casa também têm histórico nesta matéria e todas e quaisquer iniciativas que sirvam para que qualquer cidadão possa candidatar-

se a um concurso público, ou possa fazer um concurso público em total transparência e igualdade com os demais, sem ter os chamados "padrinhos" e "afilhados", que muitas vezes lhes podem valer, e como era, muitas vezes, também até aqui, e ninguém me contou, eu fui um caso destes. Fui uma vez a uma entrevista de emprego e pediram-me o cartão do PSD, porque senão, não ficava com o posto do trabalho.

É de mim que eu estou a falar. Não estou a falar de outra pessoa.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Duarte Freitas):* Do PS!

A Oradora: Não! Pediram-me que entregasse o cartão do PSD, para que pudesse aceder à vaga de emprego.

Finalmente, temos aqui mais um contributo que leva a que este tipo de situação não aconteça.

Isto, sim, Sr. Presidente da Assembleia, é falar deste objeto especificamente.

O que eu passei – e repito, não estou a falar do que ouvi dizer; eu estou a falar na primeira pessoa – nesta Região, durante 24 anos, por ter um cartão social democrata, eu não desejo a ninguém nas candidaturas a cargos públicos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Mas se eu quisesse falar de objetos que roçariam a falta de respeito por todos os açorianos que tentam neste momento candidatar-se a uma vaga de emprego, como fez o Sr. Deputado Berto Messias em relação ao Sr. Subsecretário Regional, eu podia falar hoje, de manhã (não era a minha vez) e ter desviado o debate da saúde para a ARRISCA...

Deputado Carlos Silva *(PS)* Isso também está no âmbito?

A Oradora: ... e tudo o que se passou com a ARRISCA nos últimos anos, e todos inquéritos que foram abertos à ARRISCA nos últimos anos.

Podíamos falar do CACHALOTE, podíamos falar da SATA,...

Deputado Berto Messias *(PS):* Sr. Presidente, o senhor agora não diz nada?

A Oradora: ... podíamos falar de uma série de processos instruídos aquando da governação do Partido Socialista, exatamente por isso, e porque os açorianos...

Presidente: Sra. Deputada, não vamos discutir o estado da Região.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Duarte Freitas):* Ah! Aqui não pode!

A Oradora: Sr. Presidente, eu espero de si a mesma latitude...

Presidente: Eu fiz a advertência ao Sr. Deputado Berto Messias. Lamento que ele não tenha cumprido, e espero que a senhora cumpra a advertência que eu lhe estou a fazer.

A Oradora: Sim, Sr. Presidente. Com todo o respeito que tenho por si e por esta Casa, eu esperto exatamente a mesma latitude que foi dada ao Sr. Deputado Berto Messias, e por ele não ter cumprido, de facto, o senhor tem razão, eu estou a anuir à sua chamada de atenção e vou voltar a centrar-me no objeto, deixando esse tipo de politiquice para trás, porque o senhor faltou ao respeito a todos aqueles que tentam candidatar-se ao emprego público e, sim, com a boa proposta do Bloco de Esquerda, em regime de anonimato, para que nunca mais aconteça nesta Região o que acontecia durante a governança do Partido Socialista.

Deputado Carlos Freitas *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Contudo, Sr. Deputado António Lima, e porque a Sra. Deputada Alexandra Manes não está na sala, obviamente nós concordamos, na íntegra, com o ponto 14 que diz que todas as provas devem ser anónimas, mas também achamos que o exato ponto 14, que confere anonimato às provas,

acaba por tornar um pouco desnecessário o ponto 13, que, administrativamente, por serem pessoas, para o júri, externas ao quadro de pessoal correspondente, até podiam fazer demorar mais o desfecho destes próprios concursos.

Dizer também, para finalizar, que no Programa do Governo, está plasmada a criação da CReSAP e que esperamos que o Governo também cumpra esta matéria.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está inscrito o Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor. Tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Neves *(PAN):* Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN apoia a iniciativa do Bloco de Esquerda, porque faltava um pouco de clarificação.

Não quer dizer, à partida, que a administração regional não tivesse a cumprir, mas era facultativo, mas que conheço várias entidades governamentais que já cumprem, tanto em anonimato, como, de forma facultativa, o júri externo.

E porque é que é facultativo?

Porque depende também das entidades e depende porque faz entropia dentro do sistema.

E que tipo de entropia?

A quantidade de meses que aumenta o concurso público e isso acontece e causa uma grande entropia neste momento.

Houve até uma grande discussão alargada do meu próprio gabinete, nem toda a gente tem a mesma opinião, mas nós achamos, à partida que um júri externo não é o mais adequado neste preciso momento.

Contudo, aquilo que tem que ser feito é um aprofundamento bastante mais amplo relativamente a este diploma, que deve ser feito pelas pessoas que têm a mão na massa, nomeadamente quem faz os concursos, quem é o júri e para conseguirmos definir, porque não são só apenas estes dois artigos, existe mais artigos dos quais temos que aprofundar. Para quê? Aumentar a transparência, diminuir a corrupção e não esperar obviamente pelo gabinete de corrupção do Chega, no sótão, para mudar as coisas, porque senão aí estamos todos feitos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Pedro Neves. Está inscrito o Sr. Deputado João Costa, a quem dou a palavra, faz favor.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Prescinde.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A iniciativa que o Bloco de Esquerda nos apresenta é uma iniciativa boa, que tenta resolver um problema que há demasiados anos vários atores políticos, grupos e representações parlamentares nesta Assembleia, têm chamado a atenção e têm alertado para situações menos claras de contratação no âmbito da função pública.

Mas também não podemos acompanhar totalmente o texto proposto pelo Bloco de Esquerda, porque lança, de certa forma, um anátema sobre todos os funcionários públicos, porque todos os funcionários públicos podem ser membros do júri. Portanto, ao considerar que um funcionário público, na sua instituição poderá viciar o concurso, mas ele já é válido se for membro de júri numa outra instituição ou numa outra ilha, isto aqui também lança uma suspeita sobre os funcionários públicos que também não é bem assim e há

muitos funcionários públicos que são isentos, que são retos, são cumpridores. Nem todos os concursos são viciados e, portanto, não podemos lançar um anátema sobre todos os funcionários públicos.

Por isso não concordamos inteiramente com o texto proposto nesse sentido, Sr. Deputado.

Eu sou funcionário público e se cumprirmos o que está escrito na sua proposta, eu não posso ser membro de júri na minha instituição

Deputado António Lima *(BE):* Pode, pode!

O Orador: Não!... Do que aqui está escrito não!... Mas posso ir para uma outra ilha e ser membro de júri na outra ilha. Significa que eu, na minha ilha, sou corrupto, mas na outra já não sou.

Deputado António Lima *(BE):* Tem de ler!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, há aqui um anátema que é lançado a todos os funcionários públicos e nós sabemos que há muitos que são cumpridores. Portanto, não podemos acompanhar na íntegra o texto proposto. No entanto, é uma boa proposta que tenta apresentar uma solução para um problema que já há muitos anos está aqui identificado.

Como muito bem já foi salientado, o Governo tem no seu programa de Governo a criação de uma comissão – aliás, à semelhança do que já acontece no território nacional – de recrutamento para a função pública nos Açores.

Portanto, nós esperamos é que o Governo, o mais rapidamente possível, implemente essa comissão para, de certa forma, podermos obviar a qualquer suspeita, ou suspeição, sobre os concursos públicos que venham a ser realizados agora ou daqui para a frente.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Pedro Pinto acabou de tocar num assunto que é extremamente relevante para o caso em apreço. É que a escolha cega de júris, que pode levar à escolha cega de candidatos, pode levar à escolha não do melhor candidato para certo cargo, mas sim à escolha daquele que cegamente o júri cego vai fazer.

É neste sentido que pelo menos o n.º 13 deste artigo 6.º da proposta do Bloco de Esquerda, cria algumas dúvidas.

Não que não sejamos a favor da transparência, não que não sejamos a favor precisamente do mérito de cada um dos candidatos, não que não sejamos a favor de que os júris sejam constituídos por pessoas isentas, mas porque entendemos que os júris não têm que ter todos o rótulo na testa de serem corruptos, ou de irem dar o jeito a este, àquele ou àquele.

Mas interessa-nos também o mérito do júri. Eu não estou a ver, por exemplo, que pelo facto de um candidato a um lugar, no âmbito da agricultura, venha a ser mais bem avaliado por alguém que é de outra ilha, ou que é do serviço das pescas. Não é por aí!

Nós temos é que fazer uma pedagogia da moral, da ética, no exercício de funções públicas e não passarmos a vida a dizer que há aqui falta de moral, há aqui falta de ética, há aqui falta de sentido de responsabilidade e por isso é preciso regular mais uma coisa, porque nós de regulamento em regulamento só vamos arranjando "mais buracos para os ratos entrarem e saírem."

Cada vez que se faz mais uma regrazinha diz-se às pessoas "isso é tudo aldrabões" e, portanto, é preciso fazer aqui mais uma regrazinha. Isto não é a forma de fazer a pedagogia para a ética e para a moral no exercício de funções públicas. É precisamente o contrário. É denunciar quando elas estão erradas, é denunciar quando achamos que não está bem, com latitude ou sem latitude, mas na hora da verdade estarmos lá e dizermos "isto foi mau" e,

então aí, as pessoas são reprovadas, nem que seja no dia em que população é chamada a ir exercer o seu direito de voto. É aí que devem dizer aos políticos "os senhores portaram-se mal e por isso eu vou pôr o voto naquele, ou naquele, ou naqueloutro".

É aí que nós fazemos a pedagogia bem feita é aí que nós trazemos os jovens para a política, para respeitarem as decisões que nós tomamos. Não dizendo: isto agora está tudo aqui; 2 e 2 são 4; 4 e 4 são 8, e a política passa a ser uma matemática.

A política não é uma matemática e muito menos a ética é uma matemática.

É por aí que entendo que este n.º 13 do artigo 6.º não faz sentido aqui.

As provas no anonimato, sim senhor, já deviam ser desde sempre, se bem que as provas escritas nem sempre são aquela forma mais eficaz de avaliar da competência de uma pessoa. Nós todos também sabemos disso, porque nós todos já avaliamos pessoas e nós todos já fomos avaliados, e sabemos que nem sempre a melhor prova é a do melhor candidato para uma determinada função.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Depende da categoria profissional!

O Orador: E muito menos pode ser o cartão partidário, Sra. Deputada Sabrina Furtado, nesse aspeto, estou totalmente consigo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Membros do Governo:

Esta é uma proposta que o PPM acompanha. Nós consideramos que é uma proposta, nomeadamente em relação à correção da prova de conhecimento e esta prova, no âmbito da prova de conhecimento, ser garantido o anonimato.

Acho que é uma medida que é importante, é uma medida que melhora o sistema.

É evidente, como aqui foi dito, os funcionários públicos açorianos são na sua esmagadora maioria gente integra e que obviamente exerce as suas funções com isenção.

O facto de existir um ou outro caso não deve, de forma nenhuma, sujar a reputação dos nossos funcionários que são de uma forma esmagadora, gente íntegra e gente honesta, como é o povo açoriano, que é dos grandes atributos do nosso povo.

No entanto, devem ser tomados todos os cuidados e criados todos os mecanismos para impedir que exista qualquer tipo de favorecimento.

Nenhum sistema é 100% eficaz, mas esta medida referente ao anonimato é uma medida que me parece que reforça a segurança e a isenção do sistema.

Por isso, Sr. Deputado António Lima, terá o voto favorável do PPM nesta matéria.

Já a segunda questão, que é em relação ao facto do "órgão com competência para autorizar a abertura do concurso designa o júri mediante os trabalhadores da administração pública, maioritariamente externos ao quadro de pessoal que integra o posto de trabalho objeto de concurso", como bem referenciou a Sra. Deputada Sabrina, o facto de introduzirmos a questão do anonimato, já por si, torna esta outra medida uma medida cujo objetivo já está alcançado, através do anonimato.

Mais do que isso, a introdução desta medida, também como já foi e muito bem referenciado por parte do PAN, nesta matéria, iria aumentar a burocracia e os atrasados do sistema de concursos, que é uma coisa que nós devemos combater, porque nós queremos um sistema eficaz, rápido, célere e isento.

Eu penso que com esta medida referente ao anonimato, se atingir ao objetivo, com o outro, evidentemente, introduzimos mais atrasos no sistema, mais dificuldades, até tendo em conta aquela que é a realidade das nossas ilhas e da nossa administração.

Por isso, Sr. Deputado, acompanhando, na globalidade, a sua proposta, não posso acompanhar, naquela que será a votação na especialidade, este ponto que acabei de referenciar. Em tudo o resto estou de acordo.

Muito obrigado.

Deputado Gustavo Alves *(PPM):* Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho novamente, em primeiro lugar, para começar por saudar a concordância, na generalidade, pelo menos com o objetivo da proposta e uma parte da proposta, tendo em conta as intervenções que já foram feitas.

De facto, a criação de maiores mecanismos, de mecanismos de maior transparência, de maior rigor e que isenta efetivamente o processo de suspeitas e de dúvidas, é fundamental para a credibilidade desses procedimentos.

Como já foi aqui referido, todos nós – e até já foi citado um caso, o da Sra. Deputada Sabrina Furtado – já recebemos inúmeras queixas, algumas com sentido, outras sem sentido, mas queixas que até perante situações que poderiam ser evitadas com algumas destas medidas que estamos a propor, ou com outras que já foram aprovadas anteriormente, como a limitação da entrevista profissional de seleção que introduzia efetivamente muitos critérios de subjetividade, se essas situações, se esses critérios, se essas questões de alguma subjetividade e se, por exemplo, o anonimato das provas já estivesse efetivamente vigor, as próprias dúvidas relativamente à credibilidade do processo, ou à existência ou não de favorecimento de um processo concursal, não surgiriam, ou essas dúvidas seriam obviamente muito menos credíveis e trariam muito menos entropia a todo o processo.

Aquilo que se pretende é, efetivamente, em primeiro lugar, que não haja qualquer tipo de favorecimento, como é óbvio, esse é o primeiro objetivo e

tem de ser o mais importante, mas também credibilizar todos os processos de seleção.

Ninguém, Sr. Deputado Pedro Pinto (respondendo) está a criar, nem quer criar um anátema sobre os funcionários públicos e criar suspeitas sobre a sua idoneidade como membros de júris, de modo algum.

Atenção!... Aquilo que nós propomos não é um júri totalmente externo, é um júri maioritariamente externo, que é uma coisa diferente, ou seja, num júri de três pessoas, duas seriam externas e uma seria interna ao próprio quadro pessoal. Nada obriga que assim seja.

Ou seja, não seja, não se quer também criar demasia entropia no processo.

Também devo dizer que esta redação e se esta exigência que se coloca nesta proposta não agrada à coligação e tem uma solução distinta, também podem apresentar propostas de alteração, até porque a proposta, ela própria é bastante simples e não – já vi que entraram propostas de alteração, já vamos ver – implica propriamente grande entropia, até no nosso trabalho em plenário.

Nós estamos abertos a isso, a uma redação diferente, mas parece-nos que esta proposta não torna impossível os procedimentos e, aliás, tem aspetos que também nos parece que não foram ainda salientados e que me parece importante, nomeadamente a questão da formação na área para a posição, para o cargo que se quer recrutar, e a sua também inserção em carreira de grau de complexidade igual ou superior à carreira do posto de trabalho para o qual se pretende contratar o trabalhador.

Relativamente ao anonimato, julgo eu que já tudo foi dito. No entanto, gostaria ainda de referir aqui alguns aspetos.

O Sr. Deputado Nuno Barata refere na sua intervenção que mais do que a questão do júri o que interessa é a ética e a moral nos procedimentos.

Sr. Deputado Nuno Barata, eu não sei se o senhor está a falar dos procedimentos concursais, ou está a falar da ética e da moral do Governo Regional que apoia.

De facto, sobre ética e moral nós temos ouvido muito, mas de facto aquilo que referi na semana passada, nos negócios do Governo, com empresas detidas pelo Governo, não abona nada em favor da moral do Governo...

Deputado Nuno Barata *(IL):* O que é isso quer dizer?

O Orador: ... que o senhor apoia e o Sr. Deputado José Pacheco, que há pouco foi-se embora, também ainda não disse nada...

Deputado José Ávila *(PS):* Nem vai dizer!

O Orador: ... sobre o assunto, e estamos efetivamente muito curiosos para saber o que tem a dizer.

Sobre isto fico-me por aqui e aguardo também as suas dotas explicações.

Deputado José Pacheco *(CH):* Vai esperar sentado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao Projeto de Decreto Legislativo Regional que temos em apreciação, há dois ou três aspetos que eu gostaria de, participando no debate, e contribuindo para o debate, referir e de certa forma salientar.

Em primeiro lugar, parece-me que este projeto vai no bom sentido. E vai no bom sentido, porque, no fundo, na minha apreciação (na nossa apreciação!), constitui uma evolução natural de um conjunto de decisões que foram tomadas, ou, sobretudo, nesse domínio, de uma decisão que foi tomada, e que teve a ver com a extinção do requisito da entrevista nas provas para as candidaturas de acesso à função pública.

É uma medida que vai no bom sentido, quando estabelece o anonimato da prova.

Mas há dois ou três aspetos, e eu penso que a proposta será aprovada, que eu gostaria de colocar como alerta ao Governo, se assim for entendido. Tem a

ver um pouco com a experiência que tenho de, sobretudo, dois aspetos que foram decididos nos anteriores Governos Regionais.

O primeiro tem a ver exatamente com essa essa questão da extinção da entrevista. Uma das questões que se suscitou nesse âmbito foi a convicção generalizada de que a única coisa que pode ser utilizada para aferir das condições de acesso a um cargo na função pública, é a prova escrita. Isso não é assim.

Podem ser definidos outros métodos, que não sendo a entrevista, acabam por ter relevância para aferir das condições que um candidato tem para aceder a um determinado lugar.

Segundo aspeto ainda relacionado com este, o facto de haver ainda alguns serviços da administração, que não estão em incumprimento da lei, é verdade, que recorrem à entrevista para a definição do acesso a quadros.

Portanto, esse aspeto julgo que era importante também ter em conta, o caso dos hospitais, por exemplo, em determinado tipo de quadros é um desses exemplos e acho que isso deveria ser reanalisado, porque julgo que algumas situações não se justifica a utilização da entrevista e por essa via criando condições de maior objetividade na análise daquilo que deve ser as condições para acesso a essa situação.

A segunda experiência tem a ver com uma medida que foi decidida não através da alteração legislativa, mas por orientação, digamos assim, do Presidente do Governo, na altura em que exercia essas funções.

Tinha a ver com algo semelhante que tem a ver com os concursos em obras públicas.

A orientação era que os júris, para avaliação dos concursos em obras públicas, deveriam ser de entidades externas ao serviço que estava a promover aquela intervenção.

O que a experiência dita é que útil preparar, com alguma antecedência, um quadro para isso, ou seja, é útil agilizar o mecanismo que pode levar a essa participação, de forma a evitar bloqueios. Houve algumas situações em que

essa orientação não pôde ser cumprida, ou porque não existiam técnicos disponíveis, ou porque a qualquer momento isso não era possível num determinado concurso, ou num determinado momento.

Mas, se há algum ensinamento dessa experiência, e essa decisão que tomei, como Presidente do Governo, foi exatamente esse, ou seja, ganhamos numa solução dessas, ganha o processo agilidade se isso se puder ser planeado com antecedência.

Julgo que havendo uma intervenção legislativa o Governo, naturalmente, o fará, mas julgo que esse aspeto é um aspeto delicado, e sensível, desta alteração legislativa.

Concordamos com a alteração legislativa, concordamos com o sentido em que ela está feita, mas também não poderia, tendo essa experiência, deixar de partilhá-la com a câmara e o Governo retirará daqui a utilidade que quiser, mas a minha parte julgo que está feita.

Eu discordo do Sr. Deputado Nuno Barata quando ele tem a abordagem de que essa intervenção legislativa poderia facilmente ser substituída pelas questões da ética e da moral. São coisas completamente diferentes.

Podemos obviamente entrar aqui numa discussão sobre filosofia, mas julgo que não é este nem o tempo, nem o momento. E julgo que o que esta norma faz, sobretudo com a necessidade e intervenção de entidades externas ao quadro, tem um poderosíssimo efeito de evitar... Dito de outra forma: tem o poderoso efeito de fomentar inovação de abordagens à avaliação de um determinado perfil, a forma como se avalia as condições para que um determinado técnico. Interessa salientar que os membros de júri têm de ter formação e experiência na área.

Eu acho que a medida é correta e é salutar. É exigente, por aquilo que vos acabei de referir, mas julgo que a proposta vai num bom sentido e interessa naturalmente é que se o Governo assim entender, fruto dessa experiência, decisões que foram tomadas de acabar com as entrevistas dos concursos para a admissão de pessoal e esta ideia de ter júris de outros departamentos nos

concursos para obras públicas, ensinam-nos alguma coisa: a necessidade de planear antecipadamente e, por outro lado, aquilo que tem a ver obviamente com a separação completa entre os domínios da ética e da moral, e o domínio da lei que, no caso concreto até, também tem essa vertente de criar direitos para as pessoas que concorrem a essas posições.

Portanto, conforme já foi aqui referido pelo Sr. Deputado Berto Messias, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista acompanha esta proposta salientando e colocando para o debate esses dois aspetos que julgo que são merecedores de atenção.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Carlos Furtado faça favor. Tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Furtado *(Indep.):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Projeto de Decreto Legislativo Regional que o Bloco de Esquerda aqui traz faz todo o sentido se atendermos a um passado que era quase tradição da nossa terra de que o jeito, a cunha, o amiguinhismo, resolvia os problemas da empregabilidade e eu não vou atirar isso para a bancada rosa, porque nos tempos em que a bancada era cor de laranja também aconteciam coisas dessas.

Portanto, faz parte da natureza humana e, fazendo parte da natureza humana, o que temos a obrigação aqui é de tentar corrigir essa deficiência da dita natureza humana.

Portanto, até aí estamos de acordo e por estarmos de acordo eu estou plenamente de acordo com o n.º 14 do artigo 6.º, porque efetivamente procura corrigir essas debilidades humanas.

O anonimato não vai ser a solução para todos os problemas, convenhamos que não, porque com a imaginação fértil de cada português e de cada

açoriano, haverá seguramente um mecanismo que depois poderá, por portas travessas também, dentro do anonimato, conseguir arranjar uma escapadinha, mas pelo menos fica a intenção e ficará mais difícil, obviamente, que os telefonemas e o amiguismo, efetivamente, venha a imperar nesse tipo de seleção.

Relativamente ao ponto 13.º, eu não posso concordar, Sr. Deputado António Lima. Eu não posso concordar que o júri tenha que ser maioritariamente externo, e digo-lhe porquê, Sr. Deputado.

Eu dou-lhe só um exemplo: eu acho que quase todos os Deputados desta Casa, nesta legislatura, já, em determinada altura, num dos pontos da agenda de qualquer um dos plenários, já estiveram aqui expostos a um pedido de levantamento de imunidade parlamentar.

Eu já estive e outros já estiveram.

Era só o que faltava se agora alguém pusesse em causa que os Deputados desta Casa não fossem capazes de avaliar a imunidade parlamentar de um deputado.

Deputado António Lima *(BE):* Mas o que é que isso tem a ver?

O Orador: Que ela tivesse que ser feita noutro órgão, imaginemos, por exemplo, na Assembleia da República.

Eu acho que tem a ver, Sr. Deputado, alguém nos tirar o direito de arbitrar sobre uma situação.

Eu acho que qualquer funcionário público que mereça essa qualidade, essa distinção de funcionário e que esteja a arbitrar uma situação dessas, deve ser tido como pessoa capaz de avaliar.

Se nalguma vez se comprovar que essa pessoa não tem habilitação para isso, pois caberá a todos nós, desde logo, enquanto cidadãos, corrigirmos essa assimetria e denunciar essas irregularidades.

Agora, não podemos é entrar aqui num clima de desconfiança, em que se vai desconfiar que, eventualmente, desde que sejam daquele quadro de ilha, não têm capacidade para avaliar a situação.

Não, Sr. Deputado! Eu não concordo com isso. Eu acho que, reconhecendo a bonomia do ponto 14.º, o 13.º foi excessivo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quase entrando na especialidade, mas apesar da questão ser, de certa forma, ainda genérica, eu gostaria de dizer que relativamente à proposta de alteração que a coligação dá entrada, eu estava à espera, ou pelo menos ainda tinha esperança, que fosse uma melhoria de redação, uma precisão, uma melhoria até na possibilidade de implementação prática da proposta relativamente ao júri externo, e isso seria obviamente até de salutar, iria talvez num bom sentido, mas aquilo que propõe é eliminar essa possibilidade de todo.

Ora, como já aqui referido pelo Deputado Vasco Cordeiro há pouco, não é a prova escrita o único instrumento de avaliação. Há avaliação curricular, por exemplo, só para dizer aquela que é mais óbvia, para além da questão da entrevista psicológica, que também pode existir, em determinados concursos.

Ou seja, ao eliminar a possibilidade do júri sem maioritariamente externo, o que estão a fazer é, obviamente, colocar um júri daquele serviço a avaliar os diversos oponentes ao concurso, ou seja, a prova ser anónima diz respeito apenas à prova escrita e não ao concurso na sua totalidade.

Ou seja, aquilo que se pretende concretizar com a proposta do júri ser maioritariamente externo é, efetivamente, que haja uma maior isenção desse júri, porque esse júri, na sua maioria, nem pertence àquele quadro de pessoal, embora, Sr. Deputado Carlos Furtado, pertença naturalmente à administração pública. E deixe-me dizer-lhe o seguinte: na legislação nacional sobre esta matéria, até é previsto que os júris possam ser externos à administração pública em determinadas condições, ou seja, não tem nada, nada, mas nada a

ver, com a questão da imunidade, e do levantamento da imunidade que, como sabe, ou pelo menos devia saber, só pode ser obviamente levantada pelo órgão que tem competência e, neste caso, dos deputados da Assembleia Legislativa, pelo seu plenário.

Por isso, não tem efetivamente nada a ver e não podem ser confundidas as coisas.

Aquilo que digo, e defendendo a questão do júri externo é que efetivamente o júri maioritariamente externo, e não é totalmente externo, foi uma proposta do Provedor de Justiça, não a atual Sra. Provedora de Justiça, mas um anterior Provedor de Justiça, que considerou também esta matéria um fator de credibilização, um fator de aumento de objetividade, e um fator que contribuiria para melhores procedimentos de recrutamento dos funcionários públicos.

Nós concordamos, e foi por isso que apresentámos esta proposta e é por isso que estando obviamente abertos a melhorias na sua redação, a sua eliminação total é manter, em grande parte, tudo como está. É isto que a coligação quer.

O anonimato das provas é importante, sem dúvida, mas as duas medidas, em conjunto, seriam muito mais eficazes, mas julgo que ainda há esperança que a proposta seja aprovada, até porque ainda há partidos que não disseram nada, nem sobre isto, nem sobre outros assuntos, já agora.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) Deputada Sabrina Furtado *(PSD):* Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de me dirigir ao Sr. Deputado António Lima, para voltar a explicar o nosso ponto de vista, a nossa votação é óbvia, dizer ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que belo contributo que deu nesta matéria. Quase que nos fez esquecer a intervenção...

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Não, não!

A Oradora: ... do Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* A questão do Deputado Berto messias mantém-se!

A Oradora: Agradecemos os belos contributos que dá, fruto da sua experiência.

Sr. Deputado António Lima, de facto, até admito que na primeira intervenção com outros assuntos paralelos, este assunto não tenha ficado muito explícito.

Não se trata de manter tudo como está. Creio que o senhor está a incorrer em alguma injustiça quando diz isso. Não se trata de manter tudo como está, naturalmente. Mas, do nosso ponto de vista, no ponto de vista da coligação, fruto da aprovação do ponto 14 que garante cabalmente o anonimato da prova, é redundante, neste momento, o ponto 13.

Se o Bloco de Esquerda tivesse apresentado, única e exclusivamente, o ponto 13, estaríamos só a discutir o ponto 13 e provavelmente votaríamos a favor do ponto 13, porque era mais um passo e porque o ponto 14, que garantia o anonimato, não estava em consequência.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Tem de entregar o cartão!

A Oradora: Por isso, escolhemos eliminar...

O senhor quer falar de cartões de militante, Sr. Deputado Carlos Silva?

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Ele entregou o seu, mas foi por outro motivo!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Por isso não podemos, naturalmente, fazer uma nova redação...

Deputado Carlos Silva *(PS):* Até posso, com toda a legitimidade!

A Oradora: Sr. Presidente, quando é deste lado o senhor manda sempre calar. Dali, é que não!

Presidente: Faz favor, Sra. Deputada.

A Oradora: Não podemos, naturalmente, redigir ou fazer uma proposta de uma nova redação a um ponto com o qual não concordamos, porque o ponto 14 confere o anonimato das provas.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem, Sra. Deputada!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito bem, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu participo agora nesta fase do debate, porque quem cala consente. Portanto, o Sr. Deputado António Lima, pelo facto de não concordarmos inteiramente com a sua proposta, ou com parte da sua proposta, eu já expliquei de forma racional porquê, na minha perspetiva estou a ter uma posição correta em relação a esta matéria, já lança um anátema, ou seja, que há aqui um propósito de tornar o processo de seleção menos claro.

Deputado António Lima *(BE):* Mas eu não disse assim!

O Orador: Mas eu percebi assim. Percebi mal?

Deputado António Lima *(BE):* Percebeu mal!

O Orador: Ainda bem que percebi mal.

Mas de qualquer das formas, no Parlamento, deixando estas formas defensivas, já deixo aqui também esta referência. É uma discordância, do ponto de vista da inutilidade.

Sr. Deputado, vamos lá ver uma coisa: então se a prova é feita com anonimato, interessa a quem está a ler? Ninguém sabe quem é. Só se conhecer a letra.

Eu fui professor...

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* A não ser que seja o aspeto que eu já referi. Aí faz sentido, mesmo com a prova em anonimato o júri seja de fora!

O Orador: Sim. Isso é outra coisa.

Como dizia a Sra. Deputada Zuraida Soares, "uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa".

Agora, a questão aqui é que se o sistema de anonimato funcionar, e tem que funcionar, tudo o resto é inútil, Sr. Deputado.

Eu estava a dar-lhe um exemplo: eu fui Presidente de Júri em que se candidataram alguns ex-alunos. Eu já não lhes conhecia a letra. Portanto, não é por aí, Sr. Deputado, que as coisas vão correr mal.

Portanto, eu considero que é inútil a segunda medida ser a primeira. Mais!... Não só inútil como traz mais burocracia. A burocracia (e é uma coisa que eu aprendi ao longo destes anos) traz corrupção. Muita, demasiada, excessiva burocracia permite também que sejam criados mecanismos de corrupção. Não tenha nenhuma dúvida.

Portanto, nós vamos aprovar aquela que nos parece a perspetiva mais equilibrada, que defende a celeridade do sistema e também que defende, de facto, que estas provas feitas em regime de anonimato permitam também a isenção por parte do júri, porque, de facto, se funcionar não conhecem, não sabem de quem é a prova e quem são os candidatos que a escreveu.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado António Lima, quer usar da palavra? Faz favor, tem a palavra.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não quero eternizar o debate, como é óbvio, e julgo que eu que os argumentos estão mais do que dirimidos. Percebendo que está clara a posição da coligação sobre esta matéria, mas eu não posso deixar precisar que não é a prova de conhecimentos o único método de seleção. Aliás, há vários que estão previstos, nomeadamente, e o primeiro de todos que está sempre e que é obrigatório, a avaliação curricular, a prova psicológica, por exemplo, pode ser um, mas a avaliação curricular não é, nem pode ser anónima, como é óbvio.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Tem de verificar se aqueles elementos correspondem à realidade!

O Orador: Ao manter-se o júri da forma como está, um dos objetivos da proposta não se concretiza e, efetivamente, poderiam existir outros mecanismos, que a coligação poderia ter encontrado, mas não. Preferiu eliminar, por completo, a medida.

Isso parece-me negativo.

Eu, efetivamente, tomei a palavra, porque como disse, quem cala consente, e não quis ficar calado, para não dizer que consentia a sua posição e a sua opinião sobre esta matéria, mas também não posso deixar de dizer, Sr. Deputado Paulo Estêvão, se quem cala consente relativamente ao que está em debate e a esta proposta, e as opiniões que nós temos divergentes sobre um dos pontos, um deles, também pergunto ao Sr. Deputado José Pacheco, se quem cala consente relativamente à ética do Governo? Porque o Sr. Deputado Paulo Estêvão, como bem disse, quem cala consente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos então passar à votação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 51/XII.

Começamos por votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 51/XII, foi aprovado, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação e debate na especialidade.

Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade?

(Pausa)

Não havendo, coloco em primeiro lugar à votação a proposta de eliminação apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS-PP e do PPM, ao n.º 13 do art.º 1.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor do CH, 1 voto a favor da IL, 1 voto a favor do PAN e 1 voto a favor do Deputado Independente, 25 votos contra do PS e 2 votos contra do BE.

Presidente: Coloco à votação o artigo 1.º do diploma com esta proposta de eliminação que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O artigo 1.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, os restantes artigos não foram alvo de propostas de alteração.

Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto. Estão à votação os artigos 2.º, 3.º, 4.º e 5.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 51/XII, foi aprovado, por unanimidade, em votação final global.

Presidente: Sr. Deputado António Lima, para uma declaração de voto faz favor. Tem a palavra.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para uma declaração de voto.

Eu, como não poderia deixar de ser, até tendo em conta que o resultado da votação e o Decreto Legislativo Regional aprovado, não é efetivamente a proposta que nós apresentamos.

No entanto, e como não poderia deixar de ser, neste caso, tendo em conta o que foi aprovado, nós votámos favoravelmente.

Votámos favoravelmente, porque, apesar de uma parte substancial e extremamente importante, no nosso entender, da proposta que foi eliminada, por proposta da coligação, que consideramos que era importante manter, porque elas eram complementares para garantia do objetivo que se pretendia, mas efetivamente há outra parte que foi aprovada, nomeadamente o anonimato das provas,

Essa matéria efetivamente importante. Garante maior transparência, maior rigor e impede, ou pelo menos dificulta, em grande medida, aspetos que poderiam ser menos claros nos procedimentos. Evitará, sem dúvida queixas, suspeições e tornará mais objetivos os procedimentos concursais.

No entanto, parte desse objetivo fica colocado em causa, porque o passo que se dá é muito menor do que aquele que se deveria dar, na nossa opinião.

Ao longo dos anos têm sido dados passos importantes, temos alertado várias vezes para isso, temos feito propostas. Mais uma vez dá-se um passo que é importante, mas só lamentamos que o passo que se dê, efetivamente, não vão muito mais longe com a rejeição de parte das medidas que estavam previstas nessa proposta.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Sabrina Furtado, faça favor. Para uma declaração de voto.

(*) Deputada Sabrina Furtado *(PSD):* Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A coligação aprova esta proposta do Bloco de Esquerda por considerar que é, de facto, mais um instrumento que auxilia toda a reforma da administração pública, em várias componentes, que está plasmada no Programa do Governo e que o Governo tem vindo a implementar e assim continuará, desde já, também com a criação da CRESAPRA que virá, naturalmente, a este Parlamento para todos discutirmos.

Não concordamos com uma parte da proposta, exatamente e como já referi, por o artigo 14.º tornar redundante o artigo 13.º, e apenas por isso fizemos uma proposta de eliminação do ponto 13.º, achando nós e tendo a certeza que estão na mesma, garantidas todas as condições para que todos os candidatos, através do anonimato da prova, concorram, em pé de igualdade, a cargos na administração pública, que se quer de facto, e este Governo está na senda exatamente deste princípio, reestruturada, com igualdade de oportunidade para todos e que cada vez mais possa prestar contas, como já tem vindo a

fazer no último ano e meio, da sua transparência e da ética no acesso a trabalho em funções públicas.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Parecendo não haver vamos avançar na nossa Agenda para o ponto 5: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 52/XII – "Nona alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/2007/A, de 30 de agosto – Estatuto do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário na Região Autónoma dos Açores"**.

É uma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado. Faça favor.

(*) Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Um dos problemas mais imediatos da educação nos Açores é a falta de professores.

A governação socialista ignorou este problema, nada fazendo para prevenir os efeitos da aposentação e aproximadamente 350 professores até ao final de 2024.

Deputado Carlos Freitas *(PSD):* Muito bem!

O Orador: É, portanto, preciso concentrar esforços para resolver esta situação que se agrava à medida que o tempo passa.

Já demos um primeiro passo para obviar este problema, com a criação de uma bolsa de estudo para mestrados na área da educação, mas é preciso ir mais além, como temos reconhecido, e tornar a carreira docente mais atrativa nos Açores do que no resto do país onde também há carência de professores.

Neste processo não é admissível que os professores dos Açores tenham menos direitos do que os seus colegas do continente, ou da Região Autónoma da Madeira.

Em 2014, sendo Primeiro-Ministro Passos Coelho, a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, instituiu o direito à compensação pela cessação do contrato.

Depressa, os socialistas dos Açores, trataram de eliminar esse direito aos professores contratados a termo certo.

A maioria absoluta do PS, de então, sentiu-se e colocou-se acima da lei.

Para que não restassem dúvidas sobre a intenção de impedir os professores dos Açores de acederem à compensação, o Governo de Vasco Cordeiro, logo em 2015, determinou essa vontade e decisão no Estatuto da Carreira Docente e sucessivamente nos orçamentos regionais a partir de 2016.

A norma revelava bem a intenção, diria, a arrogante e autoritária governação socialista, e cito: "aos docentes contratados a termo resolutivo pela Secretaria Regional da Educação e Cultura, não é devida a compensação por caducidade a que se refere o n.º 3 do artigo 293.º, e o n.º 4 do artigo 294.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei 35/2014, de 20 junho, se ocorrer a celebração de novo contrato sucessivo até 31 de dezembro do ano letivo seguinte".

Ou seja, os professores contratados podiam ser lançados no desemprego por um período, até quatro meses, sem direito à dita compensação.

Assim foi durante a Governação Socialista, fosse Vasco Cordeiro Presidente do Governo e continuaria a vigorar esta discriminação para com os professores dos Açores.

Deputado Carlos Freitas *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O atual Governo da responsabilidade do PSD-CDS- PPM, com o apoio dos seus parceiros parlamentares, como se sabe, retirou dos orçamentos regionais aquela norma discriminatória, permitindo o pagamento da compensação, nos casos em que a celebração de um novo contrato ocorre até dezembro, o que aliás tem vindo a acontecer.

Subsiste, todavia, a disposição inclusa no Estatuto da Carreira Docente, que impede o dito pagamento quando, e cito: "não se verifica a interrupção do exercício de funções, ainda que ocorram em anos escolares diferentes". Isto é, nos casos em que um contrato termina no dia 31 de agosto, e que, porventura, é celebrado um novo contrato no dia 1 de setembro.

Ora, é precisamente para acautelar tal situação que importa fazer esta alteração cirúrgica no Estatuto da Carreira Docente, para garantir que todos os professores com contrato a termo certo, que cessarem funções no próximo dia 31 de agosto, tenham direito à compensação pela caducidade do seu contrato, independentemente de virem a celebrar novo contrato, mesmo que no dia imediato, para que de uma vez por todas se cumpra integralmente o disposto na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, para que finalmente os professores dos Açores tenham os mesmos direitos que os seus colegas da Madeira e do Continente,...

Deputado Carlos Freitas *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... um direito que lhes era negado pelos Governos Regionais do Partido Socialista.

Deputado Carlos Freitas *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Progressivamente vamos recuperando o tempo perdido, dando mais dignidade ao exercício da profissão docente dos Açores, uma profissão que queremos ainda mais justa e atrativa e, para tanto, no processo de auscultação promovido pelo Governo Regional, já nos comprometemos com outros princípios que deverão ser contemplados, na futura revisão do Estatuto, como a redução do tempo letivo semanal dos professores do 1.º ciclo, ou a recuperação de três anos de serviço por um número significativo de docentes, tempo esse perdido por alterações na estrutura da carreira feitas também pela governação socialista.

Também na educação estamos no bom caminho. Os professores e educadores de infância nos Açores podem contar connosco.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Bom, podemos sempre passar à votação.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Faço aqui uma intervenção para que este assunto se discuta.

Eu vejo os Deputados do Partido Socialista tão compungidos, tão cabisbaixos, nesta matéria, com um sentimento de culpa tão grande...

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

... em relação a estas patifarias que foram feitas aos professores.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Menos um bocadinho!

O Orador: Menos um bocadinho, diz a Sra. Deputada.

Foi um bocadinho grande, mas nada custa dizer, "sim, nós errámos, o nosso procedimento, em relação a esta matéria, não estava correto...

Deputado Carlos Silva *(PS):* E o que é que o Governo tem a dizer sobre esta matéria?

O Orador: ... e vamos votar a favor".

Deputado Carlos Silva *(PS):* A Sra. Secretária vai dizer o que pensa!

O Orador: Penso que vos ajudo a realizar a intervenção que o penso que está na cabeça de V. Exas., mas que custo dizer, custa afirmar isto.

Por isso, Srs. Deputados, isto é fundamental em democracia.

Em democracia é importante assumir responsabilidades, aquilo que foi mal feito.

Isto foi uma das muitas coisas em que se errou e agora está a fazer-se justiça.

Portanto, esta intervenção, do Partido Socialista é esperada e aguarda-se.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Estamos à espera do Governo! Quando o Governo falar a gente fala!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Vamos passar à votação do diploma.

Sr. Deputado António Lima faça favor. Tem a palavra.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Pode ser que a Sra. Secretária diga o que pensa, após a minha intervenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membro do Governo:

A precariedade na classe docente tem significado um enorme prejuízo, em primeiro lugar, para o próprio sistema educativo regional, para os alunos, mas também, como é óbvio, para os professores que, ano após ano, se veem sem saber se terão trabalho, para onde vão trabalhar, e quando é que irão, com os custos enormes associados a deslocações anuais, muitas vezes, mais do que uma vez por ano.

Uma das medidas que permite a atenuação, ainda que muito limitada, dos custos e da situação de precariedade, é a compensação pela caducidade dos contratos a termo, como já foi referido, prevista na lei.

No entanto, o Governo do PSD e do CDS, na República, em 2014, através do Orçamento de Estado, encontrou forma de castigar os precários, aliás, coisa que fez amiúdo, retirando-lhes, em muitas situações, no caso dos professores, esse direito à compensação pela caducidade do contrato, medida que foi incompreensivelmente, também aplicada e mantida nos Açores.

Até 2015, manteve-se também, a nível nacional, na altura em que através dos acordos da chamada geringonça, foi possível reverter essa decisão.

Nos Açores, em todos os orçamentos da região em que o impedimento pelo pagamento da compensação pela caducidade do contrato existiu, o Bloco de Esquerda propôs a sua eliminação e nunca deixámos de lutar contra essa medida injusta.

Em 2021, ela, de facto, deixou de estar no Orçamento.

No entanto, apesar de ter deixado de estar, por aquilo que sabemos, e por aquilo que é assumido também pelo Governo e pelos sindicatos, o Governo

não pagou a compensação pela caducidade do contrato a todos os professores. E porquê?

Ainda por cima quando a Sra. Secretária da Educação e Assuntos Culturais foi, durante anos, uma competente dirigente sindical.

Porque é que o Governo insiste em maltratar os professores precários?

Afinal, vem o Governo dizer, mais tarde, que não paga porque o Estatuto do Pessoal Docente tem a mesma norma, com o mesmo efeito do que aquela que estava no Orçamento.

Para nós essa é apenas desculpa de mau pagador, isso porque o Tribunal Constitucional, através do Acórdão 503/2021, de 9 de julho, declarou inconstitucional a norma do Orçamento que impedia esse pagamento.

Ora se a inconstitucionalidade existe no Orçamento da Região, por maioria de razão existe no Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores.

A verdade, é que a partir do momento em que a norma que consta do Orçamento da Região é julgada inconstitucional, não há razão nenhuma para o não pagamento. Pelo menos a partir do ano letivo de 2020/2021, essa compensação tem que ser paga e não há impedimento nenhum para o seu pagamento.

Qualquer disposição contrária ao disposto na Lei do Trabalho em Funções Públicas, no que respeita à compensação por caducidade do contrato, não pode ter aplicação.

Só resta ao Governo pagar, e pagar já este ano, e retroativamente o ano passado.

Aquilo que se pergunta é porque é que o Governo não paga?

A nossa avaliação é que não paga porque não quer.

Mais!... Demonstra-se que o Governo não paga porque não quer, porque em vez de ser o Governo a apresentar essa proposta, é a coligação.

Assim, o Governo refugia-se na norma travão, porque dirá daqui a dias que não paga... Aliás, dirá a coligação que esta proposta só tem aplicação com o

Orçamento para 2023, aliás como está na proposta. Porquê? Porque ela aumenta despesa no ano económico em curso e isso seria inconstitucional se ela tivesse efeitos este ano.

Então, qual foi o estratagema que a coligação e o Governo encontraram para não pagar este ano?

Fizeram a coligação apresentar a proposta em vez de ser o Governo a apresentá-la, porque se fosse o Governo, o Governo poderia pagar este ano.

Sra. Secretária, eu disse, em aparte, que a minha serviria para instar uma resposta sua.

Aquilo que lhe pergunto é porque é que não paga?

Como referi, a nossa interpretação é que não há nenhum impedimento legal para não pagar, ou se pelo contrário, sendo inconstitucional a norma que impedia o pagamento no Orçamento, é inconstitucional a norma no Estatuto da Carreira Docente que o impede.

Se tem uma interpretação contrária, porque é que não foi o Governo a apresentar esta proposta que a coligação apresentou de modo a pagar aos professores que vão ficar sem contrato no fim de agosto?

Esta é a pergunta que lhe deixo e tenho a certeza que me vai responder.

Agora, o que me deixa surpreendido é como é alguém, como a senhora, que fez um trabalho sindical, reconhecido mérito durante anos, faz uma coisa dessas aos professores precários?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este projeto de DLR, consideramos que é mais um passo para mitigar a precariedade das carreiras do pessoal docente e, no fundo, visa dignificar esta carreira, que é uma carreira basilar na formação de cidadãos, na formação de uma sociedade.

A realidade, Sr. Deputado António Lima, é que o facto do Tribunal Constitucional e a sua deliberação acabou por não reverter na concretização de um pagamento a favor dos professores que se encontravam nesta situação e que não viam o seu contrato renovado, e que, aliás, podiam ver o seu contrato renovado a 30 de dezembro, e era considerada uma renovação de contrato quando eles estavam no desemprego durante quatro meses.

Esse é o facto que este Projeto de Decreto Legislativo Regional visa reverter, porque, independentemente daquilo que foi dito pelo Tribunal Constitucional, ou seja, que a lei que estava no Orçamento era inconstitucional, isso aí não se concretizou no pagamento nos anos anteriores, a partir do momento que houve essa deliberação.

A realidade é que só a alteração deste DLR, é que, no fundo, acaba por conformar aquilo que é a deliberação do Tribunal Constitucional com a legalidade.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Não é assim!

O Orador: Ou seja, não fica revogada, tacitamente, esta norma.

De qualquer das formas, no nosso entendimento, há aqui uma reposição de um direito, que nós consideramos que é um direito que os profissionais que se encontravam nesta situação de cessação de contrato e que estavam efetivamente no desemprego durante um período que poderia ser de meses, e ainda para mais configurava mais uma assimetria face àquilo que era praticado na República, porque a nível nacional o Ministério da Educação assumia este pagamento desta compensação por caducidade.

Por isso, estamos aqui a repor uma situação que é um direito, e a repor aquilo que é da mais elementar justiça face àquilo que era praticado no nosso país e que não era praticado na Região Autónoma dos Açores.

Por isso, obviamente que consideramos que está aqui a ser dado mais esse passo, aliás, como tantos outros que já foram dados em tão pouco tempo de governação e que a Sra. Secretária tem dado passos significativos para consolidar o sistema regional da educação, para termos um sistema regional

de ensino que vá ao encontro daquilo que são as necessidades da nossa sociedade e aquilo que é o desejo de todos os açorianos, nomeadamente de nós temos que aqui estamos nesta câmara, que queremos obviamente ensino de qualidade e acessível a todos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Rodolfo Franca, faça favor. Tem a palavra.

(*) Deputado Rodolfo Franca *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS, no fundo, associa-se à posição de ambos os sindicatos dos docentes da Região Autónoma dos Açores: SPRA e SDPA. Ou seja, associa-se na perspetiva que ambos os sindicatos dizem, e com toda a razão, de que o atual Governo não procedeu ao pagamento da compensação da caducidade dos contratos a termo resolutivo, porque, até à data, não quis.

É exatamente aqui que bate o ponto e é exatamente aqui que se centra a nossa intervenção.

Porque é que não quis e porque é que os sindicatos dirão o mesmo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista?

Não restam dúvidas (pelo menos há cerca de um ano, porque o Tribunal Constitucional de um recurso 2018, pronunciou-se nesse sentido) de que deve ser paga a compensação da caducidade do contrato a termo certo, ou a termo resolutivo, melhor dizendo.

Portanto, se há um ano o Tribunal Constitucional assim esclareceu, nós não compreendemos quais as dúvidas que ainda aqui assaltam o Governo e os

restantes partidos que o apoiam, para, de uma vez por todas efetivarem esse pagamento.

Portanto, nesse sentido, se há um ano foi isto esclarecido, não compreendemos porquê agora, após um ano, é que os partidos da coligação apresentam esta proposta de alterar o artigo 50.º do Estatuto da Carreira Docente.

Portanto, se mantinham as dúvidas no que toca à norma do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, calculo que essas dúvidas tinham sido dissipadas há ano atrás, e se mantinham dúvidas quanto ao artigo 50.º do Estatuto da Carreira Docente, não compreendemos porquê hoje ou porquê agora que apresentam uma proposta de alteração?

Acrescentamos que nem nós, nem os sindicatos docentes da Região Autónoma dos Açores, têm dúvidas quanto à questão do artigo 50.º.

O artigo 50.º, na nossa perspetiva como na perspetiva dos sindicatos de docentes da Região Autónoma dos Açores, não é impeditivo do pagamento da compensação de caducidade dos contratos a termos resolutivo.

Portanto, se isto está esclarecido quanto há um ano atrás, gostaria ainda de dizer que talvez as dúvidas já não deveriam ter existido, não só há um ano atrás, como há um ano e meio atrás. Ou seja, se a norma que constava no Orçamento da Região Autónoma dos Açores era efetivamente aquela que deixava dúvidas constitucionais, pois efetivamente essa norma não constando do Orçamento da Região Autónoma dos Açores do ano de 2021, pois desde o dia 1 de janeiro do ano de 2021, que o Governo Regional, e não os partidos que o sustentam, se tinham dúvidas quanto ao artigo 50.º, deveriam ter avançado para que rapidamente fosse alterado o artigo 50.º, e não se demorasse um ano e meio, que foi o tempo que já demorou, para que esta questão ficasse de uma vez por todas sanada.

Mas não fica por aqui. Não fica por aqui, porquê?

Porque há ainda um pequeno truque...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Ó Sr. Presidente, "truque"!

O Orador: ... do Governo Regional que fez com que, no lugar de após um ano e meio tudo isto ficar esclarecido, vai empurrar para dois anos. Ou seja, empurra para o ano de 2023 o devido pagamento.

E porquê? Porque é que eu lhe chamo um truque?

Do meu ponto de vista é um truque porque são os partidos da coligação que tomam a iniciativa, e não é por acaso que são os partidos da coligação que tomam esta iniciativa. Se fosse o Governo, pois isto muito mais rapidamente era resolvido, nomeadamente a alteração do tal artigo 50.º que têm muitas dúvidas sobre ele.

Mas não!... Sendo os partidos da coligação que apresentam esta proposta de alteração, vão alegar imediatamente, que é isso que acontece, a lei travão para o não pagamento imediato daquilo que deveria ser pago no imediato.

Portanto, feitas as contas desde o início do ano 2021 que o Governo não tem isto resolvido porque não quis, porque o Governo o que quis foi empurrar o máximo para a frente desde pagamento, tal e qual como os sindicatos dos docentes também o afirmaram,

Aliás, há uma expressão que é utilizada em Comissão e que diz que aquilo que o Governo está fazendo é atirar areia aos olhos de todos nós.

Posto isto, tenho dito.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Diz o povo do alto da sua sabedoria: "bem prega Frei Tomás".

E este é mais um daqueles casos, este caso da caducidade dos contratos, como outros que ainda se vão passando por aí, em que o Estado obriga as empresas a pagar, mas depois quando é empregador, quando tem o problema perante si, arranja uma maneira de não cumprir.

Passava-se com este até agora, passava-se com os professores também no caso dos contratos repetidos por mais de três anos.

Às empresas o Estado obriga que tendo um trabalhador há mais de três anos a trabalhar na mesma empresa, nas mesmas funções, o contrato a título definitivo.

Pois o Estado tem professores há 10, há 9, há 12 e há 20 anos sempre em situação precária.

Bem prega Frei Tomás!

E neste caso da caducidade dos contratos aplica-se precisamente o mesmo princípio. O Estado obriga as empresas a pagar pela caducidade dos contratos, e o Estado, enquanto empregador não cumpria essa obrigação legal, porque tinha uma lei que, sendo inconstitucional, e sendo uma lei até de valor inferior a outra, que é o Código do Trabalho, que obriga a que assim seja feito, foi, se aproveitando desta prorrogativa para não pagar aquilo que deveria ter pago.

Neste sentido, obviamente que a Iniciativa Liberal vai acompanhar esta iniciativa, porque ela vem, de facto, moralizar aquilo que até agora o Estado não foi capaz de moralizar. O Estado, neste caso, Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18h20.

Eram 18 horas e 05 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos. Peço-vos que reocupem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 28 minutos.

Estava inscrito o Sr. Deputado Joaquim Machado, a quem dou a palavra. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais:

Começo esta intervenção fazendo uma confissão: ainda não recuperei da perplexidade que me provocou a intervenção do Sr. Deputado Rodolfo Franca. Uma intervenção com um descaramento político muito, muito, mas muito difícil de igualar.

Começou o Sr. Deputado Rodolfo Franca por dizer que o PS se associa aos dois sindicatos de professores dos Açores, sob o entendimento que fazem deste diploma.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Quem diria!

O Orador: Quem diria!... Quem diria!...

Hoje, o Sr. Deputado Rodolfo Franca associa-se aos sindicatos que, aliás, concordam com o fim desta norma que discriminou os professores dos Açores até hoje.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Será que é só isso que eles dizem?

O Orador: Nunca conseguiu associar-se aos professores contratados que cessaram os seus contratos e nunca tiveram direito à caducidade, à compensação que lhes era devida pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Deputado Carlos Freitas *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É um descaramento político muito, muito difícil de igualar.

Aquilo que o Sr. Deputado Rodolfo Franca devia ter dito, antes de tudo, e sobretudo, era porque é que os Governos do Partido Socialista, do senhor hoje Deputado Vasco Cordeiro, discriminaram os professores dos Açores não pagando a compensação pela caducidade do contrato, conforme determina a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Deputado Carlos Freitas *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Depois, o Sr. Deputado diz que também não compreende porque é que o Governo Regional não pagou.

O Governo Regional está a pagar. Está a pagar desde o momento em que no Orçamento de 2021, eliminou a norma que os senhores inscreveram no Orçamento de 2016, de 2017, de 2018, 2019 e 2020, e, hoje, se o Sr. Deputado Vasco Cordeiro fosse Presidente do Governo Regional o Orçamento de 2022, e de 2021 e os próximos teriam a mesma norma, que era impedir os professores dos Açores de receber a compensação por caducidade.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Isto de dizer que "se eu fosse Presidente do Governo, pois, fazia diferente", não é só para umas coisinhas.

Deputado António Lima *(BE):* Coisinhas?!

O Orador: É para as boas e para as menos boas, para que não doem e para as que doem muito, como é esta. Aliás, o Sr. Deputado Rodolfo Franca, em Comissão, o Partido Socialista ficou agastado, com uma expressão que eu utilizei, de que os Srs. Deputados estavam esclarecidos, convencidos e arrependidos, e podia continuar com outras expressões que fizessem essa rima, mas não foi necessário.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro vai sempre dizendo que aprendeu muito neste tempo de oposição, mas, afinal, acho que não está a aprender o essencial, permita-me que lhe diga.

Não está, porque se estivesse não permitiria o tipo de argumentário que aqui foi aduzido relativamente a esta matéria.

O Governo Regional começou a pagar quando eliminou, no Orçamento. E vai pagar agora quando nós eliminarmos esta norma do Estatuto, porque se ela não vale nada, então porque é que o PS a inscreveu no Estatuto da Região aprovado nesta Assembleia, em 2015?

Se ela não tinha utilidade, se hoje não provoca nenhum impedimento ao Governo Regional para pagar a compensação, então porque é que está inscrito no estatuto da carreira?

Foi apenas para juntar mais um pedaço de texto a um diploma que é enormíssimo, tem 200 e tal artigos? Seguramente que não!

Foi para ter este efeito prático que a arrogância da maioria absoluta vos permitia sentirem-se acima da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Deputados João Bruto da Costa e Carlos Freitas *(PSD):* Muito bem!

O Orador: É tão simples quanto isto.

Depois, o Sr. Deputado Rodolfo Franca ainda diz que há aqui um truque.

Sr. Deputado, se há um truque é do Partido Socialista a fingir que não tem nada a ver com esta situação, que nós estamos a remediar e que foi provocada pelos senhores em 2015, no Estatuto, em 2017/17/18, 19 e 20 no Orçamento.

O truque é o Partido Socialista, "travestir-se" aqui de que não tem nada a ver com isto e que é uma figura nova que aqui está. Portanto, "sacode a água do capote" e até se arroga no direito de acusar o Governo Regional de não estar a pagar.

Mas os senhores é que criaram esta situação, que nós agora estamos, finalmente, a recuperar tempo, a recuperar o tempo perdido na vossa governação, nesta matéria, objetivamente, colocando os professores dos

Açores numa situação sem igual no resto do país. Nem na Madeira, que os senhores tanto adjetivam de forma depreciativa, nem no Continente.

Porque é que não se pagava aqui nos Açores? Esta é que é a pergunta, à qual o senhor tem que responder.

Agora, fazer de conta que se associa aos sindicatos... Bom, os sindicatos até estão de acordo com isto.

O truque?

Não há truque nenhum. Os professores dos Açores que cessarem funções no dia 31 de agosto próximo, vão receber a compensação pela caducidade, se este diploma for aprovado.

Aliás, os senhores vão aprovar, julgo eu.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Isso já estava assertado!

O Orador: Mas porque é que não fizeram isto em 2020, já que era tão fácil? Porque é que não fizeram em 2019? Aliás, insisto: porque é que discriminaram os professores dos Açores? Essa é que é a pergunta. Fico à espera da resposta.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor. Tem a palavra.

(*) Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Joaquim Machado está a inscrever-se, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado Joaquim Machado na tentativa de justificar o truque, conforme bem referiu o Sr. Deputado Rodolfo Franca, lança um conjunto de

invetivas sobre o Partido Socialista e sobre o Governo Regional do Partido Socialista, que não têm qualquer razão de ser.

Que invetivas são essas? Que se julgava acima da lei! Que era um Governo que não...

Ó Sr. Deputado Joaquim Machado, eu gostava só de lhe dizer o seguinte:

O entendimento que o Governo Regional do Partido Socialista teve sobre esta matéria e que foi concretizado na norma que foi declarada inconstitucional, não é um entendimento tão absurdo quanto isso, nem é um entendimento de um partido, ou de um Governo, que se julgava acima da lei.

Eu gostava só de relembrar à Câmara que esse entendimento foi sufragado pela decisão judicial de primeira instância.

A não ser que o senhor ache que o Tribunal Judicial de Ponta Delgada, administrativo, também se julga acima da lei, ou estava num conluio com o Governo Regional do PS.

Portanto, o entendimento do Governo Regional do Partido Socialista foi um entendimento que teve acolhimento numa primeira sentença, de primeira instância, e que foi desmentido, e portanto, revogado, aquilo que o senhor lhe quiser chamar, pelo Tribunal Constitucional.

A partir do momento em que o Tribunal Constitucional decide, pois muito bem, não interessa se nós concordamos, ou se não concordamos, se achamos que é aquele o caminho, mas está decidido.

Mas o que está aqui em causa não é o entendimento do Governo Regional do Partido Socialista.

O que está aqui em causa é que com um acórdão do Tribunal Constitucional de 2021, que vale, é certo, uma vez que é uma fiscalização concreta da constitucionalidade, para aquela norma,...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Tem de explicar isso ali, ao Sr. Deputado António Lima!

O Orador: ... a questão é que hoje Governo Regional recorre, usa a lei travão, para evitar resolver o problema mais cedo.

E essa é que é a questão do ponto de vista político.
Portanto, Sr. Deputado Joaquim Machado, o que é que o Vasco Cordeiro, se fosse Presidente do Governo, teria feito?
Bem, o Vasco Cordeiro tem um entendimento sobre essa matéria que não foi confirmado pelo Tribunal Constitucional, foi desmentido pelo Tribunal Constitucional, apesar de ter sido confirmado na primeira instância. A partir daí o que o Vasco Cordeiro teria feito se fosse Presidente do Governo era resolver o assunto mais cedo e por intervenção do Governo Regional.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

Aquilo que os senhores não fazem, não fizeram e recorrem à lei travão para fazer o mais tarde possível.
Deputada Ana Luís *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: Portanto, recorrem à lei travão nesse truque...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Se a minha intervenção estiver a incomodar os vossos apartes...
Aquilo que resulta do ponto de vista político desta situação, são duas coisas:
Primeiro, o entendimento que os anteriores Governos Regionais do PS tinham sobre essa matéria não foi um entendimento que teve acolhimento pelo Tribunal Constitucional, apesar de ter tido acolhimento na Primeira Instância;
Segundo, o Governo Regional do PSD, do CDS, do PPM, apoiado pelo Chega e pela Iniciativa Liberal, já podiam ter resolvido esse assunto? Já!
Quiseram-no resolver? Não!

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

De facto, confirma-se aquilo que eu disse: este Partido Socialista, ainda que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro vá afirmando, insistentemente, que aprendeu com os erros do passado, de facto, não aprendeu nada. E não aprendeu nada, porque comprovou agora que não é capaz de reconhecer, nem de explicar o erro no qual incorreu durante seis anos.

O Sr. Deputado disse que o entendimento do Governo Regional não tem vencimento, ou foi validade no Tribunal de Primeira Instância, mas depois acabou declarado inconstitucional, mas não explicou a razão disto tudo, que é porque é que o Governo Regional do Partido Socialista decidiu não cumprir uma disposição da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas? Diga lá porque é que não quis pagar?

Porque é que um professor contratado nos Açores, que terminasse o contrato, na melhor das hipóteses, no dia 31 de agosto, estava, durante o mês de setembro, outubro, novembro e, porventura, até 31 dezembro, desempregado, e o senhor não lhe pagava a compensação pela caducidade do contrato? É isso que o senhor tem que dizer aqui, antes de mais.

Depois, Sr. Deputado, até parece que aquele pequenote que está sempre habituado a perder os jogos e que há um dia que em vez de perder por 6-0 marcou um golo e disse, “olhe, hoje só perdi por 6-1”. Acha que isso foi uma vitória.

O facto de ter sido validado num Tribunal de Primeira Instância, eu acho que não lhe dá nenhuma vantagem na discussão, porque a decisão final é do Tribunal Constitucional que, afinal, mais não diz do que, o senhor esteve mal durante todos esses anos.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* E os senhores estão mal agora!

O Orador: Estava a praticar uma normal inconstitucional.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* E o Governo está mal agora e já está mal há um ano!

O Orador: Mas este Governo, iniciando funções, a primeira coisa que fez foi eliminar essa norma declarada inconstitucional.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* E então?

O Orador: Porque o que foi declarado inconstitucional foi a norma do Orçamento de 2018.

Deputada Ana Luís *(PS):* Então porque é que não pagou?

O Orador: Portanto, (e vou pedir desculpa pelo atrevimento), a declaração do Tribunal Constitucional não fez validade, sobre a norma que está no Estatuto, que é aquela que nós agora queremos eliminar, até porque ela é, no texto, na forma, no sítio e na substância diferente do que estava no orçamento.

Deputada Ana Luís *(PS):* Então porque é que não alteraram mais cedo?

O Orador: Portanto, sobre isso o Tribunal Constitucional não se pronunciou!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Um aninho! Já estão há ano!

O Orador: O senhor diz que hoje está indignado porque este Governo, porventura, pudesse demorar mais meio ano...

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Eu, indignado?

O Orador: ... ou um ano, para pagar a compensação pela caducidade de contrato?

Ó senhor, indigne-se com essa bancada toda, mas pelos seis anos em que não pagou aos professores dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Permita-me que lhe diga, mas eu acho que é um atrevimento político, difícil de igualar, dizer que este Governo está atrasado no pagamento do contrato... o senhor diz que é um ano? Não é um ano! Aquilo que o Governo podia fazer, em termos de pagamento está a fazer, e o que ainda não pode fazer vai passar a fazer a partir do momento em que aprovarmos este diploma.

Mas já agora, se tinha esta convicção de que as coisas deviam mudar, porque é que não avançou com uma iniciativa legislativa o Partido Socialista?

Contentou-se com aquilo que tinha sido retirado no Orçamento, mas podia ter feito a alteração no Estatuto da Carreira Docente?

Porque é que não fez?

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu julgo que são perguntas demais para o incomodar, no mínimo, para ter de responder.

Sintetizando: porque é que o Partido Socialista não cumpriu o que está na Lei Geral do Trabalho em funções públicas? Porque é que não cumpriu?

Deputada Ana Luís *(PS):* Espere que a gente vamos responder!

O Orador: Já agora, porque é que não tomou uma iniciativa legislativa igual àquela que nós agora estamos a fazer? Tínhamos ganho tempo.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho mais uma vez, não deixando de salientar o silêncio do Governo, para tirar uma primeira conclusão deste debate. É que esta proposta serviu para duas coisas, para a coligação. A primeira delas é fazer uma crítica, que é justa, aos governos anteriores.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* O senhor ainda não fez!

O Orador: Fiz na minha primeira intervenção, mas o senhor devia estar distraído, não ouviu.

Aliás, ao contrário do PSD, sempre propusemos eliminar esta medida e o PSD não o fazia, já agora. E, já agora, foi o Governo do PSD e do CDS quem a criou no Orçamento de Estado de 2014, para avivar a memória.

Mas o primeiro ponto é criticar o Governo anterior, porque quase dois anos depois de tomar posse, este Governo continua a justificar tudo o que faz com aquilo que os Governos anteriores fizeram.

Quando tem a oportunidade de fazer diferente...

Deputado Carlos Freitas *(PSD):* Ora aí está! Mais um exemplo!

O Orador: ... adia dois anos aquilo que já podia ter feito.

E o segundo objetivo desta proposta é exatamente adiar aquilo que já devia ter feito o ano passado.

Diz o Governo: não! Mas o Estatuto não permite, porque o que foi declarado inconstitucional é o que está no Orçamento.

Muito bem! Mas o que é que aconteceria se o Governo, simplesmente, tivesse pago, a partir da decisão do Tribunal Constitucional...

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* E pagou!

O Orador: ... a todos os professores, a quem era devida essa compensação que não está a fazer. Aliás, é o Governo a reconhecer que não está a fazer, e os sindicatos a reconhecer que não está a fazer.

O que é que aconteceria?

Quem é que iria reclamar desse pagamento?

O Tribunal de Contas? É possível!

E o que é que diria o Tribunal Constitucional se o Governo Regional fosse com isso para Tribunal?

O que é que diria o Tribunal Constitucional?

Ia dizer diferente do que disse relativamente ao Orçamento de Estado?

Em segundo lugar, se o Governo Regional tivesse pressa em eliminar esta norma do Orçamento, tinha entregue uma proposta de alteração ao Estatuto, com caráter de urgência e dispensa de exame em Comissão, e estávamos cá para aprovar se fosse necessário.

Há consulta pública. Há um pedido de urgência de 30 dias. Isso já devia estar feito há um ano, mas como o objetivo desta proposta, é exatamente atirar pedras para o passado e para os Governos do Partido Socialista, e poupar mais uns trocos ao Orçamento da Região,...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Isso incomoda-o!

O Orador: ... aquilo que a coligação faz e que o Governo aceita, e aliás, certamente, cooperou, é adiar toda esta decisão e fazer uma proposta desse tipo em que não havia sequer necessidade de a apresentar.

Retirar a norma do Estatuto, sim senhor, vamos retirar, mas ela história, ela não tem validade nenhuma, porque efetivamente a constitucionalidade dela não existe.

É inconstitucional.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* O senhor sabe que não é assim!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faça favor.

(*) Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Deputado Joaquim Machado, não deixa de ser sintomático da forma como o seu Grupo Parlamentar se coloca nesta questão, que esteja V. Exa. mais preocupado com o passado do que com o presente e com o futuro.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Já V. Exa. não está preocupado com o passado!

O Orador: Estou, estou!

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu estou preocupado com o passado e não resta a mínima dúvida. O entendimento que o Governo Regional do PS tinha sobre essa matéria é um entendimento que o Tribunal Constitucional considerou que não era conforme a Constituição. Sobre isso é claro, não há mínima dúvida.

Ganhámos na Primeira Instância? Ganhámos sim senhor, mas o Tribunal Constitucional decidiu, "não, não é assim".

Portanto, desse ponto de vista está claro. Não há dúvida sobre isso.

Aquilo que cada um pode sentir, se é justo, se não é justo, isso é com cada um.

Agora, lei é lei, e o Tribunal Constitucional é a quem compete dizer: olhe, o entendimento correto, conforme a Constituição é este.

Agora, a verdadeira questão e que tem algumas diferenças em relação ao entendimento que o Sr. Deputado António Lima aqui expressou, é que efetivamente esta norma do Estatuto continua em vigor, porque aquilo que foi feito foi uma fiscalização concreta da constitucionalidade, e a decisão do Tribunal Constitucional vale a penas para o pedido, ou seja, para a norma sobre a qual foi suscitada a apreciação.

Mas se isso aparentemente dá sentido à presente proposta que estamos a analisar, do ponto de vista político o que faz é colocar esta proposta sob um escrutínio que ela não resiste.

E qual é esse escrutínio, e qual é então a questão?

Bom, mas então se nós temos um acórdão de 2021, que declara inconstitucional, porque razão é que essa norma, se não está materialmente de acordo com esse acórdão, não foi alterada mais cedo?

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Claro! No Orçamento da Região!

O Orador: É a isso que os senhores ainda não responderam.

Pior! Não está a ser alterada agora, porque aí é que está o truque que o Sr. Deputado Rodolfo Franca fazia referência, porque os senhores, enquanto Deputados, quando apresentam essa proposta, estão sujeitos à lei travão, ou seja, os senhores não podem apresentar a proposta e dizer assim: ela entra em vigor imediatamente.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Quer dizer que para si qualquer proposta é um truque, venha ela de onde vier!

O Orador: Não podem os senhores, nem pode qualquer Deputado desta Casa. Não é só os senhores. Não pode qualquer Deputado desta Casa.

Quem é que podia fazer isso de imediato?

O Governo!

Fez o Governo?

Não, não fez!

Do ponto de vista político?

Se do ponto de vista jurídico e formal está tudo certo, do ponto vista político não, não está. Porque aquilo que os senhores estão a fazer é contrariar tudo aquilo que disseram em relação a esse entendimento dos Governos do Partido Socialista, atrasando o mais possível a conformação da legislação regional com a decisão do Tribunal Constitucional, e isso, meus caros amigos, é verdade e é evidente. Mas havia outra forma de fazer isso? Havia!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Desde quando?

O Orador: Se o Governo Regional tivesse tomado a iniciativa.

Portanto, sobre o juízo político esta proposta, perdoe-me a linguagem coloquial, Sr. Deputado Joaquim Machado, entala V. Exa. e entala os Srs. Deputados do PSD, e entala o Governo Regional, nomeadamente a Sra. Secretária Regional.

Do ponto de vista jurídico formal, está certo, mas não é só isso que está aqui em causa, porque aqui nós não somos tribunal. Nós aqui não somos tribunal!

O Tribunal Constitucional já decidiu, está decidido.

Podia ter sido resolvido mais cedo?

Podia! Com uma proposta do Governo Regional, uma vez que o acórdão de 2021 já o permitia.

Foi?

Não! Estamos na mesma.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(*) Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu percebo a sua ansiedade e percebo a sua dificuldade de sair deste assunto.

Resolvido que está, no plano jurídico, estamos todos de acordo, e, portanto, faço a mesma leitura que o Sr. Deputado, vamos à parte política.

O Sr. Deputado continua a não responder à pergunta essencial, que é a pergunta inicial: porque é que o Governo Regional do Partido Socialista se recusou a pagar a compensação pela caducidade em 2015, 16, 17, 18, 19 e 20, quando a isso estava obrigado pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que é de 2014?

Esta é que é a questão e aí é que reside tudo.

Tudo o resto que vem daí resulta tão só da decisão do senhor. A decisão foi sua. Tinha maioria absoluta. Fez o que bem entendeu. Neste caso, fez muito mal e estou convencido de que se continuasse a ser Presidente do Governo Regional, hoje, manteria tudo como estava.

Claro que a parte declarada inconstitucional dessa não tinha outro remédio senão fazer os pagamentos, mas quanto àquilo que está no estatuto da carreira o senhor manteria exatamente tudo. Tanto manteria que o acórdão do

Tribunal Constitucional é de julho de 2021, e até agora o Partido Socialista se chegou à frente para resolver este assunto, porque aquilo que o senhor diz que o Governo Regional podia fazer e qualquer uma destas bancadas, ainda que no caso dos Grupos Parlamentares sujeitos à norma travão, mas podia ter feito em julho, ou em setembro, ou em outubro de 2021, a tempo do Orçamento de 2021.

Porque é que não fez o Partido Socialista?

Deputado António Lima *(BE):* Então porque é que o PSD não fez?

Deputada Ana Luís *(PS):* Porque é que não fez?

O Orador: Acusa de nós temos atrasado!

Sr. Deputado, nós estamos a resolver um problema que o senhor criou e o senhor hoje devia era reconhecer que errou ao ter tomado a decisão de não pagar a compensação pela caducidade aos professores contratados dos Açores.

Aliás, isso não foi um mero acaso. Foi um padrão de comportamento do Partido Socialista relativamente aos professores contratados dos Açores, nomeadamente com a contratação sucessiva, nem sequer cumprindo a norma de 1999, da União Europeia que determinava a integração nos quadros.

Teve de ser este Governo Regional em funções a resolver através da criação dos quadros de ilha.

Ou também foi o Partido Socialista que resolveu?

Sr. Deputado, quem resolve um problema criado pelos outros, nunca chega tarde.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O senhor devia-se retratar e explicar porque é que nunca pagou a compensação pela caducidade conforme determina a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, para participar no debate, o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o senhor refugia-se, como se refugia desde o início, nesta questão, na argumentação jurídica.

A argumentação e a interpretação que o seu Governo adotou prejudicava gravemente os professores. Mais do que isso!... Era contestada também até do ponto de vista jurídico pelos sindicatos, e por muitos juristas.

V. Exa. podia ter, na altura, adotado outra interpretação, uma interpretação que correspondesse à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, como o Tribunal Constitucional veio afirmar, portanto, que fosse justa em relação aos professores. Mas V. Exa. não utilizou, nem adotou essa interpretação e ao não adotar essa interpretação prejudicou, em 2015, 2016, 2017, e por aí adiante, os professores.

Podia ter feito de forma diferente, mas não o fez. Esta é uma questão mais do que jurídica. É uma questão política, porque era essa a sua convicção política, porque o senhor não o queria fazer, porque o senhor não queria pagar, porque o senhor não quis tomar essa decisão política.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Também não o fez em relação àquilo que nós estamos agora a fazer. O senhor tinha maioria absoluta. O Partido Socialista tinha maioria absoluta.

Portanto, o que está por detrás da sua decisão não é o formalismo jurídico, Sr. Deputado. Foi a sua interpretação, a sua vontade política. Foi isso que levou a que este processo tivesse corrido desta forma.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Por isso, Sr. Deputado, eu sei que é jurista, e um bom jurista, mas não se refugie nessas vestes e vista aquelas que aqui tem, que são as vestes de alguém que tinha que decidir politicamente e que decidiu politicamente prejudicando os professores dos Açores durante muitos anos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais, faça favor, tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais *(Sofia Ribeiro):* Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de deixar aqui bem claro que há efetivamente um grupo de professores a quem nós não pagámos pela caducidade do contrato, que são precisamente os 429 professores contratados a termo, que passaram a integrar os quadros da Região e, por essa via, passam a ter estabilidade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Em segundo lugar, prestar aqui um esclarecimento que acho que se impõe neste debate.

Os Srs. Deputados têm estado a esgrimir os argumentos no que concerne ao entendimento, à norma, e nós estamos aqui perante duas situações distintas, que é preciso clarificar.

Uma, é que a situação decorre dos sucessivos orçamentos regionais, em que o Governo do PS determinava que um professor contratado a termo, nos Açores, que tivesse estado a lecionar até 31 de agosto de um determinado ano letivo, e que ao longo do 1.º período, do ano seguinte, voltasse a fazer um contrato de trabalho até 31 de dezembro, estendendo concretamente até 31 de dezembro, esse professor, que podia estar no limite 4 meses desempregado, não tinha direito ao pagamento pela caducidade do contrato.

Deputado Carlos Freitas *(PSD):* Isto era a realidade!

A Oradora: Era isto que nós tínhamos: professores com quatro meses de desemprego, que não tinham direito ao pagamento pela caducidade do contrato e em coerência com o meu percurso de vida, no primeiro Orçamento em que nós tivemos oportunidade para retirar essa norma nós fizemo-lo.

Deputado Gustavo Alves *(PPM):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Para o Governo desta coligação basta que um professor esteja desempregado um dia para que já não se aplique uma norma que se aplicava anteriormente.

Portanto, um professor que acabe o seu contrato a 31 de agosto e que só inicia um novo a 2 de setembro, e que antes, a coberto das normas orçamentais, não tinha direito ao pagamento pela caducidade do contrato, hoje tem, porque nós expurgámos dos orçamentos esta norma que o impedia.

Foi essa norma concreta que foi alvo de uma fiscalização da constitucionalidade. Situação completamente diversa, em termos jurídicos, é a que resulta no que está no Estatuto da Carreira Docente em que dispõe que quando haja uma caducidade de contrato a 31 de agosto, e um novo contrato a 1 de setembro, se determina que não há caducidade, mas uma continuidade de contrato.

Ou seja, a norma que agora está aqui à colação é esta nossa intenção dos partidos da coligação que constituem este Governo, para que um professor que teve zero dias de desemprego, mas dois contratos diferentes, passe a ter diferente, passe a ter direito ao pagamento pela caducidade do contrato, completamente diferente dos quatros meses do desemprego em que não tinham direito a essa mesma caducidade.

Deputado Carlos Freitas *(PSD):* Muito bem!

Deputado António Lima *(BE):* É outro contrato! São contratos diferentes!

A Oradora: São situações juridicamente diferentes. O próprio Sr. Deputado Vasco Cordeiro fez referência a uma norma e é essa norma que nós queremos agora, aqui, contrapor.

Portanto, deixar aqui bem claro: nós pagámos o que o anterior Governo já pagava, nós pagámos aquilo que o Governo não pagava, relativo até 4 meses de desemprego, e nós queremos pagar também as situações em que haja dois contratos sucessivos, porque há de facto uma caducidade.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Mas como não tenho por hábito "fugir com o rabo à seringa", utilizando uma expressão mais popular, e embora isto que vou agora fazer não seja muito dos cânones da política, mas também acho que a política deve

ser feita de uma forma diferente, nós podíamos ter alterado isto mais cedo. Podíamos!

Podíamos também ter alterado mais cedo os horários dos professores do 1.º ciclo e do pré-escolar. Vamos fazer!

Podíamos também ter alterado mais cedo a recuperação do tempo de serviço entre carreiras e vamos alterar. É um percurso que nós estamos a fazer.

O que eu noto neste debate é que ao invés de sermos acusados de nada fazer, porque estamos efetivamente a fazer, agora o que os senhores estão a dizer e a acusar-nos é que podíamos ter feito mais cedo. Podemos sempre fazer mais cedo, mas o que interessa é que nós estamos efetivamente a fazer para repor a justiça aos professores e aos educadores de infância da Região.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, vamos então votar, na generalidade, o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 52/XII.**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 52/XII, foi aprovado, por unanimidade, na generalidade.

Presidente: Iniciamos o debate e votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade?

(Pausa)

Não havendo, e não tendo existido propostas de alteração aos quatro artigos do diploma, pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto.

Estão à votação o 1.º, 2.º 3.º e 4.º artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 52/XII, foi aprovado, por unanimidade, em votação final global.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este é um momento importante para o sistema educativo regional.

Corrigimos um erro que vinha do passado; seis anos de discriminação para com os professores contratados nos Açores.

Ao eliminar esta norma do Estatuto, estamos a criar condições, não só de igualdade entre os nossos docentes relativamente aos demais camaradas de profissão no continente e na Região Autónoma da Madeira, mas, sobretudo, nalgo que também para nós é muito importante: criar condições para que a carreira nos Açores seja atrativa, por forma a captarmos professores que a Região tanto carece.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Instamos o Governo Regional efetivamente a prosseguir nesta senda de correção de erros do passado, sem deixar de inovar para o futuro, sem deixar de assumir e de cumprir os compromissos que estão plasmados no Programa do Governo, mas também a pagar a compensação da caducidade aos docentes que terminando as suas funções contratuais no dia 31 de agosto deste ano, que celebrando um contrato no dia seguinte, também esses são os únicos que estavam até agora impedidos de receber a compensação do contrato venham a recebê-la, mesmo que a partir de janeiro por razões orçamentais, mas é fundamental que os professores nos Açores sintam que têm um Governo que está ao seu lado e que com eles quer fazer este percurso de inovação, de modernidade e de atratividade.

Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto?

Sr. Deputado António Lima, faça favor. Tem a palavra.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Votámos favoravelmente este Projeto de Decreto Legislativo Regional, da autoria do PSD, do CDS e do PPM, para que não haja mais desculpas para o Governo não pagar aquilo que é devido a todos os professores contratados, mesmo aqueles que assinam um novo contrato no dia 1 de setembro, porque o tempo aqui não é o que é relevante, porque o que é relevante é que o facto de serem contratados tira-lhes o direito a que os outros professores têm, os do quadro, que é o direito à carreira.

Essa compensação é devida por isso e não pelo tempo em que ficam desempregados.

É por isso que nós consideramos que o Governo não pagou porque não quis, porque podia ter pago a partir do momento em que a norma saiu do Orçamento, mais ainda a partir do momento em que ela foi declarada inconstitucional no Orçamento de 2018.

Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* Isso é a sua interpretação!

O Orador: E, se o Governo tinha leitura diferente, podia, como foi assumido até pelo Governo, ter apresentado esta proposta mais cedo. Ao não fazê-lo tem a consequência que isso tem: é, durante dois anos, retirar esse direito a mais centenas de professores.

Não se pode apontar o passado para justificar essa responsabilidade de, durante dois anos, manter essa injustiça.

Disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Rodolfo Franca faça favor. Tem a palavra.

(*) Deputado Rodolfo Franca *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou a favor, porque parece de extrema importância sanar, de uma vez por todas, esta questão.

Agora, era importante também ser ouvido naquilo que disse, sem risos sarcásticos, sem outro tipo de comentários, porque tivemos razão naquilo que dissemos que, no fundo, há aqui um empurrar para a frente do pagamento, quando, na verdade, o Tribunal Constitucional há muito que determinou, ou que esclareceu, melhor dizendo, que deveria ser feito este pagamento.

Portanto, é esta a clarificação que importa deixar.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Teria sido benéfico ouvir os apartes do Sr. Deputado José Contente, mas confesso-lhe que não consegui ouvir. Só por isso é que não os utilizo, porque eu gosto de utilizar os seus apartes, porque normalmente são inspiradores.

Agora, o que eu quero aqui dizer nesta declaração de voto é que, como se verificou, a proposta que foi apresentada pela coligação é uma proposta que faz sentido e é justa, porque se não fosse assim não teria recolhido a unanimidade dos votos desta câmara.

E ter recolhido a unanimidade dos votos quer dizer que todos os Srs. Deputados concordaram com ela. Portanto, esta alteração é uma alteração necessária, porque se não fosse necessária ela não teria sido votada favoravelmente, ainda por cima por unanimidade.

O que é importante dizer, no que diz respeito ao PPM, é que nós sempre condenámos a interpretação política, porque era política, porque existia toda a base jurídica, e ainda por cima, existia a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que permitia que os professores tivessem sido pagos desde o início. Essa interpretação sempre foi possível e só não foi adotada por razões políticas. Ou seja, politicamente o anterior Governo não quis fazer, não queria pagar aos professores nesta situação.

O que é que acontece neste momento?

É que este Governo, esta maioria, pretende pagar aos professores e repor o sentido de justiça nesta matéria.

Por isso é algo que garante que, no futuro, os professores nunca mais serão alvo deste procedimento e, sim (sim!), como todos os restantes funcionários serão pagos, exatamente nas mesmas condições que dispõe a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Lamento, lamento profundamente, que uma questão que era tão simples, uma questão de justiça tão evidente, que durante muitos anos, por razões políticas, tivesse sido arrastada até que esta maioria tivesse, finalmente, terminado com essa injustiça.

É isto que isto significa, e por isso é que o PPM votou favoravelmente.

Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS, obviamente, votou favoravelmente uma proposta que subscreveu conjuntamente com o PSD e com o PPM, porque consideramos que é efetivamente a reposição da mais elementar justiça face aos docentes que neste caso estavam vedados de um direito que assiste a todos os trabalhadores em funções públicas, aliás, porque consta da própria Lei Geral do Trabalho, mas que por conta deste DLR que agora aqui alteramos, viam esta compensação pela caducidade do contrato ser-lhes vedada.

Efetivamente, como já foi dito em intervenções que me precederam na própria declaração de voto que me precedeu, é um direito que assiste a estes

profissionais, não pelo facto de estarem no desemprego, mas efetivamente por não terem acesso a uma carreira e então havia esta caducidade, este direito a uma compensação pela caducidade do contrato.

Efetivamente, do ponto de vista legal, e julgo que ficou claro para todos, urgia fazer esta alteração.

Custa muito ouvir outros Deputados dizer que se está a empurrar para a frente uma situação que agora apoiam, mas que durante anos, anos e anos, sempre foram contrários a este direito, e implementaram voluntariamente nos seus orçamentos o não acesso, por parte destes profissionais, a um direito a que assiste a todos os trabalhadores em funções públicas e foi uma responsabilidade dos Governos anteriores fazê-lo. Era esse o entendimento.

Agora virem dizer que os outros fazem, mas fazem tarde, quando eram contra, obviamente é algo que não subscrevemos e até repudiamos.

Muito obrigado.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Rui Martins.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor. Tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Furtado *(Indep.):* Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de DLR apresentada pela coligação vem fazer justiça a uma situação que, de forma unânime, todos nós reconhecemos nesta Casa a necessidade de a concretizar.

No entanto, e porque entendo que isto não é uma questão de bons e de maus, devo alertar para o seguinte:

Para um Governo que está há menos de dois anos em funções, a quantidade de promessas que já fez ao povo açoriano, é menor do que um Governo de 24 anos do Partido Socialista.

O tempo traz responsabilidades, Sras. e Srs. Deputados.

É mais fácil agora, este Governo que há menos de dois anos em funções, fazer esses atos de justiça.

No entanto, e ali o silêncio do Sr. Secretário Regional das Finanças, ele sabe quanto é que vai custar esta iniciativa e outras também que têm essa mesma justiça, é certo.

Agora fica o alerta: no futuro será mais difícil cumprir esse tipo de justiças, porque o encargo das longas permanências no poder, trazem outras promessas que também são justas, Sr. Deputado Joaquim Machado.

Portanto, eu percebo a preocupação desta bancada e estou ao lado dela. Estamos todos! A prova é que a medida foi aprovada por unanimidade.

Mas também percebo um bocadinho o passado que levou o Partido Socialista a não tomar esta iniciativa, porque há obras que se me prometem, há intervenções em escolas, em estradas, em ruas, há outras intervenções de cariz social também, que são preciso levar a efeito e é preciso muito dinheiro.

As longas permanências no poder, obviamente trouxeram essa responsabilidade das muitas e muitas promessas, em que algumas ficaram para trás.

Se calhar, o segredo para isso tudo, será as médias permanências no poder, porque as longas permanências no poder trazem uma lista de promessas muito grandes.

Olhe, que fique a recomendação, ou que fique pelo menos a leitura que entendo sobre o assunto: nunca mais as longas permanências no poder, porque trazem também muitas responsabilidades e muitas promessas que depois são difíceis de cumprir.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Não havendo, vamos avançar.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PSD):* Sr. Presidente, é para pedir um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: Eu peço aos líderes que se acerquem da Mesa da Presidência.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, atendendo ao nosso horário, a Conferência de Líderes deliberou, por unanimidade, encerrarmos os nossos trabalhos por hoje.

Desejo um bom descanso a todos, um bom jantar, e até amanhã.

Eram 19 horas e 23 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista *(PS)*

Berto José Branco **Messias**

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís **Bruto da Costa** Machado da Costa

(*) Texto não revisto pelo Orador

Documentos entrados

Listagem da correspondência:

Informações:

Assunto: Ofício 64/022/LT, a comunicar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA o nome dos Senhores Deputados que passam a integrar a Comissão Permanente, a saber: Luís Garcia, João Costa, Jaime Vieira, António Viveiros, Sabrina Furtado (Relatora) e Bruno Belo
Proveniência: João Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD
Data de Entrada: 2022 – 05 – 11;

Assunto: Ofício 68/022/RL, a remeter a Sua Excelência o Presidente da ALRAA um requerimento com vista à constituição da Comissão de Inquérito à Concessão de Avales a Empresas Privadas, assinado pelos Senhores Deputados João Bruto da Costa, Catarina Cabeceiras, Paulo Estêvão, António Vasco Viveiros, Paulo Gomes, Jaime Vieira, Elisa Sousa, Marco Costa, Joaquim Machado, Bruno Belo, Sabrina Furtado e Flávio Soares
Proveniência: Rui Lucas, Chefe do Gabinete do Grupo Parlamentar do PSD
Data de Entrada: 2022 – 06 – 01;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA a substituição integral do Projeto de Resolução n.º 122/XII (BE) – Recomenda ao Governo a contratação urgente de pessoal não docente necessário ao regular funcionamento das Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional
Proveniência: António Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do BE
Data de Entrada: 2022 – 06 – 01;

Assunto: Ofício S/104/2022/XII, a informar Sua Excelência o Presidente da ALRAA que, na sequência do despacho de admissibilidade do requerimento de constituição da Comissão de Inquérito à Concessão de Avales a Empresas Privadas, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM,

no entender do Grupo Parlamentar do PS, o teor do ponto 10. daquele requerimento, não cumpre com o princípio da proporcionalidade legalmente previsto no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo regional n.º 37/2012/A, de 18 de setembro que aprova o regime jurídico das Comissões de Inquérito da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, solicitando que sejam tomadas as providências necessárias para o devido suprimento

Proveniência: Andreia Costa, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 06 – 08;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo das Propostas de Decreto Legislativo Regional n.ºs 34/XII – Regime das políticas de juventude para a Região Autónoma dos Açores, até 1 de julho, 35/XII – Aprova o modelo de educação inclusiva, até 7 de julho, do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 56/XII (CH) - Adapta o estatuto do antigo combatente à Região Autónoma dos Açores, até 15 de julho, dos Projetos de Resolução n.ºs 94/XII (PSD/CDS-PP/PPM) – Alargamento e diversificação do ensino artístico especializado nos Açores, até 20 de junho, 106/XII (PS) - Medidas de apoio às famílias e à atividade económica da ilha de São Jorge na sequência da crise sismo-vulcânica, até 27 de junho, 107/XII (BE) - Distribuição Gratuita de Produtos de Saúde Menstrual, até 13 de junho, 113/XII (BE) - Recomenda ao Governo Regional a imediata resolução dos problemas que põem em causa a segurança dos alunos da Escola Luísa Constantina, até 27 de junho e 117/XII (CDS-PP) - Condição pós-COVID-19, até 13 de julho

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 06 – 08;

Assunto: Ofício ref.ª 117/2021_2025 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia de um Voto de Protesto aprovado por unanimidade em reunião ordinária realizada a 27 de abril de 2022

Proveniência: Lena Felicidade Pereira Amaral, Presidente da Assembleia Municipal de Velas

Data de Entrada: 2022 – 06 – 08;

Assunto: Carta de agradecimento pelo envio da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 14/2022 – Instalação do novo cabo submarino de telecomunicações entre os Açores e o Continente

Proveniência: Carolina Meireles, Técnica de Apoio Parlamentar à 6.ª Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

Data de Entrada: 2022 – 06 – 08;

Assunto: Informação enviada a Sua Excelência o Presidente da ALRAA dando nota da suspensão do mandato de Deputado, com efeitos a partir do dia 13 de junho de 2022, inclusive, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 22.º do Estatuto dos Deputados da ALRAA, por se encontrar na situação prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 101.º do EPARAA

Proveniência: Bruno Filipe de Freitas Belo, candidato pelo PSD

Data de Entrada: 2022 – 06 – 13;

Assunto: Ofício 71/022/MS, comunicando a Sua Excelência o Presidente da ALRAA que na sequência da suspensão do mandato do Deputado Bruno Filipe de Freitas Belo a vaga será preenchida pelo candidato Ricardo Beato Gomes Vieira, com efeitos a partir do dia 13 de junho de 2022, inclusive

Proveniência: João Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2022 – 06 – 13;

Assunto: Ofício a informar que, na sua reunião de 7 de junho de 2022 a CAS deliberou admitir a Petição n.º 32/XII – Exposição dos funcionários sobre CA-USIC

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 06 – 14;

Assunto: Ofício a informar que, na sua reunião de 9 de junho de 2022 a CE deliberou admitir a Petição n.º 33/XII – Por um Turismo verdadeiramente sustentável nos Açores

Proveniência: José Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 06 – 14;

Assunto: Ofício 72/022/RL, comunicando a Sua Excelência o Presidente da ALRAA que o Deputado Ricardo Beato Gomes Vieira, passa a integrar a Comissão Especializada Permanente de Política Geral com efeitos a partir do dia 13 de junho de 2022, inclusive e que, na sequência da suspensão do mandato de Bruno Filipe de Freitas Belo, o Grupo Parlamentar indica a Senhora Deputada Elisa Lima de Sousa para o lugar de Presidente da Comissão de Política Geral e o Senhor Deputado Flávio da Silva Soares para o lugar de Relator da mesma Comissão

Proveniência: João Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2022 – 06 – 14;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo, da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XII – Política regional de qualificação e emprego, até 29 de junho, do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 54/XII (BE) – Estabelece um regime excecional de constituição de relações jurídicas de emprego no Serviço Regional de Saúde, até 13 de julho, das Antepropostas

de Lei n.ºs 7/XII (PAN) – Assegura o aumento do subsídio de risco para os profissionais das forças e serviços de segurança e 8/XII (BE) – Atribuição de subsídio de insularidade aos elementos das forças de segurança colocados na Região Autónoma dos Açores, ambas até 18 de julho e da petição n.º 28/XII – S. Mateus da Calheta em direção a Vila, até 21 de julho

Proveniência: Elisa Sousa, Presidente em exercício da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 06 – 14;

Assunto: AT/1110/2022, comunicando a Sua Excelência o Presidente da ALRAA que a Senhora Deputada Elisa Lima de Sousa passa a substituir Bruno Filipe de Freitas Belo na Comissão Permanente, com efeitos a partir de 13 de junho de 2022, mês e anos, inclusive

Proveniência: Marco Silva, Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2022 – 06 – 17;

Assunto: Pedido de prorrogação da suspensão de mandato, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados, a partir do dia 18 de junho de 2022 e até ao dia 2 de julho, inclusive

Proveniência: Iasalde Nunes, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 06 – 17;

Assunto: Ofício S/110/2022/XII, comunicando a Sua Excelência o Presidente da ALRAA que, em substituição dos Senhores Deputados Francisco César, Miguel Costa e Sérgio Ávila, passam a integrar a Comissão Permanente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores os Senhores Deputados Carlos Silva, Manuel Ramos e Marta Matos, e que propõe para exercer as funções de Secretária da Mesa o Senhor deputado Berto Messias

Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 06 – 23;

Assunto: Ofício n.º 83 a indicar o Deputado Gustavo Alves para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito à Concessão de Avales a Empresas Privadas

Proveniência: Paulo Estevão, Presidente do Grupo Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2022 – 06 – 27;

Assunto: Ofício ref.ª S/111/2022/XII, a formalizar a intenção de realizar na sessão legislativa de julho uma sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral sobre a temática da «Saúde»

Proveniência: Vasco Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 06 – 27;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo da Petição n.º 29/XII – Por uma tarifa reduzida para o transporte de animais doentes inter-ilhas

Proveniência: José Eduardo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 06 – 28;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA a substituição integral do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 51/XII (BE) – Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A, de 14 de outubro e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2018/A de 22 de outubro (procede à harmonização, na Administração

Pública da Região Autónoma dos Açores, dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas)
Proveniência: António Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do BE
Data de Entrada: 2022 – 06 – 28;

Assunto: Ofício a solicitar o agendamento para a sessão legislativa de julho, de um debate de urgência sobre "Plano de reestruturação da SATA e a situação financeira do Grupo SATA"
Proveniência: António Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do BE
Data de Entrada: 2022 – 06 – 28;

Assunto: Ofício ref.ª 77/022/RL a solicitar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA a retirada do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 38/XII (PSD/CDS-PP/PPM/PAN) – Regime jurídico de classificação do Arvoredo de Interesse Público na Região Autónoma dos Açores
Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD e Rui Martins, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP
Data de Entrada: 2022 – 06 – 29;

Assunto: Ofício n.º 78/022/RL a comunicar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA que os seguintes Senhores Deputados irão integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito à Concessão de Avales a Empresas Privadas, a saber: Deputados António Vasco Viveiros, Guilhermina Silva, Joaquim Machado e Sabrina Furtado e a apresentar as candidaturas de sabrina Furtado e Guilhermina Silva a Presidente e Relatora, respetivamente, à Mesa da referida Comissão
Proveniência: Rui Lucas, Chefe do Gabinete do Grupo Parlamentar do PSD
Data de Entrada: 2022 – 06 – 29;

Assunto: Ofício ref.ª S/112/2022/XII, a comunicar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA que o objeto das perguntas ao Governo Regional sobre a temática da «Saúde», oportunamente requeridas, é o seguinte: Serviço Regional de Saúde, Prevenção e Combate às Dependências e Saúde Mental
Proveniência: Andreia Costa, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PS
Data de Entrada: 2022 – 06 – 30;

Assunto: Ofício S/113/2022/XII a indicar os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito à Concessão de Avales a Empresas Privadas, a saber: Deputados Andreia Costa, Sandra Dias Faria, Carlos Silva, Francisco Coelho e Berto Messias
Proveniência: Andreia Costa, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PS
Data de Entrada: 2022 – 06 – 30;

Assunto: Ofício Gp 584/XII a indicar o Deputado Rui Martins para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito à Concessão de Avales a Empresas Privadas
Proveniência: Catarina Cabeceiras, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP
Data de Entrada: 2022 – 06 – 30;

Assunto: Ofício a indicar a Deputada Alexandra Manes para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito à Concessão de Avales a Empresas Privadas
Proveniência: António Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do BE
Data de Entrada: 2022 – 06 – 30;

Assunto: Ofício SAI-SRFPAP/2022/195, a remeter as demonstrações financeiras do 1.º trimestre de 2022 das empresas que integram o Setor Público Empresarial Regional (SPER)

Proveniência: Vassili Plesov, Adjunto do Gabinete do Secretário da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Data de Entrada: 2022 – 06 – 30;

Assunto: Ofício Gp 590/XII a solicitar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA a substituição temporária no exercício das funções de Deputada, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com efeitos a partir do dia 4 de julho de 2022 e até ao dia 13 de julho de 2022, inclusive, e a informar que a vaga será preenchida pelo candidato Jorge Miguel Azevedo Paiva, com efeitos em igual período

Proveniência: Catarina Cabeceiras, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2022 – 07 – 01;

Assunto: Correio eletrónico, a remeter o Relatório Anual de Execução do Plano Regional Anual de 2021, elaborado pela Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais

Proveniência: António Almeida, Chefe do Gabinete do Senhor Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Data de Entrada: 2022 – 07 – 01;

Assunto: Correio eletrónico, a remeter a versão corrigida, do Relatório Anual de Execução do Plano Regional Anual de 2021, elaborado pela Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais

Proveniência: António Almeida, Chefe do Gabinete do Senhor Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Data de Entrada: 2022 – 07 – 04;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA a suspensão do mandato/substituição temporária por motivo relevante no exercício das funções de Deputado, por motivos de saúde, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, por um período de dez dias, com efeitos a partir do dia 2 de julho de 2022, inclusive

Proveniência: João Vasco Costa, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 07 – 04;

Assunto: Ofício S/116/2022/XII a informar Sua Excelência o Presidente da ALRAA que na sequência da comunicação da suspensão do mandato/substituição temporária por motivo relevante do Deputado João Vasco Pereira da Costa, a vaga será preenchida pelo candidato João Paulo Serôdio Melo, com efeitos a partir do dia 2 de julho de 2022, inclusive

Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 07 – 04;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da ALRAA de renúncia de mandato de Deputado, nos termos do n.º 3 do artigo 33.º do EPARAA e do n.º 1 do artigo 7.º do Estatuto dos Deputados, com efeitos a partir do dia 3 de julho, inclusive

Proveniência: Iasalde Nunes, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 07 – 04.

1- Relatórios:

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado João Bruto da Costa Machado da Costa

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 06 – 08;

Assunto: Sobre a Petição n.º 25/XII – Manifesto – Juntos pelos Animais

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 06 – 13;

Assunto: Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/XII – "Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho, medidas de controlo da população de animais de companhia ou errantes"

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 06 – 13;

Assunto: Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado António Manuel Raposo Lima possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito de Inquérito (Atos Jurisdicionais) n.º 447/22.1T9PDL

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 06 – 13;

Assunto: Sobre a Petição n.º 26/XII – Pela não alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho, medidas de controlo da população de animais de companhia ou errantes

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 06 – 13;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 37/XII (PS) – "Regime Jurídico da Classificação de Arvoredo de Interesse Público na Região Autónoma dos Açores"
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de Entrada: 2022 – 06 – 27;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 38/XII (PSD/CDS-PP/PPM) – "Regime Jurídico de Classificação do Arvoredo de Interesse Público na Região Autónoma dos Açores"
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de Entrada: 2022 – 06 – 27.

Assunto: Relativo ao Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2022, "Juntos por uma Europa mais forte", e sobre as iniciativas europeias sobre as quais a Região pretende pronunciar-se
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral
Data de Entrada: 2022 – 06 – 09;

Assunto: Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XII – "Adapta à administração pública regional dos Açores o regime jurídico do Decreto-Lei n.º 372/90, de 27 de novembro, que disciplina o regime de constituição, os direitos e os deveres a que ficam subordinadas as associações de pais e encarregados de educação
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral
Data de Entrada: 2022 – 06 – 15;

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 14/XV (ALRAM) – Sobre a atribuição de Subsídio de Insularidade – Audição 105/XII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 06 – 24;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 99/XV (PSD) – Aprova disposições específicas relativas ao exercício de funções de polícia florestal das carreiras de guarda-florestal das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira – Audição 106/XII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 06 – 25;

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 15/XV (GOV) – Procede à alteração de legislação laboral no âmbito da agenda de trabalho digno – Audição 108/XII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 06 – 27;

Assunto: Sobre a Petição n.º 28/XII – São Mateus da Calheta em direção a Vila

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 07 – 01;

Assunto: Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 36/XII – Estabelece as regras e procedimentos relativos ao processo de descongelamento da carreira especial de Técnico Superior das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 07 – 01;

Assunto: Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 37/XII – Estabelece as regras e procedimentos relativos ao processo de descongelamento dos trabalhadores farmacêuticos oriundos da carreira de regime especial de Técnico Superior de Saúde, ramos de farmácia hospitalar, laboratório e genética, entretanto integrados na Carreira Especial Farmacêutica, a adotar pelos serviços e organismos que integram o Serviço Regional de Saúde

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 07 – 01;

Assunto: Sobre a Anteproposta de Lei n.º 7/XII – Assegura o aumento do subsídio de risco para os profissionais das forças e serviços de segurança

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 07 – 01.

Assunto: Sobre a Petição n.º 19/XII – Pela normalização das consultas e tratamentos no Serviço de Oncologia do Hospital do Divino Espírito Santo

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 06 – 20;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 52/XII (PSD/CDS-PP/PPM) – Nona alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/2007/A, de 30 de agosto - Estatuto do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 06 – 30;

Assunto: Sobre a Petição n.º 23/XII – Criação de condições de acesso a contratos de trabalho e regulamentação da carreira das amas enquadradas no âmbito das respostas da segurança social, designadas creches familiares

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 06 – 30.

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Altera o regime jurídico da produção, controlo, certificação e comercialização de sementes de espécies agrícolas e espécies hortícolas, transpondo diversas Diretivas de Execução – MAA – (Reg. DL 7/XXIII/2022) – Audição n.º 68/XII-GR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 06 – 17;

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 9/XV (ALRAM) – Pela revogação do Decreto-Lei n.º 28/2022, de 24 de março, e a regulamentação urgente do novo subsídio social de mobilidade – Audição n.º 103/XII-AR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 06 – 20;

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 10/XV (ALRAM) – Alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro – Redução do IVA da eletricidade e gás para a taxa reduzida – Audição n.º 104/XII-AR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 06 – 20;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 53/XII (IL) – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2020/A, de 19 de

julho, que estabelece o regime jurídico do estatuto da agricultura familiar na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 06 – 29;

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 64/XII (Adotado pelo PS) – Apoio extraordinário ao rendimento dos pescadores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 06 – 30;

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 89/XII (PSD/CDS-PP/PPM) – Reforço das ligações aéreas internacionais para a ilha Terceira

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 06 – 30;

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 93/XII (DI) – Criação de Mecanismo Compensatório para o Setor dos Lacticínios

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 06 – 30;

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 94/XII (PSD/CDS-PP/PPM) – Alargamento e diversificação do ensino artístico especializado nos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 06 – 30;

Assunto: Sobre a Petição n.º 10/XII – Possibilidade de criação de nova tipologia turística

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 06 – 30.

2- Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.os 60 e 61e as Separatas n.ºs 21 e 22.

A redatora: Conceição Branco